



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO

MARCELO ALVES RIBEIRO

**ARQUEOLOGIA, PAISAGEM E MATERIALIDADES DO MOVIMENTO DO
PAU DE COLHER (1937 - 1938)**

TERESINA – PI
2019

MARCELO ALVES RIBEIRO

**ARQUEOLOGIA, PAISAGEM E MATERIALIDADES DO MOVIMENTO DO
PAU DE COLHER (1937 - 1938)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Grégoire André Henri Marie Ghislain Van Havre

© RIBEIRO, 2019.

RIBEIRO, Marcelo Alves. **Arqueologia, paisagem e materialidades do movimento do Pau de Colher (1937 - 1938)**. Teresina, 2019. 173 f.

Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza. Universidade Federal do Piauí, Teresina.

MARCELO ALVES RIBEIRO

**ARQUEOLOGIA, PAISAGEM E MATERIALIDADES DO MOVIMENTO DO
PAU DE COLHER (1937 - 1938)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Grégoire André Henri Marie Ghislain Van Havre

Data: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Grégoire André Henri Marie Ghislain Van Havre
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Prof^ª. Dr^a. Maria do Amparo Alves de Carvalho
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Prof^ª. Dr^a. Francisca Verônica Cavalcante
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

TERESINA – PI
JULHO DE 2019

À pessoa que me fez ouvir as primeiras histórias do Pau de Colher, à qual minha caçula lembrança remete; à época, narrada como uma fábula com o propósito de acalantar junto ao balanço da rede, o meu sono da primeira infância. Ana Rosa, minha bisavó.

AGRADECIMENTOS

Matutar a respeito dos estrepes dessa caminhada, trilhada por tão estreitos e sinuosos carreiros, me faz transbordar em gratidão às pessoas ou situações que de maneiras diversas ou adversas, contribuíram para a corporificação desta pesquisa. De igual modo, penso que, as coincidências que só as curvas dos caminhos podem proporcionar em momentos de descuido ou desorientação, possuem poder para nos surpreender com valorosas convergências. E no giro da carrapeta desses encontros fatídicos, se apercebe a essência que nos guia por entre vultos de pretensas grandezas; posto que, esses espectros são apenas projeções fragmentárias, passageiras e meros resultados do empastelamento da luz. E na dobra dos eventos, coabitam uma relação de urdiduras, aonde as coisas mais rasas, o orgulho, a egolatria e o desmazelo, não se sobressaem à vereda da humildade, perenemente irrigada por vertentes inquebrantáveis.

Ao dar fé disto, enxergo que foram todas estas conversões de grande valia à realização de mais essa labuta da vida, que refletem sobremaneira, nesses escritos acadêmicos. Mesmo acanhados, como se mostram.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de sete meses da bolsa de pesquisa.

Ao orientador Grégoire van Havre pela orientação no desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação, pelas sugestões e observações para o aprimoramento da dissertação: Maria do Amparo Carvalho, Ângelo Alves, Francisca Verônica Cavalcante. E aos professores da UNIVASF, Leandro Mageste e Alencar de Amaral por suas importantes contribuições na leitura do trabalho e participação na banca de defesa.

Ao David Capucho, pelo pronto atendimento às demandas burocráticas e a gentileza prestada na devolução de informações solicitadas. À Luiz Pacheco pelo incentivo para que eu empreendesse essa pesquisa.

Aos colegas da turma de mestrado, sobretudo ao meu amigo Francisco Júnior, por todo o apoio concedido em Teresina e nos demais momentos em que precisei de sua ajuda. Muito obrigado!

Ao apoio incondicional do amigo que conquistei ao longo dessa pesquisa, o senhor Gregório Manoel Rodrigues, e de sua família em Pau de Colher, que me acolheram como familiar e são sempre solícitos para concederem informações.

Ao professor Renato Queiroz, da Universidade de São Paulo-USP, pela gentileza no envio de material de pesquisa. Do mesmo modo, agradeço à professora Zuleica Dantas, pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco- UNICAP.

À Auritana Gomes por intermediar o contato com o senhor Gregório e sua família.

À tia Hilda (*in memoriam*), por ter me abrigado em Teresina no período das aulas e sempre que necessitei. Aos meus primos Renato, Alice, Socorro e Betinha, pelo apoio.

Aos meus pais, Cleonice e Raimundo, pela fé depositada em mim. E meus irmãos pelo apoio.

À minha companheira Déborah Gonçalves, pelo carinho e apoio em todos os momentos. Acalento de todos os dias. Minha eterna gratidão!

Aos meus filhos Haniel e Maria Rita, motivos de grande ansiedade, querer, e determinação para continuar na peleja de todos os dias.

À dona Ocilma e o senhor Pedro Nolasco, meus amigos, que me consideram filho. E por terem me apresentado a algumas pessoas sobreviventes de Pau de Colher e intermediado entrevistas.

À amizade fraterna de Rômulo Macêdo por toda ajuda em todos os momentos, assim como pelas pertinentes discussões acadêmicas que me ajudaram a clarear alguns aspectos dessa pesquisa.

Aos estimados amigos e companheiros de campo, Joaquim Neto pela importante ajuda durante as pesquisas em Pau de Colher e pelo excelente material audiovisual produzido. À minha grande amiga, professora Nívia Paula por todo apoio logístico na realização de campo e pelas discussões acadêmicas que sempre retomamos, e que são fundamentais para nortear novos conhecimentos. Ao meu amigo Flávio, pela sua primordial solicitude e ajuda nas projeções e levantamento de campo.

Aos amigos Vinicius Macêdo, pelo pronto apoio; Dirceu Filho, pela amizade, risadas e conversas sinceras; Ledja Leite, pela amizade e incentivo para que eu concluísse essa pesquisa; Lennon Matos, pelas discussões acadêmicas, sugestões de bibliografia e empréstimo de material; Ana Carolina Borges por todo o apoio.

Ao meu amigo Júnior do Nicó, pelas sempre coerentes discussões que conduzem as pessoas à reflexão e, por mostrar que é preciso equilibrar a aceleração e ansiedade das coisas com a calma. Resumindo, “puxar o freio de mão para não capotar”.

Enfim, sou grato a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

O que mais há na terra, é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas no ano em que o chão é verde, outras amarelo, e depois castanho, ou negro. E também vermelho, em lugares, que é cor de barro ou sangue sangrado. Mas isso depende do que no chão se plantou e cultivou, ou ainda não, ou não já, ou do que por simples natureza nasceu, sem mão de gente, e só vem a morrer porque chegou o seu último fim.

José Saramago. Levantado do Chão, 1980.

RESUMO

O Movimento Pau de Colher, inserido entre os movimentos messiânicos milenaristas, ocorreu entre os anos de 1937 a 1938, em um povoado pertencente ao município de Casa Nova, sertão da Bahia. Nesse período, o local estava situado na fronteira com o município de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, hoje Dom Inocêncio. Conhecido como “Guerra do Pau de Colher” ou “Guerra dos Caceteiros”, esse movimento sociorreligioso foi sufocado pelo exército e forças policiais dos Estados da Bahia, Piauí e Pernambuco durante o início de implantação do Estado Novo (governo de Getúlio Vargas), resultando em mortos, feridos, órfãos e na destruição do adjunto. Com o objetivo de investigar o movimento sociorreligioso do Pau de Colher na perspectiva arqueológica, procuramos identificar e mapear os espaços de antagonismos, a cultura material remanescente e suas influências na percepção da paisagem, bem como as ressignificações e apropriações daquele lugar e do movimento na contemporaneidade. Para isso, inicialmente realizamos o estudo do contexto de formação do povoado e os aspectos socioeconômicos a partir de estruturas atreladas ao chamado ciclo do gado, visto que, refletimos neste estudo que Pau de Colher já estaria inserido nessa dinâmica. Desse modo, além das fontes escritas e orais, do estudo das narrativas históricas e da materialidade resguardada por moradores e também localizada na área do massacre, consideramos os espaços relativos ao adjunto e ao massacre ocorrido nos primeiros dias do ano de 1938, enquanto aspectos da cultura material e da paisagem.

Palavras-chave: Pau de Colher. Arqueologia. Paisagem. Cultura Material.

ABSTRACT

The *Pau de Colher* Movement is inserted along with the millennial messianic movements, occurred between 1937 and 1938, in a village belonging to the municipality of Casa Nova, in the wilderness of the State of Bahia. During that period, the site was located on the border with the municipality of São Raimundo Nonato, State of Piauí, and nowadays called Dom Inocêncio. Known as "The War of Pau de Colher" or "Cacereteiros' War", that socio-religious movement was strangled by the army and police forces of the States of Bahia, Piauí and Pernambuco during the beginning of the implantation of the Estado Novo (by Getúlio Vargas government), what brought in it death, wounded, orphans and in the destruction of the adjunct. In order to investigate the socioreligious movement of *Pau de Colher* in the archaeological perspective, we seek to identify and map the spaces of antagonism, the remaining material culture and its influences on the perception of the landscape, as well as the re-significations and appropriations of that place and the movement in the contemporaneity. For this, we initially carried out the study of the context of the village formation and socioeconomic aspects from structures linked to the so-called livestock cycle, since we reflect in this study that *Pau de Colher* would already be inserted in this dynamic. Thus, in addition to the written and oral sources, the study of historical narratives and the materiality protected by residents and also located in the area of the massacre, we consider the spaces related to the adjunct and the massacre occurred in the early days of 1938, as aspects of the material culture and landscape.

Keywords: *Pau de Colher*. Archeology. Landscape. Material Culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização dos arraiais e das cidades com destaque para a tríplice fronteira na região de Pau de Colher.....	36
Figura 2 – Localização do Arraial Pau de Colher em relação aos municípios envolvidos.	37
Figura 3 – Detalhe para a região de Pau de Colher – BA.....	38
Figura 4 – Demonstrativo da estratégia policial para a tomada de Pau de Colher.....	54
Figura 5 – Espacialidade e localização dos elementos econômicos relacionados a Pau de Colher	75
Figura 6 – Árvore juazeiro onde ocorria a feira.	79
Figura 7: Adaptação da carta geográfica de 1828 da Província do Piauí de Scharzmann. Os pontos na cor verde demonstram a localização de povoados ainda existentes. O círculo vermelho projeta a suposta localização de Pau de Colher entre as duas estradas: “Travessia Velha e Travessia Nova”.	83
Figura 8: Trecho arruinado da “Estrada Real do Gado” ou “Travessia Velha”,	84
Figura 9 - Local da antiga cacimba que abasteceu o reduto.	87
Figura 10 – Salinas de Zacarias, localizadas no termo de Pilão Arcado-BA. Recorte do mapa da Província do Piauí de José Ribeiro da Fonseca Silveiras.....	89
Figura 11: Aspectos sedimentares e locacionais da “Salina da Baraúna”, Pau de Colher-BA.	91
Figura 12: Aspectos sedimentares e locacionais da “Salina da Baraúna”, Pau de Colher-BA.	91
Figura 13: Aspectos gerais da “Salina do Zé Lourenço” em Pau de Colher-BA.	92
Figura 14: Crosta de sedimentos com sal acumulado. “Salina do Zé Lourenço” em Pau de Colher-BA.	93
Figura 15: Aspectos sedimentares da “Salina do Zé Lourenço” em Pau de Colher-BA. A seta indica área de acúmulo de espargos de sedimentos salinos.	93
Figura 16: Moeda de 40 Réis. Cunhada no período Imperial; com inscrição em Latim no anverso. Coletada na salina do Zé Lourenço - Pau de Colher - BA.	94
Figura 17: Moeda de 40 Réis, cunhada no período Imperial; com inscrição em Latim no reverso. Coletada na salina do Zé Lourenço - Pau de Colher-BA.....	95
Figura 18 – Distribuição espacial de artefatos e estruturas na área do acampamento.	98
Figura 19 – Vista aérea do local de estudo.....	100
Figura 20 – Área central do ajuntamento do Pau de Colher.....	100

Figura 21 – Árvore de umbuzeiro onde iniciaram as orações e marco do acampamento de Pau de Colher.	101
Figura 22 - Dimensionamento da área das residências e da concentração de restos construtivos das residências da taipa no acampamento de Pau de Colher.	102
Figura 23 - Concentração de fragmentos de de olaria e restos de estruturas residenciais no acampamento do Pau de Colher.	102
Figura 24 - Restos de estruturas de barracas no entorno da área central do acampamento de Pau de Colher. Madeiras de aroeira (<i>Myracrodruon urubdeuva</i>)	103
Figura 25 - Restos de estruturas de barracas no entorno da área central do acampamento de Pau de Colher. Madeira: Imburana ou Umburana de cambão (<i>Commiphora leptophloeos</i>).	104
Figura 26 - Concentração de fragmentos de garrafas de bebidas alcóolicas, identificados na área do acampamento de Pau de Colher.	105
Figura 27 - Base de garrafa de bebida alcóolica.....	105
Figura 28 - Fragmento de garrafa de bebida alcóolica.....	106
Figura 29 - Forno de cachimbo de argila coletado por moradores na área do reduto.	107
Figura 30 - Detalhes iconográficos foliares no forno de cachimbo de argila coletado por moradores na área do reduto.....	108
Figura 31 - Fogão rústico “trempe” formado por blocos areníticos.....	109
Figura 32 - Trincheira formado por blocos areníticos.....	110
Figura 33 - Estrada de acesso ao acampamento do Pau de Colher, construída em 2003.....	111
Figura 34 - Trincheira escavada na área do acampamento de Pau de Colher. Detalhe das folhas cobrindo a estrutura.	111
Figura 35 - Carreiro de acesso ao acampamento do Pau de Colher, a mesma rota utilizada pelas forças policiais para realizar o primeiro ataque.....	112
Figura 36 - Campo de batalha do embate com a polícia do Piauí. A seta vermelha indica o local onde as montarias estacionaram. A seta verde indica a direção que a polícia seguiria rumo ao acampamento de Pau de Colher, se não tivesse ocorrido o bloqueio.	114
Figura 37 - Rota por onde a força volante pernambucana atacou o reduto, avançando a partir da direção nordeste.	115
Figura 38 - Cartucho de fuzil identificado em prospecção no reduto do Pau de Colher. Calibre compatível com fuzil Mauser.	117
Figura 39 - Inscricão “Kynoch 7m/m” na base do cartucho de fuzil, identificado em prospecção no reduto do Pau de Colher	118

Figura 40 - Cartucho de Fuzil Mauser, com inscrição “HP*1930*. Munição produzido na Suíça em 1930, por Patronenfabrik de Solothun.	118
Figura 41 - Fuzil Mauser ou FO, modelo 1935. Semelhante ao utilizado na destruição do Pau de Colher.	119
Figura 42 - Fuzil metralhador Hotchkiss <i>Benét-Mercié</i> M1922. Modelo utilizado na destruição de Pau de Colher.	120
Figura 43 - Submetralhadora Thompson 1928, com tambor desafixado. Semelhante.	120
Figura 44 - Bergmann-Bayard, baseada em calibre 9mm. Semelhante ao utilizado na destruição de Pau de Colher.	121
Figura 45 - Cartucho de Rifle Winchester 44 “papo amarelo”, sob a guarda de Júlio Nunes, em Pau de Colher-BA.	122
Figura 46 - Cartucho de Rifle Winchester 44 “papo amarelo”. Com inscrição “W.R.A.Co 44.W C F”. na base. Artefato sob a guarda de Júlio Nunes, em Pau de Colher-BA.	122
Figura 47 - Peça percussiva (cão) de arma de pederneira. Encontrado em Pau de Colher. ..	124
Figura 48 - Peça percussiva (cão) de arma de pederneira. Encontrado em Pau de Colher. ..	125
Figura 49 - Pederneira identificada no acampamento de Pau de Colher e coletada por moradores da comunidade.	126
Figura 50 - Artefato rústico para produção de chamas, denominado Papa-fogo. Produzido com chifre e couro bovino, chapa de aço, lã e sílex para gerar fagulhas.	127
Figura 51 - Cacete marcado com cruzes.	127
Figura 52 - Cabo de canivete coletado por moradores na área do reduto.	128
Figura 53 - Grosa de marcenaria adaptada em lâmina de punhal. Artefato adaptado e coletado na área do acampamento de Pau de Colher.	128
Figura 54 – Disposição espacial das valas coletivas na região do Pau de Colher.	130
Figura 55 - Vala coletiva. Os blocos rochosos delimitam a dimensão dessa estrutura.	131
Figura 56 - Ponta de projétil deflagrado e encontrado próximo à vala coletiva.	133
Figura 57 - Ponta de projétil de chumbo.	134
Figura 58 - Fragmento de osso próximo à vala coletiva.	135
Figura 59 - Fragmento de osso próximo à vala coletiva.	135
Figura 60 - Fragmentos de latas de querosene nas imediações da vala coletiva.	136
Figura 61 - Lata de querosene nas imediações da vala coletiva.	136
Figura 62 - Cruz nas imediações da vala coletiva indicando a sepultura do líder do movimento do Pau de Colher, Senhorinho.	137

Figura 63 – Fragmento da cruz indicando o local da Morte de Ângelo Cabaça, na área do acampamento do Pau de Colher.	137
Figura 64 - Fragmento da cruz indicando o local da morte do cabo Vieira, morto no primeiro embate, na área do acampamento do Pau de Colher.	138
Figura 65 - Cruz fragmentada marcando o local do “juazeiro da cruz”.	139
Figura 66 – Sr. Gregório durante visita a área da Capoeira da Cruz (vala 2)	140
Figura 67 - Local apontado como uma vala coletiva na capoeira da cruz.....	142
Figura 68 - Acervo de material arqueológico da comunidade de Pau de Colher. Alguns desses materiais foram coletados na “capoeira da cruz”.	143
Figura 69 - Vala do sítio arqueológico “capoeira da cruz”.	144
Figura 70 - Local da vala coletiva da “Santa Cruz”.....	145
Figura 71 - Local da vala coletiva da “Santa Cruz”	146

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
LISTA DE FIGURAS.....	10
INTRODUÇÃO	16
1. O MOVIMENTO DO PAU DE COLHER E SEU CONTEXTO SÓCIO- HISTÓRICO	24
1.1 PAU DE COLHER E O ESTADO NOVO: ALGUNS ANTECEDENTES SOCIOPOLÍTICOS.....	24
1.2 CONEXÕES E CONVERSÕES DO MOVIMENTO	34
1.3 A GÊNESE DO MOVIMENTO	47
2.TEORIA E METODOLOGIA	56
2.1 A PAISAGEM.....	56
2.1 A PAISAGEM EM ARQUEOLOGIA.....	58
2.3 METODOLOGIA.....	64
3. PAU DE COLHER: ESPACIALIDADE E PAISAGEM	73
3.1 UM LUGAR DE PASSAGEM	73
3.1.1 A Feira do Pau de Colher	76
3.1.2 Casa do Romualdo.....	80
3.1.3 A Travessia Velha ou Estrada Real do Gado	81
3.2 CACIMBA VELHA	85
3.3 SALINAS DE JOSÉ LOURENÇO E DA BARAÚNA	87
3.3.1 Salina da Baraúna	90
3.3.2 Salina do Zé Lourenço.....	92
4. PERIGO COMUNISTA OU DEVOÇÃO SERTANEJA? UMA PAISAGEM DE EXTERMÍNIO NO SERTÃO DA BAHIA	97
4.1 VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS	99
4.2 FÉ, CACETE E BALA: UM ESPAÇO EM CONFLITO	112
4.3 RASTROS DA DESTRUIÇÃO	129
4.3.1 Vala Coletiva do Acampamento.....	130
4.3.2 Sepultura da Capoeira da Cruz	138
4.3.3 Vala da Santa Cruz	143
FONTES E BIBLIOGRAFIA	151

DOCUMENTOS	151
ENTREVISTAS	151
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICES	158

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o movimento sociorreligioso de Pau de Colher¹, desencadeado entre os anos de 1937 e 1938 no município de Casa Nova - BA, a partir de uma análise da espacialidade e dos remanescentes materiais, sob a perspectiva da Arqueologia da Paisagem e Arqueologia Histórica. Além disso, pretendeu-se compreender a respeito do processo de ocupação do lugar, anterior ao ajuntamento sociorreligioso.

O evento em questão, é popularmente conhecido como Guerra do Pau de Colher ou Guerra dos Caceteiros; no entanto, essas terminologias não foram empregadas neste trabalho para fazer alusão ao conflito, por considerarmos que a utilização do termo “guerra” seria pertinente para designar um evento belicoso, onde os grupos antagônicos possuísem a mesma proporção de forças ou que a disparidade de ataque e defesa fosse mínima.

Além disso, compreendemos que a palavra “guerra” tenha sido inserida ao contexto específico, como um artifício midiático oficial² para mascarar a repressão praticada em Pau de Colher, a partir do uso desproporcional das forças por tropas estatais sobre o grupo de civis concentrados na referida região, resultando assim, no massacre de mais de mil sertanejos.

Em relação ao termo “guerra dos caceteiros”, consideramos que o mesmo foi concebido e empregado de maneira pejorativa e tendenciosa, com a finalidade de cristalizar no imaginário popular a ideia de que o massacre ocorrido na comunidade Pau de Colher, teria sido praticado exclusivamente pelos próprios indivíduos “incivilizados e bárbaros”, participantes do evento, através do emprego de “cacetes” rústicos; escondendo assim, ou tornando diminuta a participação e responsabilidade do Estado na chacina.

Portanto, recorreremos ao trabalho da pesquisadora Cristina Pompa³ onde a autora emprega os termos “movimento sócio religioso” para designar o ocorrido em Pau de Colher, situando o cerne da abordagem numa manifestação coletiva do *catolicismo rústico ou popular*,

¹ Nome do povoado pertencente ao Município de Casa Nova, norte do Estado da Bahia, que em 1937 recebeu seguidores do Beato Senhorinho. Pau de Colher é uma árvore pertencente à família das *ramnáceas*, típica da caatinga, muito comum na região e também utilizada na confecção de “cacetes” símbolo do movimento messiânico.

² Sobre essas questões ver: CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O Combate ao Catimbó**: Práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFPE. Recife, 2001; CANCELLI, E. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1994.

³ POMPA, Maria Cristina. **Histórias do fim do mundo**: para uma leitura do movimento sociorreligioso de Pau de Colher. Dissertação (mestrado em antropologia). Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: UNICAMP, 1995.

composta por evidentes aspectos religiosos, sociais, psicológicos e sincréticos, atuando simultaneamente em um espaço socialmente definido, regido por influências materiais e metafísicas.

Para a autora, o catolicismo rústico corresponde à mesma religião da igreja católica, porém com reinterpretações dos símbolos e dos significados. “Os próprios agentes não percebem esta autonomia, nem, muito menos, uma oposição à Igreja, cuja autoridade (e até a superioridade sacramental) nunca é posta em discussão. Talvez, mais do que numa produção autônoma, seria correto falar em gestão autônoma”.⁴

Desse modo, as ideias de movimento, amplitude material, simbólica, tempo, conexões e memórias, presentes no corpo teórico das pesquisas que envolvem Paisagem e Arqueologia⁵, convergem com a abordagem proposta por Cristina Pompa, para referenciar o movimento sociorreligioso de Pau de Colher e, por ser pertinente, empregamos essa designação no presente trabalho.

A autora Maria Isaura de Queiroz, ao empreender estudo sobre os movimentos messiânicos-milenaristas, os classifica como “movimentos rústicos”. Segundo ela, são movimentos típicos de sociedades tradicionais, motivados pelas crenças do catolicismo popular.⁶ O messianismo seria um movimento social com foco no aparecimento de um messias ou das ações motivadas pelas suas manifestações.

O messianismo não é crença passiva e inerte de resignação e conformismo; apontando para a possibilidade de um futuro melhor. [...] em certas circunstâncias leva os homens a se congregarem para conseguir, por meio da ação, os benefícios que almejam.⁷

A amplitude simbólica e material do movimento sociorreligioso de Pau de Colher irradiou-se desde o seu epicentro, na localidade homônima, até municípios do Sudeste e extremo sul do estado do Piauí, através da sua capacidade de atrair pessoas de diferentes lugares. Sendo possível perceber indicativos do estabelecimento das conexões deste movimento e da sua dilatação simbólica e espacial, adquirindo, portanto, um caráter dinâmico e transformador a partir de mudanças na mentalidade e na conduta dos congregados e demais

⁴ POMPA, op.cit., p. 136.

⁵ INGOLD, T. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.

⁶ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Messianismo no Brasil e no mundo**. (1965), 2ª edição, São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

⁷ Ibidem, p.15.

indivíduos que protagonizaram o cotidiano dos eventos. Todavia, por questões de tempo e por não ser objetivo desse trabalho, não foi possível abarcar um território tão vasto nesse momento.

Pau de Colher faz parte dos movimentos populares que ocorreram a partir das primeiras décadas da República e despertaram alerta ao sistema político e econômico adotado no país, gerando conflitos em diferentes regiões. Dentre estes, destacam-se a Guerra de Canudos (1893-1897)⁸; Guerra do Contestado (1912-1916)⁹; Caldeirão (1932-1937)¹⁰ e Guerra do Pau de Colher (1937-1938). Entre as características que os tornam semelhantes, evidenciou-se o fato de que todos esses movimentos eclodiram em função de graves problemas sociais, associados à presença mínima do poder público.

As duas últimas manifestações mencionadas acima são contemporâneas. O movimento do Pau de Colher resultou de preceitos de caráter messiânico que se espalhou e ganhou força entre os estados do Ceará, Piauí e Bahia, despertando o receio do Estado em relação ao crescimento dessa manifestação religiosa.

Para compreender o processo de surgimento do movimento de Pau de Colher, é necessário recorrer ao ajuntamento sociorreligioso ocorrido no sítio Caldeirão, na Chapada do Araripe, Estado do Ceará, sob a liderança do beato José Lourenço. Natural da Paraíba, o mesmo teria no ano de 1890 chegado a Juazeiro do Norte com os pais e irmãos junto aos primeiros grupos de romeiros em busca de alcançar os “milagres”. Tornou-se amigo e pupilo do Padre Cícero e, posteriormente, ingressou em uma ordem de penitentes que praticavam a autoflagelação como ritual de purificação e retidão espiritual.¹¹

Em 1934, morre Padre Cícero e, dois anos depois, intermediado pela sanha da revolução de 1935, sob um contexto de forte tensão política que pairava sob o estado do Ceará, - em detrimento do declarado estado de sítio e repressão às liberdades civis -, Caldeirão cai em derrocada, cuja atribuição da responsabilidade incide sobre a Igreja Católica, os fazendeiros e a política local.

O movimento messiânico liderado por José Lourenço tornou-se um centro de irradiação de beatos que percorreram o sertão nordestino rezando e aconselhando. Entre os

⁸A Guerra de Canudos (1893-1897) foi um conflito deflagrado na Bahia, entre o exército brasileiro e um grupo de sertanejos participantes de um movimento sociorreligioso, liderados por Antônio Conselheiro. Ver: CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo, Três, 1984-Biblioteca do Estudante.

⁹ A Guerra do Contestado (1912-1916) ocorreu no planalto sul brasileiro, e resultou em milhares de mortos. A causas do conflito relacionam-se ao “fanatismo” religioso e demais formas de messianismo que impeliram os ajuntamentos das populações rurais causando a intervenção das autoridades. Ver: MONTEIRO, 1974.

¹⁰ Movimento sociorreligioso ocorrido no Ceará entre 1932- 1937, liderado por José Lourenço, destruído pelo governo Vargas.

¹¹ POMPA, 1995.

nomes destacou-se Severino Tavares. Em suas andanças, tinha Severino estado no lugarejo Pau de Colher, a alguma distância da Vila de Casa Nova, na Bahia [...] ¹². Em fins de 1937, chegou à localidade Pau de Colher o beato Quinzeiro, um dos remanescentes do Caldeirão, que narrou a morte de Severino e disse estar ali para lembrar o movimento no Ceará. A partir de então, mais pessoas passaram a ser atraídas para Pau de Colher, com vistas a receber as bênçãos e participar das rezas.

Ocorre que, até o momento, as pesquisas relacionadas a Pau de Colher, tratam em grande maioria da religiosidade e situam o movimento como uma extensão de Caldeirão-CE. Portanto, os estudos dedicados às relações entre paisagem, espacialidade e cultura material do referido ajuntamento, ainda não perpassam o nível de insipiência.

Dentre as contribuições referentes ao tema em questão, uma das primeiras pesquisas relativas a Pau de Colher foi empreendida por Raymundo Duarte. Em *Notas preliminares do estudo do movimento messiânico de Pau de Colher* ¹³, o autor insere o aludido ajuntamento entre os movimentos messiânicos e afirma que o mesmo surgiu sob influência da manifestação religiosa de Caldeirão liderado por José Lourenço, situado no município de Crato – CE; assim como estaria intimamente ligado às manifestações religiosas em Juazeiro do Norte – CE, que tinha Padre Cícero como líder.

Raimundo Estrela, natural de Casa Nova/BA, que atuou como médico no atendimento aos feridos do massacre das forças policiais ao ajuntamento do Pau de Colher, escreveu um livro intitulado *Pau-de-colher, um pequeno Canudos: conotações políticas e ideológicas*, ¹⁴ utilizando para isso diversas correspondências e depoimentos de militares relacionados ao acampamento e ações de combate ao mesmo. O autor também relaciona Pau de Colher ao movimento de Caldeirão e à figura de Padre Cícero, destacando que o ajuntamento de Pau de Colher foi organizado com um objetivo de transição. Isto é, de que a partir desse adjunto o grupo pudesse reocupar e reorganizar Caldeirão.

¹² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Messianismo no Brasil e no mundo**. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 290.

¹³ Cf.: DUARTE, Raymundo. **Notas preliminares do estudo do movimento messiânico de Pau de Colher**. Comunicação apresentada ao IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: UFBA, Salvador, 1969. (mimeo); DUARTE, Raymundo (1963). Um movimento messiânico no interior da Bahia. In: **Revista de Antropologia**, vol. 11 (1-2), p. 45-51. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110685/109126>. Acesso: 20/12/2018.

¹⁴ ESTRELA, Raimundo. **Pau de Colher, um pequeno Canudos: conotações políticas e ideológicas** (1997). 2º ed. rev. Salvador: Assembleia Legislativa, 1998.

Em seu trabalho intitulado *Histórias do fim do mundo: para uma leitura do movimento sócio-religioso de Pau de Colher*¹⁵, a historiadora e antropóloga Maria Cristina Pompa, empreende uma análise sobre os eventos messiânicos no meio rural brasileiro sob um viés sócio-histórico. Utilizando as memórias de sobreviventes para tratar do tema e enfatizar o universo simbólico e a dinâmica interna do movimento do Pau de Colher.

Ao buscar interpretar os movimentos sociais ocorridos na República, o geofísico Ruy Bruno Bacelar de Oliveira, em seu livro *De Caldeirão a Pau de Colher: a Guerra dos Caceteiros* descreve sucintamente a formação geográfica, a fauna e a flora do território do conflito, bem como, os costumes da população que habitava aquela área. Segundo o autor, o mesmo utiliza-se de relatos orais para destacar a questão da luta de classes naquele período¹⁶.

Em *O Movimento Messiânico de Pau de Colher: uma reconstituição histórica*, Maria Alba Melo, interpreta o movimento a partir de uma análise política, abordando as conexões entre oligarquias e o coronelismo na região do Baixo e Médio São Francisco, através da História Social; destacando que as origens desse conflito estariam ligadas ao sistema coronelista e às desigualdades sociais existentes entre a população¹⁷.

Por fim, Ana Lúcia Aguiar, em sua dissertação sobre *O movimento do Pau de Colher na perspectiva dos atores sociais: relações entre significações da religião e da miséria*, analisa o movimento a partir da ótica de alguns sobreviventes e de seus descendentes também na perspectiva dos movimentos “messiânicos”, destacando a relação entre as ressignificações da religião e da miséria no cotidiano do “adjunto”. Outra questão que a autora aponta refere-se ao fato de que os estudos até então empreendidos sobre o Movimento de Pau de Colher o colocam enquanto extensão de Caldeirão de José Loureço, o que, segundo ela, minimiza a importância histórica e sociológica do lugar e de seus seguidores¹⁸.

Intitulado *Depois da Guerra, nos resquícios das cinzas, eis que existe “vida”: Guerra do Pau de Colher sob a ótica da Arqueologia Histórica*, o trabalho monográfico de Auritana Gomes faz uma análise da materialidade em posse dos moradores da localidade e descreve alguns objetos relacionados ao evento em questão. Para então empreender uma reflexão sobre

¹⁵ POMPA, Op. Cit.

¹⁶ BACELAR DE OLIVEIRA, Ruy Bruno. **De Caldeirão a Pau de Colher: a guerra dos caceteiros**. Vitória da Conquista, Bahia: Editora Engeo, 1998.

¹⁷ MELLO, Maria Alba Guedes Machado. **O movimento messiânico de Pau de Colher: uma reconstituição histórica**. *Revista da Bahia*, v. 33, n.19, Salvador, 1991.

¹⁸ LEANDRO, Ana Lúcia Aguiar Lopes. **O movimento de Pau de Colher na perspectiva dos atores sociais: relações entre significações da religião e miséria**. (Dissertação de Mestrado) Recife: Departamento de Sociologia da UFPE, 2003.

o papel da Arqueologia Pública para a preservação do local e dos materiais remanescentes do Movimento do Pau de Colher.¹⁹

Apesar da vasta bibliografia sobre Pau de Colher e de tais estudos conferirem importância à produção de conhecimento e compreensão do Movimento nos seus aspectos políticos, sociais e religiosos, cabe ressaltar que no que refere às pesquisas em Arqueologia, especialmente em relação às questões da Paisagem, aos espaços e a materialidade concebidos em função do conflito, os estudos são incipientes.

Assim, por meio dessa pesquisa procuramos responder alguns questionamentos em relação ao Pau de Colher, tais como: quais elementos da paisagem indicam ou justificam a ocupação daquele lugar anterior ao movimento do Pau de Colher? É possível perceber os espaços e lugares atrelados a essa construção socio-histórica na paisagem e no registro arqueológico? Em relação ao movimento socio religioso do Pau de Colher, quais os elementos materiais e simbólicos que compõem essa paisagem? Qual a extensão dessa paisagem enquanto construção social?

Diante dos vestígios materiais identificados durante as prospecções e das informações adquiridas por meio da oralidade, algumas hipóteses foram levantadas sobre a ocupação dessa porção semiárida. Nesse caso, acreditamos que a região estaria ligada a uma dinâmica socioeconômica inerente ao ciclo do gado e à rede de relações e fluxos humanos presentes nesse contexto.

Considerando a importância da materialidade e dos espaços no processo de rememoração dos eventos pelos indivíduos, Maurice Halbwachs destaca que:

[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca²⁰.

Deste modo, os espaços que protagonizaram embates, conflitos de maiores proporções, os quais desenrolaram-se em lutas físicas, como alguns campos de batalha, são locais de intersecções ou espaços detentores da cultura material situados na paisagem, e

¹⁹ JESUS, Auritana Gomes de. **Depois da guerra, nos resquícios das cinzas, eis que existe “vida”**: guerra do Pau de Colher Sob a Ótica da Arqueologia Histórica. Monografia. UNIVASF: São Raimundo Nonato, 2016.

²⁰ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. JONES, Sian. *The Archaeology of Ethnicity*. Londres: Routledge, 1997, p. 150.

indissociavelmente estão diretamente vinculados às memórias individuais e coletivas. De acordo com John Carman:

Muitos campos de batalhas históricas são nitidamente marcados, principalmente pela construção de monumentos ou outras estruturas. Alguns – notadamente os de períodos mais recentes – mantêm os cemitérios com todos os atributos monumentais do espaço funerário. Outros são marcados como lugares históricos para serem notados por visitantes por meio da presença de obeliscos, placas e painéis explicativos. Outros são mantidos como patrimônio pleno, incluindo as instalações de um museu, caminhadas guiadas e outros elementos de apresentação do passado [...] ²¹.

No contexto brasileiro foram realizadas pesquisas relevantes que, ancoradas num corpus teórico e metodológico bem definido, colaboraram para a produção de conhecimentos a partir do olhar arqueológico e também no estabelecimento de um marco para pesquisas dessa natureza. Dentre estas, podemos citar as contribuições e reflexões relativas ao tema da Guerra de Canudos na Bahia, apresentadas por Paulo Zanettini. Mediante uma abordagem interdisciplinar entre Arqueologia/História, o autor em questão, concebeu o soluto de questões pertinentes à identidade dos grupos que estiveram envolvidos nesse importante evento da história nacional ²².

No Piauí, a pesquisadora Maria do Amparo Carvalho (2014) realizou um trabalho pioneiro referente ao estudo dos conflitos. A autora faz uma análise da reminiscência material do campo de Batalha do Jenipapo e da ressignificação dos seus espaços e lugares enquanto elementos de memória e devoção religiosa. A autora analisou os espaços produzidos pelo evento, através da realização de prospecções arqueológicas que possibilitaram a identificação de vestígios materiais e mapeamento daquela área ²³.

Considerações feitas, é importante destacar os caminhos percorridos por esta pesquisa e sua relação com as fontes. O interesse pelo tema nasceu muito antes do desejo em ingressar no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPI. Quando ouvia as histórias da minha bisavó materna, referentes à “Guerra dos Caceteiros” e as suas consequências; assim a curiosidade em conhecer melhor o Movimento do Pau de Colher crescia. Em 2008, juntamente

²¹ CARMAN, John. **Battlefields as cultural resources**. Post medieval Archaeology. Volume 39, 2005, p. 220, *apud* LINO, FUNARI, 2013, p.14-15.

²² ZANETTINI, Paulo Eduardo. Arqueologias de Canudos. In: LINO, Jaisson Teixeira; FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs.). **Arqueologia da Guerra e do Conflito**. Erechim-RS: HaLilis, 2013. p. 183-194.

²³ CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **Batalha do Jenipapo: reminiscências do cultural material em uma abordagem arqueológica**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, Porto Alegre, 2014. 290f.

com os amigos Rômulo, Joaquim Neto e Bernardo, iniciamos o trabalho de produção de um documentário sobre Pau de Colher que apresentasse depoimentos de protagonistas do Movimento. Chegamos a realizar algumas entrevistas e filmagens de sobreviventes, incluindo o senhor Petronílio José Lopes. Apesar do trabalho não ter sido concluído, a necessidade de estudar Pau de Colher continuou, agora com a possibilidade de investigação a partir da Arqueologia.

Sendo assim, o trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos a contextualização socio-histórica do objeto de pesquisa, relacionando-o ao contexto político nacional, regional e local, ao tempo que são apontadas algumas condicionantes que influenciaram o surgimento do movimento sociorreligioso do Pau de Colher. Destacamos o processo de ocupação, desenvolvimento econômico e as relações políticas regionais predominantes no submédio São Francisco, bem como a organização e itinerário das forças repressoras, articuladas e instituídas sob a insígnia do Destacamento do Vale do São Francisco e a atuação destas na destruição daquela comunidade religiosa.

No segundo capítulo, são apresentadas as bases que norteiam esta pesquisa, partindo de pressupostos teóricos e metodológicos da Arqueologia da Paisagem e da Arqueologia Histórica para uma análise do movimento do Pau de Colher, a partir da incorporação de um mapeamento ao contexto do conflito, que demonstrasse o início da aglomeração, os antagonismos, a fragmentação do reduto e seus remanescentes materiais impressos no meio físico.

O terceiro capítulo, intitulado “Pau de Colher: espacialidade e paisagem”, corresponde aos resultados obtidos a partir da análise dos dados levantados durante as pesquisas de campo, especialmente sobre os aspectos sociais, econômicos e da paisagem que indicam que a ocupação daquele lugar, pode ter ocorrido antes do ajuntamento religioso, procurando demonstrar que aquela região já possuía uma dinâmica socioeconômica estabelecida.

Por fim, o quarto capítulo é dedicado à caracterização espacial da área de estudo e análise dos remanescentes arqueológicos pertencentes aos eventos ocorridos em Pau de Colher.

Com isso, esperamos com esse trabalho, apresentar um novo olhar sobre o Movimento do Pau de Colher, contribuindo assim para a dilatação das discussões acerca da temática.

1. O MOVIMENTO DO PAU DE COLHER E SEU CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

As conversões sociopolíticas ocorridas no Brasil entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX, submergiram o país em um horizonte de caos e deriva social, impulsionando o surgimento de importantes movimentos populares, cujas engrenagens e ressonâncias marcaram as narrativas socio-históricas do processo de construção nacional. A Guerra de Canudos (1893-1897); Guerra do Contestado (1912-1916); Caldeirão (1936-1938) e Guerra do Pau de Colher (1937-1938) são movimentos resultantes da instabilidade social desse período. Esse último, ainda provoca inquietação no imaginário sertanejo e está envolto em muitas questões ainda não elucidadas.

Portanto, a fim de compreendermos o contexto a que o Movimento de Pau de Colher estava inserido, destacamos neste capítulo algumas questões sociais e políticas relacionadas ao período em que ocorre o ajuntamento de pessoas no local e, em seguida a destruição do mesmo durante o governo de Getúlio Vargas.

1.1 PAU DE COLHER E O ESTADO NOVO: ALGUNS ANTECEDENTES SOCIOPOLÍTICOS

O ápice do ajuntamento em Pau de Colher coincidiu com a implantação da ditadura do Estado Novo, no final ano de 1937, cujo período é marcado pela centralização política, autoritarismo, repressão às liberdades e violência.

No intuito de atender às críticas da sociedade contra o velho regime oligárquico, Getúlio Vargas propunha a modernização de vários setores, direcionando um processo de transição de sistema econômico agroexportador para o eixo industrial urbano²⁴.

Apesar de parecer uma proposta moderna e inovadora, a concepção das ideias de reformulação do Estado havia sido esboçada desde a década de 1920, a partir das manifestações dos intelectuais modernistas, do movimento tenentista da Velha República e do Integralismo²⁵. Deste modo, a diretriz ideológica do Estado Novo estava ancorada em uma proposta de

²⁴ ROCHA, Rafael Pires: **Propaganda política e censura no Estado Novo em Pernambuco (1937- 45)**. Recife, 2008.

²⁵ CAMPOS, Op. Cit., p. 180.

envolvimento popular e de forte apelo ao sentimento nacionalista, cuja fonte inspiradora exógena, adveio dos modelos políticos praticados na Alemanha e Itália nazifascista. Todavia, a implantação doutrinária desse novo regime ocorreu mediante articulações de intelectuais, da imprensa, de setores da igreja católica e da criação ou ampliação de departamentos estatais específicos, destinados à repressão, doutrinação, propaganda e difusão das ideias desse projeto.

No intuito de criar uma aparência de um governo voltado aos interesses populares em torno da administração de Getúlio Vargas, como o idealista e firme condutor de um processo modernizador e de unificação nacional, eram direcionados às classes trabalhadoras alguns benefícios trabalhistas e obras sociais, mas também a correção necessária a quem demonstrasse desobediência e oposição. Desta maneira, tornava-se evidente um discurso binário, que na essência pretendia ser altruísta, mas nas entrelinhas nutria-se pela imposição da obediência cega. Assim,

Desde os primeiros momentos em que assume o poder, Getúlio Vargas procura construir um discurso, considerado por muitos historiadores como populista, colocando a figura de Vargas como sendo “o provedor para os bons filhos”, e um “pai severo” para aqueles que o desobedecessem. As obras sociais, especialmente as que se referem aos trabalhadores, eram sempre colocadas como uma doação pessoal do nosso “grande líder”, que percebendo as necessidades dos brasileiros, “doava” benefícios como as leis trabalhistas. Constituído, assim, o que ficou conhecido como o “mito da outorga”.²⁶

Nesse contexto, nasceu um clima crescente de contestação e oposição ao Estado Novo, que contribuiu para o surgimento de antigos ranços políticos e uma consequente tensão social, exposta na gestação de importantes movimentos populares que difundiram uma gama de ideias oriundas dos mais diversos atores sociais. Destacam-se a Ação Integralista Brasileira (AIB), de proposta antiliberal, direita conservadora, nacionalista e anticomunista e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) que representou a mais ferrenha junção opositora ao regime de Vargas e a (AIB), reunindo sob a mesma bandeira comunistas, nacionalistas e católicos.²⁷

A partir dessas manifestações populares, eclodiu em novembro de 1935, um levante comunista em várias capitais do país, cujo propósito seria destituir Getúlio Vargas, suprimir o Estado Novo e implantar o comunismo como forma de governo, onde deveria ser o presidente Luís Carlos Prestes.²⁸ Após o sufocamento do levante comunista e prisão das suas lideranças,

²⁶ ROCHA, Op. Cit., p. 12.

²⁷ CAMPOS, 2001; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade)

²⁸ Luís Carlos Prestes, militar e político comunista do Brasil e principal opositor e inimigo de Getúlio Vargas. E um dos líderes do movimento político e militar, conhecido como a Coluna Prestes.

o governo fortaleceu o regime e impôs uma série de artifícios de policiamento e controle social e, sob a chancela do congresso, é declarado Estado de Sítio²⁹ e Estado de Guerra³⁰, que se estendem até fins de 1937.

A disseminação do clima de insegurança nacional e medo generalizado foram fomentados a partir da suposta descoberta de um plano conspiratório comunista, cujo intuito seria a destituição do governo.

A reação de Getúlio Vargas e sua postura relativa à maneira como aborda essa situação, tão bem estruturada pela propaganda governamental, pode ser interpretada através do conceito “Mito da Conspiração”³¹, ilustrado através da apresentação de três narrativas de construção mitológica em três organizações distintas: O mito da conspiração judaica, jesuíta e maçônica; onde são identificadas características comuns, como a articulação de um plano metodicamente elaborado com o objetivo de conquista e sujeição. Onde os envolvidos possuem recíproca ligação por um juramento de segredo e silêncio e que o castigo ou a morte seriam o ônus da não obediência dessa diretriz.

Desse modo, o regime comunista se “enraizaria” no meio social, adensando suas ramificações até o completo envolvimento das principais esferas que norteiam a sociedade: os campos econômicos, políticos, sociais e religiosos.

A partir de então, promoveria especulações e expropriações financeiras; apropriação e submissão do poder governamental, dos meios educativos e formativos, além disso, estimulariam a corrupção, degradação religiosa, dos costumes, tradições e valores morais.³² Segundo Elizabeth Cancelli, ao ser disseminada pelos comunistas a existência de uma ordem alternativa, de esquerda, que questionava as bases do capitalismo, dos representantes da

²⁹ Estado de Sítio é um dispositivo jurídico da Constituição Federal, previsto no art.137, que permite ao chefe de estado, diante de situações anormais ou críticas, suspender garantias constitucionais, como o direito de ir e, proporcionando desse modo ao estado, um poder maior de policiamento.

³⁰ Estado de Guerra é um dispositivo jurídico da Constituição Federal, previsto no art.137, o qual pode ser acionado pelo chefe de estado, em caso de graves ameaças à segurança nacional. Durante essa condição há a suspensão dos direitos civis e institucionalização da pena de morte.

³¹ GIRARDET, 1987, *apud* ROCHA, 1998.

³² ROCHA, Op. Cit.

burguesia e da ‘nova ideologia’, estes ocupavam um papel de destaque enquanto inimigos do Estado.³³ Outros precedentes que depunham contra essa vertente política e ideológica, foram a tentativa frustrada de tomada do poder, na intitulada Revolta Comunista de 1935³⁴; e por terem se organizado internacionalmente no intuito de remodelar o mundo através de seus preceitos políticos e ideológicos.

Outra causa teria sido o emprego pela Ação Integralista Brasileira (AIB)³⁵, da imagem carcomida da República Velha, relacionando-a ao liberalismo e comunismo. Uma vez que, segundo essa vertente, a forma política liberal havia permitido a existência dos conflitos de classe ao abandonar os princípios de ordenamento social, favorecendo, deste modo, antagonismos e revoltas.³⁶

O propósito da AIB era a organização de um “Estado Forte” através de uma campanha anticomunista e antiliberal, com o objetivo maior de centralização do poder, direcionamento da economia, adoção de um sistema de corporativismo e promoção de uma revolução cultural. Sob a liderança de Plínio Salgado, Gustavo Barroso à frente do Departamento de Milícias; Miguel Reale, na chefia do Departamento Nacional de Doutrina da AIB.³⁷

Observando o contexto através dessa perspectiva, é possível perceber que o comunismo representava uma oposição direta ao cerne do governo de Getúlio Vargas, que estava pautado no princípio de ordenação da sociedade sob o mesmo molde.

No intuito de superação de uma crise de legitimidade política na qual estava submerso, o regime estadonovista buscava implantar a homogeneização de todas as esferas sociais,

³³ CANCELLI, Op. Cit.

³⁴ Foi uma tentativa de depor Getúlio Vargas em 23 de novembro de 1935, realizada por militares e com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

³⁵ O símbolo do Integralismo era o “*Sigma*” (Σ), [e ainda é entre os movimentos neo-integralistas da atualidade], de igual maneira como o “*fascio littorio*” foi para o fascismo e a *hakennkreuz* ou *Swastika* no nazismo. TANAGINO, 2013.

³⁶ CANCELLI, Op. Cit.

³⁷ A Ação Integralista Nacional conjurava o povo ao estabelecimento de uma cultura de “cidadãos-soldados” em uma luta constante contra o “perigo vermelho” e ancorados no lema “Deus, Pátria, Família”. Cf. TANAGINO, Pedro Ivo Dias **“É preciso Crer”: Contribuição para uma história do conceito de Homem Integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1932-1937)**. Dissertação de mestrado (História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013, p. 31; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e Revolução: O Integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

articulando discursos, moldando uma nova realidade brasileira a partir do domínio, controle e gerenciamento (quando possível) do universo simbólico dos grupos subalternos.³⁸

A respeito da negação de uma sociedade de ideias heterogêneas, Elizabeth Cancelli destaca que:

Ordenar a sociedade “para um só pensamento brasileiro” o alvo do Estado Novo, significava modificar o lugar do indivíduo e das classes no espaço público, negando as diferenças a pluralidade e quaisquer formas de organização manifestação que pusesse em xeque a concepção orgânica de sociedade.³⁹

No Estado Novo, a concepção de que comunistas congregavam, concebiam e disseminavam as mazelas que pervertiam os valores mais preciosos da sociedade, foi amplamente utilizada para justificar o combate a essa corrente política e reforçar ações repressivas a determinados grupos, como os judeus e estrangeiros.⁴⁰

No período de 1935 a 1937 a repressão e o doutrinamento tornam-se muito severos, e o Estado fez uso amplo de diversos meios para alcançar o apoio popular à causa. Em seu pronunciamento em rede nacional, no ano novo de 1936, Vargas tornou evidente sua postura, através da demonstração de um sentimento de repúdio em relação ao comunismo. Onde a motivação principal seria a sublevação do ano anterior, que resultou em uma tentativa de golpe: “forças do mal e do ódio que campearam sobre a nacionalidade, assombrando o espírito amorável de nossa terra e de nossa gente”.⁴¹

Dessa maneira, a propaganda do Estado Novo angariava o envolvimento massivo da sociedade através do apelo emocional, que conclamava a utilização da força e violência como a ferramenta mais eficaz no combate aos inimigos nacionais. Todavia, o medo generalizado e institucionalizado foi, entre os artifícios de controle, o de maior poder persuasivo e relevante para o empreendimento da contrarrevolução difundida por Getúlio Vargas.

Ainda sob esse aspecto,

O medo e a censura funcionavam como poderosos instrumentos de controle social, emanando, cada qual ao seu modo, *energia* que, por sua vez, colaborava para a sustentação do sistema autoritário. O medo faz calar, tem energia para isso. E, instado pelo pânico (de propagação rápida) o medo sufoca.⁴²

³⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas**. São Paulo, Estação Liberdade, 1997.

³⁹ CANCELLI, Op. Cit., p. 80.

⁴⁰ OLIVEIRA, 1982.

⁴¹ CANCELLI, 1994.

⁴² CARNEIRO, Op. Cit., p. 30.

Após a identificação de uma força comum e perigosa à manutenção da estrutura da lei, ordem e paz social, se fazia necessária a implementação de medidas efetivas de combate, e controle, através da criação de uma polícia especializada na neutralização dos inimigos do regime. De acordo com Maria Luiza Carneiro, a polícia política federal (DOPS) assumiu importante papel junto ao dinamismo das ações de domesticação das massas.

Um dos primeiros passos seria equipar a polícia com um saber técnico e específico que habilitasse ao combate dos inimigos políticos. Este saber daria à sociedade a dimensão de que existia objetividade na luta travada pelo Estado e que, como a conspiração era ilimitada, ou seja, internacional, a polícia deveria ter poderes ilimitados em sua ação. Tanto sob o ponto de vista da atuação interna, como das ligações que deveria estabelecer para manter a eficácia e a aparência de eficácia.⁴³

Deste modo, em 1935, a partir da instauração da Lei de Segurança Nacional⁴⁴, foram instituídos os órgãos de repressão, dentre os quais, a Delegacia de ordem Política e Social (DOPS), destinada à caça e combate aos dissidentes do regime, aos grupos e práticas que fossem consideradas alusivas à ideologia comunista.

A respeito do conceito de “crime político”, Elizabeth Carneiro afirma que houve dilatação deste, de modo a abarcar comunidades organizadas, grupos detentores de projetos étnicos, políticos, religiosos ou culturais diversificados. A partir dessa concepção é possível compreender porque o Estado manteve regulamentos que antecipasse as ações ante o risco de rebeliões. Regulações que se traduziam como “atos legais de violência” autorizando a ação da polícia.⁴⁵

No que diz respeito ao controle do Estado, a repressão sociopolítica no Estado Novo a supostos grupos e indivíduos subversivos, deixaria de ser a tônica, mas teria sua função elevada ao patamar da contraespionagem na busca de suspeitos internos ou mesmo de simpatizantes estrangeiros.

Vargas, através da ação interna de sua polícia e do circuito internacional que montou, comprometia-se com aquilo que Hannah Arendt (1978:555) chamou de “primeiro passo essencial no caminho do domínio total [que] é matar a pessoa jurídica do homem” Suspeitos, todos perdiam, perante o Estado, o estatuto de cidadãos. Caberia assim à polícia, e agora aos militares, inculcar,

⁴³ CANCELLI, Op. Cit., p. 83.

⁴⁴ Id. Ibid.

⁴⁵ CARNEIRO, Op. Cit.

através da força, a fé inabalável de que atingir suspeitos era desenvolver o verdadeiro nacionalismo.⁴⁶

Assim, o discurso de combate ao comunismo germinou, adquiriu forma e corpo robusto, transformando-se numa entidade de múltiplas facetas e de alcance quase ilimitado. No Brasil, o governo propiciou o fortalecimento e ampliação do poder central em detrimento da irradiação do caos, da supressão de poderes regionais, envolvimento popular e controle social.

Uma demonstração dos efeitos e do alcance dessa arma de repressão, manutenção e rearranjo do poder que não poupava nem mesmo os aliados do regime, ocorreu em Pernambuco durante a deposição de um dos principais artífices do Estado Novo, o governador Lima Cavalcanti, em 1937. Este foi uma das principais lideranças que favoreceram o processo empreendido em 1930 e que conduziu a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.⁴⁷

Em virtude do clima de obscurantismo político, Cavalcanti passou a defender uma postura que contrariava a sucessão presidencial de Vargas, tornando-se um entrave aos planos do presidente. Que providencia, por sua vez, um arranjo para depor seu antigo aliado. No tocante à estratégia e motivo desta deposição,

Em outubro de 1937, o Poder Central nomeia, para o cargo de Comandante da 7ª Região Militar, em Pernambuco, o Coronel Azambuja Vilanova. Logo após assumir o cargo, este denuncia, pela imprensa, a descoberta de um plano de levante comunista no Estado. Agamenon Magalhães, peça importante dentro da nova ordenação de forças políticas, torna-se, também, um poderoso instrumento de que Vargas dispõe para intervir no Estado. No mesmo dia em que é outorgada a nova Constituição, é decretado o estado de emergência em Pernambuco, e o Coronel Azambuja Vilanova é nomeado interventor.⁴⁸

A interventora de Azambuja foi breve, apenas o suficiente para anunciar uma suposta participação de Lima Cavalcanti na tentativa de golpe, em 1935, receber uma promoção de patente e repassar o cargo a um importante personagem do regime, Agamenon Magalhães. Concluindo deste modo o plano de Getúlio Vargas de integrar Pernambuco ao Estado Novo, através do artifício da conspiração comunista e da promoção de um clima de instabilidade e medo.

Versando sobre essas questões, Elizabeth Canceli afirma que:

⁴⁶ PANDOLFI, loc.cit.

⁴⁷ CAMPOS, Op. Cit.

⁴⁸ PANDOLFI, Op.cit., p. 188.

Durante todo o período da era Vargas, o governo conseguiria fazer, através de seus múltiplos instrumentos de propaganda, [e contrainformação/desinformação] com que grande parte da população se sentisse engajada nas campanhas cívicas para construção de um novo país. A campanha de caça aos comunistas foi uma delas; e a delação, uma das formas de engajamento popular participativo muito estimulada pelas autoridades. Entregar à polícia um comunista significava um ato de bravura. O gabinete da Presidência da República estava aberto à delação, e ela, simbolicamente tinha mais efeito, porque era feita diretamente ao presidente da República.⁴⁹

O Estado Novo nutria-se do incentivo e implantação de práticas policiais repressoras e deletérias por parte da população; aliadas a uma estratégia de manutenção da instabilidade e alienação social, mediante a utilização dos mais diversos artifícios doutrinários.

Desse modo, criou-se um cenário de excessiva perseguição aos grupos minoritários e às suas práticas cotidianas que representassem qualquer tipo de contestação à ordem vigente. Por exemplo, algumas manifestações religiosas que tivessem suas raízes culturais atribuídas ao combatido anacronismo da República Velha ou que sugerissem ligações com o comunismo.

Dentre os grupos perseguidos e práticas censuradas durante o Estado Novo, utilizaremos como ilustração o exemplo regional da atuação do interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães em Pau de Colher. Essa escolha deu-se por alguns motivos: primeiro, porque o combate e perseguição às religiões não católicas tradicionais, sobretudo aos cultos afro-brasileiros, caboclos ou catimbó, foi uma marca da sua gestão.

Segundo, em virtude da condição geopolítica que o estado de Pernambuco ocupa na composição da tríplice fronteira (PI, BA, PE); e pelo fato do município fronteiriço de Afrânio-PE, na zona conflagrada, ter ficado sob risco de um suposto ataque por parte dos integrantes do Movimento de Pau de Colher. Boato que poderia ter sido concebido como parte de um artifício de contrainformação, visando uma ação imediata que justificaria a implantação de uma manobra militar. Assim como foi realizada, resultando no massacre da comunidade sertaneja, de Pau de Colher.

O terceiro motivo, refere-se ao fato da ação que resultou na chacina e destruição do movimento religioso em questão ter ocorrido no início da gestão Agamenon. Fato este que demonstraria efetividade e legitimidade em sua política repressora, fortalecendo seu poder político e prestígio diante de Getúlio Vargas.

Por fim, a quarta motivação, seria pelo fato da força pernambucana, especializada na guerrilha da caatinga e combate ao cangaço, ter empreendido a destruição do reduto religioso,

⁴⁹ CANCELI, Op. Cit., p. 92-93.

sugerindo possíveis indícios da intervenção direta da política repressiva às religiões não católicas, desempenhadas pelo interventor Agamenon.

O final do ano de 1937 o Estado Novo e sua política de exceção são implantados. Em Pernambuco, Agamenon Magalhães assumiu a administração do Estado, cuja marca do seu governo ficou evidentemente expressa no combate ao Catimbó e demais religiões afro-ubandistas ou afro-brasileiras. Tal intento não foi dissolvido nem mesmo pelo posicionamento de parte da intelectualidade pernambucana, que considerava tais manifestações populares uma das bases da cultura nacional. Desse modo, o artigo no jornal *Folha da Manhã*, de autoria do interventor demonstra sua postura em relação às religiões afro-brasileiras:

As seitas africanas, notadamente, a princípio em pequeno número tiveram nos últimos tempos, grande desenvolvimento no Recife, para o que contribuíram a transigência da autoridade e a influência da propaganda de certos meios intelectuais, visando esta, na sutileza da sua interferência, a formação entre os indivíduos de cor das camadas populares, de um proselitismo à nossa cultura e, portanto, propício às ideias dissolventes da nossa civilização.⁵⁰

A igreja católica, representada pela Congregação Mariana, forte aliada na disseminação do ódio, intolerância e no combate às religiões afro-brasileiras em Pernambuco, expõe um discurso civilizador, rasteiro e racista, onde associa as práticas religiosas não católicas à imundície e insalubridade.

A humanidade não estaciona em formas sociais primitivas, sejam quais forem as atividades que elas condicionem: políticas, religiosas, morais e artísticas [...] O respeito à tradição não exige a sobrevivência da selvageria, da mesma maneira por que a preservação dos costumes pitorescos não impõe a falta de higiene individual.⁵¹

Ainda eram imputados outros atributos nefastos, como o exercício “da selvageria, da luxúria, do charlatanismo e do crime” às formas religiosas rústicas e seus praticantes. A partir desses pressupostos de segregação social interpostos pela influência da igreja católica, o governo de Pernambuco empreendeu uma campanha sobre as religiões afro-brasileiras.⁵²

As ações policiais e os resultados das abordagens eram divulgados na imprensa no intuito de construir um contexto que justificasse os métodos de combate à suposta violência, gerada pelas práticas das religiões afro-brasileiras.⁵³

⁵⁰ JORNAL FOLHA DA MANHÃ *apud* CAMPOS, 2001.

⁵¹ Op.cit., 2001.

⁵² Id. Ibid.

⁵³ Cf.: CANCELLI, 1994; ALMEIDA, 1995.

Um fragmento do Jornal Folha da Manhã informa o seguinte:

Prosseguindo na Campanha de repressão á prática de baixo espiritismo, macumba e outras seitas de exploração, a polícia efetuou uma busca na residência de Severino Miguel de Barros, [...], onde foi apreendido pelo investigador n. 35 o seguinte material: vários livros para magia, 13 "serviços feitos", 3 figuras de animais, 1 retrato de Padre Cícero, 11 vidros contendo xarope de ervas, 1 documentário completo de baixa magia, caveiras de animais, ossos do corpo humano, grande quantidade de ervas diferentes, 1 espada de ferro, 1 vidro hermeticamente fechado contendo solução de mercúrio, 1 "cachimbo de Roberto do Diabo" e muitas outras bruxarias.⁵⁴

Os agentes condutores de tais investigações possuíam uma suposta capacidade técnica de identificar a existência de crimes e atribuir à determinada seita, partindo apenas da identificação de algum conjunto de artefatos presentes em determinado contexto. Para tanto, a inexistência desses artefatos pagãos nos rituais da igreja católica era o parâmetro de classificação ou tipificação do crime.⁵⁵

Desse modo, Agamenon Magalhães estava obstinado a erradicar até os mínimos resquícios que simbolizassem a Velha República, através da extirpação da miséria em todos os seus aspectos, promovendo assim, a modernização da sociedade. Dentre suas estratégias para o alcance do controle social e direcionamento ideológico, firmou um pacto com a igreja católica, representada pela Congregação Mariana, cujos membros compuseram a maior parte do secretariado do interventor:

Dentro desse contexto, Estado e Igreja se juntaram numa caçada a todos aqueles que ameaçavam a ordem estabelecida. Dessa forma, ao objetivarem empreender uma caçada aos inimigos da Igreja, que automaticamente eram considerados inimigos do Brasil, elegeram as religiões afro-brasileiras como uma das mais perigosas práticas anticatólicas na sua luta contra todos os "elementos dissolventes de nossa civilização".⁵⁶

A formalização desse pacto e o envolvimento estatal à causa, podem ser percebidos através de dispositivos administrativos: "em 1938, o Secretário de Segurança Pública e congregado mariano, Etelvino Lins, baixou uma Portaria em todo o estado de Pernambuco, proibindo o funcionamento das "seitas africanas" e gabinetes de "ciências herméticas".⁵⁷

Tais dispositivos funcionariam a partir do referendo da igreja católica, que conduzia à descaracterização, rebaixamento ou demonização da vertente religiosa dissidente. Desse modo,

⁵⁴ FOLHA DA MANHÃ, 1938, *apud* CAMPOS, 2001.

⁵⁵ CAMPOS, 2001.

⁵⁶ ALMEIDA, 1995 *apud* CAMPOS, 2001, p. 213.

⁵⁷ CAMPOS, loc.cit.

eram considerados sobretudo, critérios de segregação racial ou da posição social que seus praticantes ocupassem.⁵⁸

Assim, a preocupação do governo de Pernambuco estava explícita e com uma ampla rede de dispositivos de repressão atuando no combate às manifestações religiosas consideradas não católicas. A oficialização desse posicionamento lança luz à cortina de fumaça e faz suspeitar que as forças que atuaram na destruição de Pau de Colher, no massacre empreendido pelo capitão pernambucano Optato Gueiros, foram influenciadas por essa concepção de depuração religiosa, e que houve um propósito oficial preconcebido no intuito de varrer do mapa aquela comunidade sertaneja.

1.2 CONEXÕES E CONVERSÕES DO MOVIMENTO

Ao analisarmos o contexto sociopolítico o qual Pau de Colher estava inserido, onde a diretriz varguista de unificação nacional, demandava a supressão de manifestações populares que remetessem ao contexto da Velha República e à sua forma desbotada de governo, é possível compreendemos as razões da extrema violência adotada para sufocar o Movimento do Pau de Colher no sertão baiano.

Dessa maneira, qualquer forma/corrente de pensamento ou organização popular estabelecida a partir de moldes considerados arcaicos, tais como as religiões rústicas ou messiânicas que remetessem aos conflitos civis-militares, como a Guerra de Canudos, Contestado, entre outros, representavam impedimentos ao fluxo do ideário político do governo Vargas. Nesse sentido, Pau de Colher não poderia representar um entrave, tampouco converter-se numa nova Canudos.

O Lugar, o Espaço e a Paisagem

O Movimento do Pau de Colher, deflagrou-se numa localidade homônima do município de Casa Nova, extremo norte da Bahia, à época na divisa com o município de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, no lugar Curral Novo (hoje município de Dom Inocêncio-PI). Situado na tríplice fronteira: Bahia, Piauí e Pernambuco (ver mapa figura 1), cujo marco físico é representado pela Serra Dois Irmãos; estrutura geomorfológica que também define o

⁵⁸ CAMPOS, 2001.

contato entre a borda sudeste da Bacia sedimentar do Parnaíba⁵⁹ e a Depressão Periférica do São Francisco.⁶⁰

Nessa região do “Polígono das Secas”⁶¹ do Sertão Semiárido nordestino, encravado no Submédio São Francisco, as altitudes variam entre 200 e 800 metros, caracterizado por uma geomorfologia ondulada, onde predominam os vales abertos em virtude da menor resistência e baixo grau de metamorfismo das rochas que compõem embasamento rochoso.

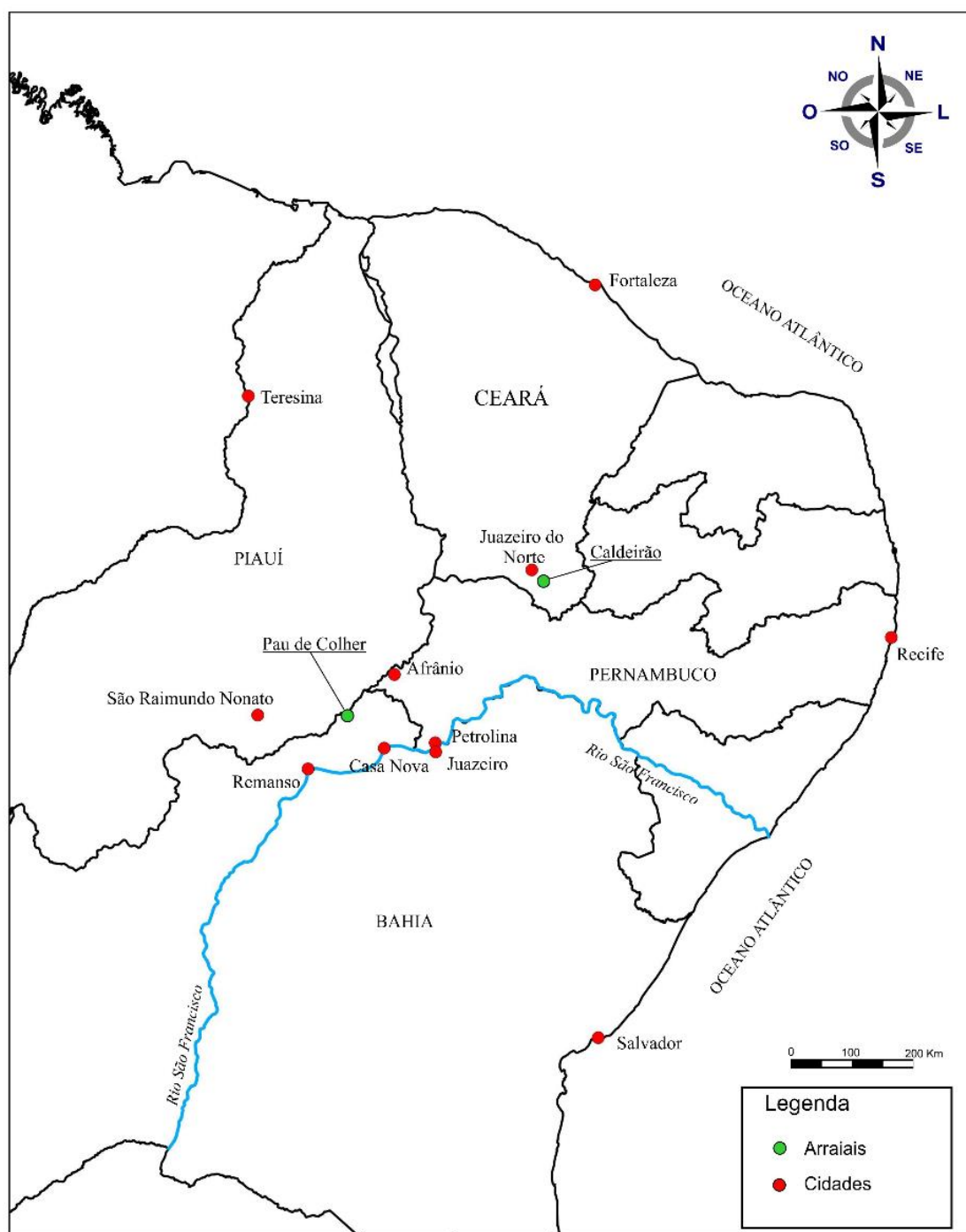
Sobressaem na paisagem física, inselbergs, serrotes e morrotes, esculpidos em rochas de maior metamorfismo como granitos, gnaisses (CPRM, 2005). Predominando um clima semiárido regido por secas prolongadas e baixo índice pluviométrico, oscilando entre 400 a 500 com perdas anuais de 1200 milímetros por evaporação.

⁵⁹ A Bacia Sedimentar do Parnaíba, também conhecida como Bacia do Maranhão e do Meio Norte, compreende uma faixa de sedimentos paleozoicos e mesozoicos (CARNEIRO, 1978).

⁶⁰ A Depressão Periférica do São Francisco é uma divisão geoambiental que se estende desde proximidade da costa do Ceará, Rio Grande do Norte até Minas Gerais.

⁶¹ A noção de Polígono das secas foi definida pela antiga Inspetoria de Obras contra as secas, durante um estudo para definir os limites da zona dos sertões secos. AB’SABER, 1999.

Figura 1 – Localização dos arraiais e das cidades com destaque para a tríplice fronteira na região de Pau de Colher

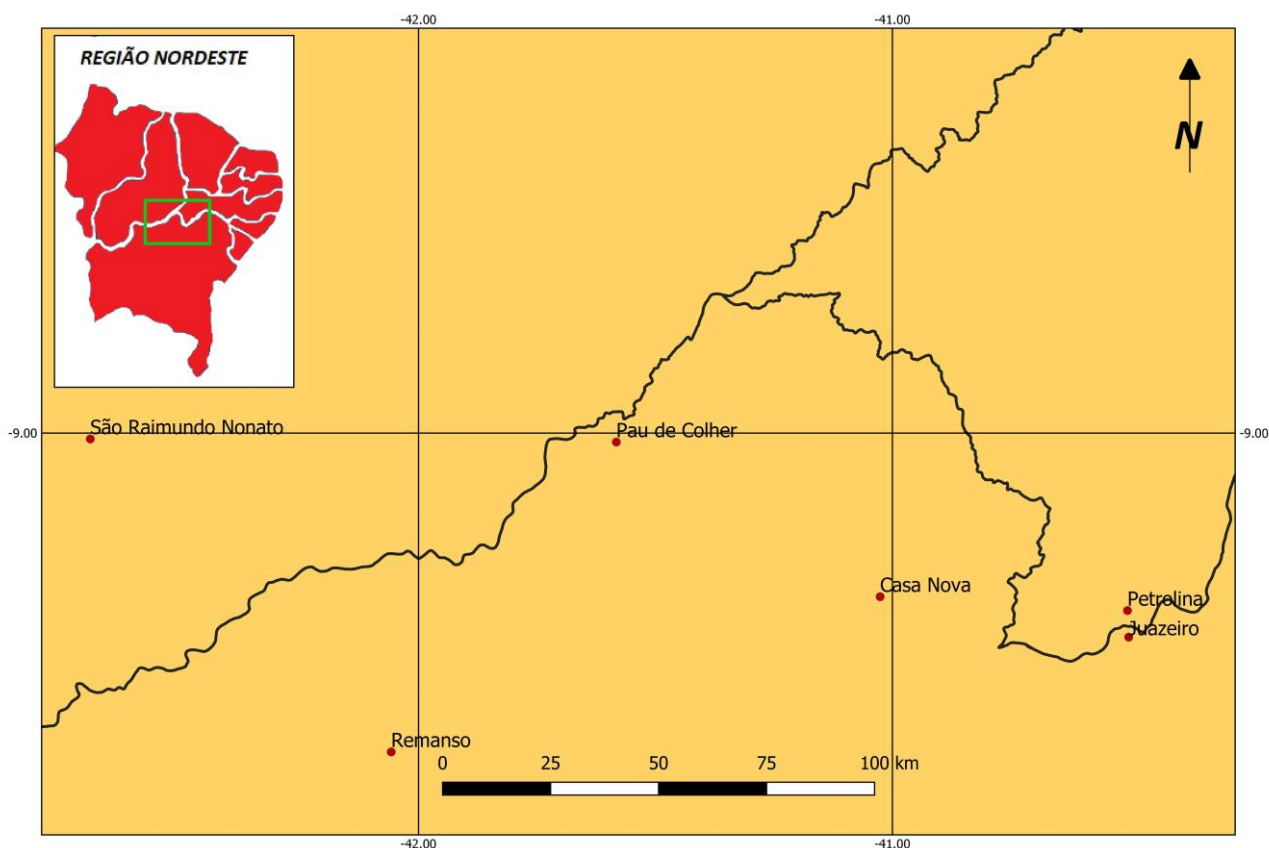


Fonte: Elaborado pelo autor.

O Sertão semiárido corresponde ao núcleo dos domínios morfoclimáticos, fitogeográfico, hidrológico e geocológico dos sertões secos do Nordeste brasileiro. Composto

por uma rede de drenagens interplanálticas ou intermontanas, que comprimem e seccionam esse espaço regional.⁶²

Figura 2 – Localização do Arraial Pau de Colher em relação aos municípios envolvidos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse Sertão quente e seco, estende-se a partir de um eixo sul-norte, num espaço geográfico que compreende desde os distritos de Poções e Milagres, no município de Amargosa-BA, englobando o sul-sudeste do Piauí, o extremo noroeste do Ceará até o Rio Grande do Norte, e caracteriza-se pelo predomínio de um regime climático de evapotranspiração intensa, em escala negativa, durante um período entre seis a nove meses anuais.⁶³

O calor excessivo desequilibra o volume, nível e intensidade das chuvas estacionais, de modo que os cursos d'água, raras vezes não se encontram secos, no início da estação sem chuvas ou com poucas chuvas. À medida que as chuvas cessam, os restos de água existentes no solo se evaporam rápida e

⁶² AB'SABER, A. N. **Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida**. Estudos Avançados IEA/USP, São Paulo, v. 13, n. 36, 1999.

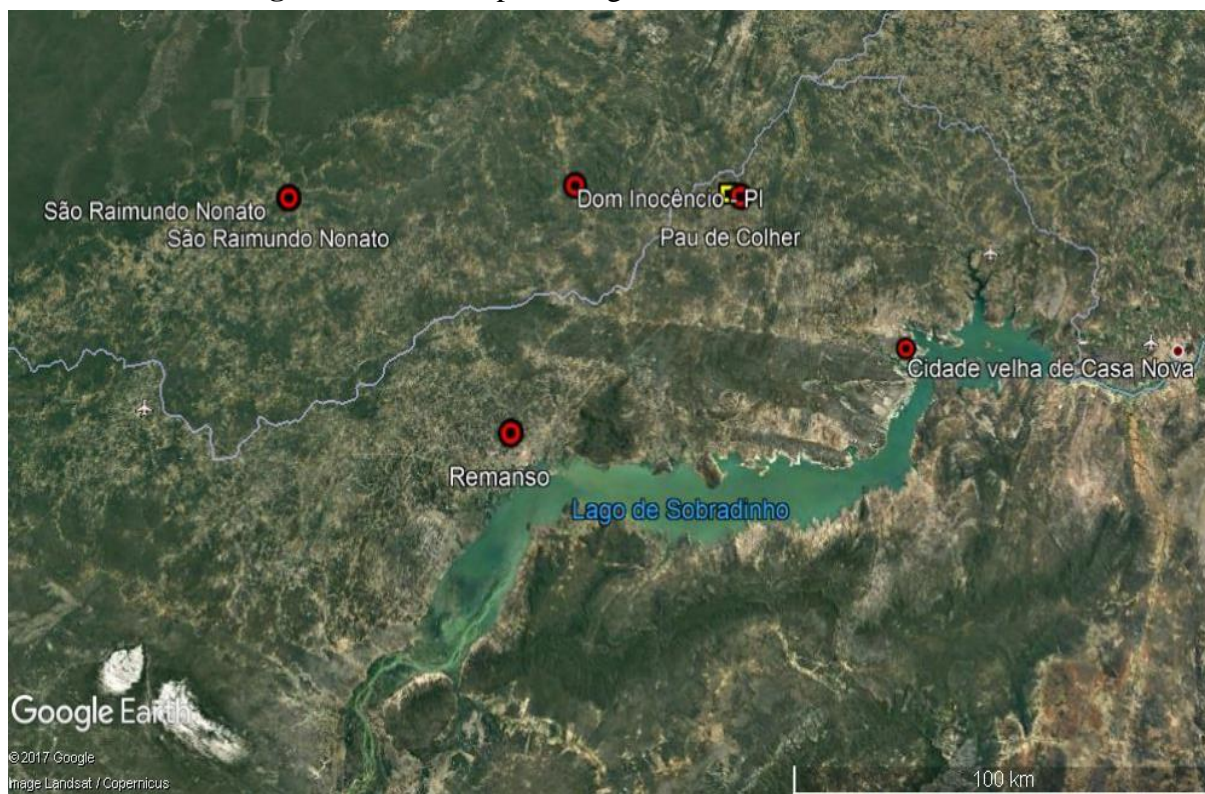
⁶³ Id. Ibid

progressivamente. Os lençóis d'água subsuperficiais se aprofundam até que os próprios rios passam a alimentar os lençóis mais próximos de seus leitos.⁶⁴

A rede hidrográfica é composta predominantemente por rios menores e efêmeros, que nascem nas bordas das chapadas e seccionam o território seco, alimentando os fluxos hídricos considerados permanentes, como os rios Parnaíba e São Francisco. A respeito dessas questões hídricas no espaço semiárido:

O Nordeste seco comporta-se como uma região subdesértica paradoxal, já que é extensivamente servido por redes hidrográficas hierarquizadas, com drenagem aberta para o mar. Por caminhos os mais diversos, os rios regionais saem das bordas das chapadas ou dos castelos d'água de velhos maciços em abóbada (Borborema), percorrem as extensas depressões interplanálticas, quentes e secas, e acabam chegando diretamente ao mar ou engrossando as águas do São Francisco ou do Parnaíba, grandes rios perenes que cruzam ou tangenciam a região”.⁶⁵

Figura 3 – Detalhe para a região de Pau de Colher – BA.



Fonte: Google Earth. Adaptado pelo autor (2018)

A condição de intermitência da rede de drenagens com os fluxos direcionados ao mar, em conjunto com o baixo índice pluviométrico, irregularidade das chuvas, baixa atividade,

⁶⁴ Ibidem, p.12.

⁶⁵ Id. Ibid, p.13.

bioclimática e períodos longos de seca, proporcionaram a formação ampla de solos com alta concentração de sais.⁶⁶

A salinidade dos solos é uma condição que ocorre, sobretudo, em regiões áridas e semiáridas do mundo.⁶⁷ Esse processo, inicia-se a partir da dissolução e afloramento dos sais aprisionados nas rochas cristalinas do substrato geológico, que são carreados pelo fluxo hídrico do período chuvoso do sertão.

Posteriormente, acumulam-se em reservatórios como, barragens, açudes, barreiros ou numa menor escala, nas cacimbas. Quanto aos solos, em virtude das condições salinas, desfavorecem ou comprometem sobremaneira o desenvolvimento da atividade agrícola em algumas áreas do semiárido.⁶⁸

A paisagem fitogeográfica da região de Pau de Colher está predominantemente sob o domínio da caatinga, é do tipo Savana-Estépica⁶⁹. Essa vegetação é constituída na sua maioria por espécies de folhas diminutas. Algumas com espinhos, outras com hastes duras e espinhosas, em conjunto, compõem um quadro vegetal arbustivo arbóreo de aspecto severo e caducifólio.⁷⁰

Durante uma expedição sanitaria e inventário de história natural realizada no início do século XX, chefiada pelos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, a qual o itinerário abrangeu a região de Pau de Colher, esses viajantes descrevem as condições do ambiente físico:

Atravessamos a verdadeira caatinga, da qual não se pode fazer uma ideia, sem a ter visto. Mato baixo, denso em que é exceção a árvore a, arbusto ou herbáceo que não seja coberto de espinhos, troncos, galhos, folhas e muitas

⁶⁶HOLANDA, A. C.; SANTOS, R. V.; SOUTO, J. S.; ALVES, A. R. 2007. Desenvolvimento inicial de espécies arbóreas em ambientes degradados por sais. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v.7, n.1, p.39-50.

⁶⁷ Cf. OLIVEIRA, M. 1997. **Gênese, classificação e extensão de solos afetados por sais**. In: GUEYI, H. R.; QUEIROZ, J. E.; MEDEIROS, J. F. (Ed.) Manejo e controle da salinidade na agricultura irrigada. Campina Grande: UFPB, cap.1, p.1-35.; OLIVEIRA, L. B. DE; RIBEIRO, M. R.; FERREIRA, M. G. V. X.; LIMA, J. F. W. F., MARQUES, F. A. 2002. **Inferências pedológicas aplicadas ao Perímetro Irrigado de Custódia, PE**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, v.37, p.1477-1486.; RIBEIRO, M. R. 2010. **Origem e Classificação dos Solos Afetados por Sais**. In: GUEYI, H. R.; DIAS, N.S.; LACERDA, C. F. (Eds.). Manejo da Salinidade na Agricultura: Estudos Básicos e Aplicados. Fortaleza, INCTSal. p.11-19.

⁶⁸ AB'SABER, Op.cit.

⁶⁹ O binômio Savana-Estépica, criado e apresentado por Trochain no período de 1946 a 1954 (SCHNELL, 1970-1976) e reafirmado no *Acordo interafricano sobre os tipos de vegetação da África tropical* (TROCHAIN, 1957), foi originalmente usado para designar uma vegetação tropical de características estépicas próxima à Zona Holártica africana. Esta fisionomia foi extrapolada como sinônimo universalizado do termo indígena tupi guarani "Caatinga" A expressão é empregada aqui para denominar tipologias vegetais campestres, em geral, com estrato lenhoso decidual e espinhoso, distribuídas em diferentes quadrantes do Território Nacional: A Caatinga do Sertão Árido Nordestino, concentra a área mais representativa da Savana-Estépica brasileira, de clima frequentemente marcado por dois períodos secos anuais: um, longo, seguido de chuvas intermitentes, e outro, curto, que pode passar a torrencialmente chuvoso. Estas chuvas torrenciais são muito inconstantes, chegando a faltar por anos a fio (IBGE, 2012, p. 50).

⁷⁰ EMPERAIRE, Laure. **La caatinga du sud-est du Piauí (Bresil) etude etnonobotanique**. Paris: Universite Pierre at Marie Curie, 1989.

vezes a própria flor; espinhos penetrantes curtos, uns urentes e dolorosos outros, como os da *favela*, cortantes como os da jurema, e outros que chegam a cortar até as vestes do couro dos vaqueiros como o arvoredor chamado *rompe-gibão* finos e longos e dolorosos como os do *chique-chique* e os de todas as cactáceas em geral [...] Trechos há enormes cobertos de macambira, bromélia cujas folhas, tem as bordas cobertas de espinhos em todos os sentidos; outros como todos os carrapichos cobertos de espinhos finos, penetrantes e dolorosos. A par disso, a ausência d'água em trechos longos de 4,6,8 e 10 léguas.⁷¹

No que refere as características que compõem a paisagem física da caatinga, esse espaço apresenta colorações cinza-calcinada nos meses secos; verde e frondosa no período chuvoso e com intrusões de xerofitismo⁷² representado por diversas comunidades de cactáceas: mandacarus, coroas-de-frade, facheiros, xique-xiques e outros cardos alastrantes,⁷³ além de cipós e bromeliáceas com estrato herbáceo. Cenário que tende a agravar-se em aridez, quando consorciado às intervenções antrópicas.

Uma flora constituída por espécies dotadas de longa história de adaptação ao calor e à secura incapaz de restaurar-se, sob o mesmo padrão de agrupamento, após escarificações mecânicas de seu suporte edáfico. As capoeiras de caatingas – os marmeleiros, mofumbos e juremais – atestam as dificuldades de retorno da vegetação original, enquanto as áreas de empréstimo de terra usadas para a construção de estradas comprovam a rapidez de alastramento do xerofitismo e a irreversibilidade das condições dominantes, a partir desse tipo de degradação.⁷⁴

Apesar das condições geoambientais que dificultam o desenvolvimento de atividades econômicas convencionais, como as que ocorriam nas faixas litorâneas e zona da mata, essa região fez parte do principal eixo extensivo de produção agropecuária, destinada ao abastecimento das zonas canavieiras do litoral e mineiras. Foi um corredor de ligação, escoamento produtivo e fluxo comercial oriundos das mais diversas zonas da colônia.

O povoamento teve início no século XVII, através de estradas boiadeiras que acompanhavam o curso do rio no sentido sul-norte e Leste-Oeste. Havia também o “caminho do ouro”, no sentido recôncavo-sudoeste e, finalmente, na margem esquerda (a dita pernambucana”), trilhas procurando o rio Parnaíba, articulando assim Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova com São

⁷¹ NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v.8, n.30, p.74-224. 1916, p. 189-190.

⁷² Op.cit.

⁷³ LEMOS, Jesus Rodrigues. **Fitossociologia do componente lenhoso de um trecho de vegetação arbustiva caducifolia espinhosa no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil**. 1999. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal). Pós-Graduação em Biologia Vegetal, UFPE, Recife, PE, 1999.

⁷⁴ AB'SABER, Op.cit., p. 10.

Raimundo Nonato, no Piauí. Ao longo destas trilhas estabeleciam-se as fazendas de gado, primeiros núcleos de povoamento. A concessão das sesmarias dividiu o Vale do São Francisco entre a Casa da Ponte (margem direita “baiana”) e a Casa da Torre (margem esquerda, “pernambucana”). A esta mesma época, deve-se atribuir o povoamento do Piauí, pelo Sul e pela família da Torre, cujo subordinado, Domingos Afonso Mafrense, o Sertão, obteve terras no Piauí, constituindo o núcleo mais importante da colonização e da pecuária piauiense.⁷⁵

Posteriormente, as terras foram deixadas em testamento por Mafrense à Ordem Jesuíta, que aventava um projeto de conversão ideológica e aldeamento dos indígenas no vale do São Francisco. Coincidindo com o ápice do povoamento dessa região no início do século XVII, seguido do declínio desse empreendimento a partir da proibição do comércio aurífero, através do rio São Francisco e a transferência do centro administrativo colonial para o Rio de Janeiro.⁷⁶

Como resultado dos referidos eventos, ocorreu o abandono das sesmarias pelos proprietários e a fragmentação dessas em várias fazendas, que foram doadas aos antigos vaqueiros, promovendo no início do século XIX uma reconfiguração do território e da dinâmica socioeconômica dos povos do São Francisco, com a conversão dos vaqueiros em proprietários de terra, circundados por pequenos criadores, barqueiros e por produtores de sal.⁷⁷

Após a modernização das vias de comunicação, através da implantação do prolongamento da ferrovia do São Francisco, por meio do trecho Salvador, Alagoinhas e terminal da linha em Juazeiro-BA, entre fins do século XIX e início XX, ocorreu uma diversidade na circulação de mercadorias. Anteriormente restritas ao couro, rapadura e sal, agora são inseridos ao comércio elementos extrativistas (caroá, carnaúba e borracha dos maniçobais), de fontes agrícolas (algodão), da piscicultura (peixe salgado) e de peles de animais, promovendo geração de riquezas, mas também de grandes conflitos.

Todavia, o extrativismo não representou uma atividade econômica autônoma a ponto de suplantarem a agropecuária dominada pelas famílias tradicionais e sua política de concentração de poder.⁷⁸

O autor Wilson Lins, dividiu em três grupos os povos que ocupavam o vale do São Francisco: *beradeiros*, àqueles que viviam às margens do rio São Francisco; *brejeiros*, que

⁷⁵ POMPA, Op.cit. p. 76.

⁷⁶ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Lisboa/Rio de Janeiro. Livraria Portuguesa / Instituto Nacional do Livro, 1938.; ARRAES, Esdras. **Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 21, n.2, p. 47-77, jul.-dez., 2013.

⁷⁷ POMPA, Op.cit.

⁷⁸ PIETRAFESA DE GODOI, Emília. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**, Campinas - SP: Editora da Unicamp, 1999.

ocupavam as regiões dos brejos, a exemplo de Pilão Arcado; e *catingueiros*, aquelas pessoas que habitavam o interior das caatingas.⁷⁹ Esses últimos, cujo modelo econômico depende das chuvas regulares para ser desenvolvido, inclui-se a localidade Pau de Colher, e representavam uma antítese à economia dos povos e às suas atividades comerciais que dependiam exclusivamente do rio São Francisco, tanto para a pecuária quanto agricultura de vazantes.

A economia nessa região estava determinada pelas chuvas periódicas, entrecortados por longos períodos de seca onde dificilmente conseguiriam manter uma produção agrícola “superior à de subsistência (principalmente mandioca, feijão, milho, alguns legumes como a abóbora) e na pequena criação de caprinos”.⁸⁰

Além dessas características geoambientais, a distância de aproximadamente 130 quilômetros entre esse lugar e a antiga cidade de Casa Nova - BA⁸¹, não permitia a integração do referido povoado ao contexto de produção agrícola convencional, desenvolvido às margens do rio São Francisco, forçando desse modo à busca de outras fontes econômicas.

Apesar dos fatores mencionados acima, Pau de Colher desempenhava um papel de relativa importância na microestrutura da economia local, em virtude de sua localização, que permitia uma conexão com os demais sítios e fazendas da região⁸², além dos centros de referência ao comércio regional, como Petrolina (PE), Juazeiro e Casa Nova (BA), e São Raimundo Nonato (PI) que contribuíam para o desenvolvimento de atividades comerciais regulares através do funcionamento de uma feira periódica na localidade.

Relativo à importância das feiras no contexto econômico do semiárido, esses locais de integração,

[...] são o próprio termômetro da produtividade dessas áreas, cujos solos de mata deram origem à formação dos primeiros celeiros fornecedores de alimentos baratos e de uso tradicional no amplo espaço sertanejo, graças ao transporte a baixo custo, feito no lombo de jegues, e aliado à baixa expectativa de lucro dos camponeses.⁸³

⁷⁹ LINS, Wilson. **O Médio São Francisco**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1983.

⁸⁰ POMPA, Op. Cit., p.79.

⁸¹ O município de Casa Nova foi criado por lei provincial nº. 1873 de 20 de junho de 1879, a partir do desmembramento da área do município de Remanso, anteriormente pertencente a Pilão Arcado. Nos anos de 1970 do século XX, a construção da barragem de Sobradinho provocou uma reconfiguração espacial, e a mudança de localização da cidade. Foram desalojadas 72.000 pessoas, numa área correspondente a 4.214 km². O represamento das águas submergiu as sedes de quatro municípios: Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, incluindo distritos, povoados e fazendas. A mudança para a cidade nova ocorreu no dia 21 de fevereiro de 1977, quando a barragem de Sobradinho, cobriu a velha cidade de Casa Nova (SILVA, 2008).

⁸² Queimadas, Salina, Tamanduá, Santa Cruz, Proeza, Lagoinha, Barra, Boa Vista, Brejão, Castanheiro, Baixão, José Alves. São sítios e fazendas que fazem parte da área conflagrada de Pau de Colher. Cf. POMPA, op. Cit.

⁸³ AB’SABER, op.cit. p.19.

Nesse sentido, sob a perspectiva de interação social, essas aglomerações constituídas através dos fluxos de pessoas e movimentação econômica em função das feiras populares, resultariam em importantes locais de encontro das populações, sobretudo daquelas residentes nas caatingas dos sertões. Isso permitiria, além da aquisição de produtos de outras zonas transportados por mascates ou caixeiros viajantes, a troca de ideias e comercialização de animais e de gêneros produzidos por esses sertanejos.

Sobre a feira em Pau de Colher, segundo Raimundo Estrela esta,

[...] teve início lá pelo ano de 1920. À beira da estrada que vai ter Casa Nova, muito transitada, ergue-se, enorme e frondoso, um pé de juazeiro sempre virente, essa magnífica árvore característica do Nordeste seco. Sob sua avantajada copa, espalhando sombra imensa, os viajantes vinham repousar, fugindo da soalheira impiedosa. Uns recorriam, fortuitamente, à sombra amiga do juazeiro nas suas idas e vindas ao *comércio*. Outros, porém, acharam o ponto apropriado para encontro mais demorado, mediante o estabelecimento de uma feira semanal. E assim nasceu a feira de Pau de Colher.⁸⁴

Considerando que os processos de ocupação e apropriação do espaço seguem uma dinâmica e um fluxo passíveis de serem verificados mediante o rastreo e identificação dos indícios desses movimentos na paisagem física, alguns desses traços são perceptíveis no povoado de Pau de Colher e suas imediações, possibilitando desse modo inferir que aquela comunidade se configurou em um dorso conectivo, um ponto nodal entre a paisagem socioeconômica daquela micro área camponesa e outros territórios.

Tal conexão era estabelecida através de um caminho antigo, chamado de Estrada Velha, empregado desde épocas coloniais ao ofício de condução das boiadas que eram tangidas das fazendas do Piauí, Maranhão e Ceará até a Bahia. A localidade Pau de Colher apresentava alguns atrativos ao gado, como *lambedouros* de sal e oferta de água, obtida em minadouros ou cacimbas estabelecidas no leito seco do riacho que corta o povoado, permitindo que as pessoas e o gado conduzido por elas, ali estacionassem para o descanso dos tangedores e dos rebanhos estropiados pelas longas jornadas.

Segundo Esdras Arraes, os sertões são percebidos como espaços dinâmicos, destinados aos fluxos humanos e culturais e a conexão de lugares a regiões. Deste modo, os fundamentos

⁸⁴ ESTRELA, Raimundo. **Pau de Colher, um pequeno Canudos: conotações políticas e ideológicas**. 2º ed. rev. Salvador: Assembleia Legislativa, 1998, p.35.

da construção do sertão enquanto espaço de circulação, estão pautados na ideia de movimento e das marcas dessa dinâmica na paisagem.⁸⁵

Nessa perspectiva, tanto as “marcas” simbólicas ou intangíveis, quanto os aspectos materiais desse dinamismo remanescem e podem ser percebidos. Os *caminhos terrestres*, *pousos*, *passagens e registros* são os frutos dessa percepção, enunciados como resquícios do movimento. Por isso, nesse trabalho, nos interessa os caminhos e pousos.

A primeira categoria dessas “marcas”, os caminhos terrestres, permitiam o fluxo de pessoas e objetos, e a interação e coexistência de culturas. Entre esses caminhos, cruzava a região de Pau de Colher a antiga Estrada Real do Gado (Estrada Velha), renomeada e convertida em *Estrada Nova* a partir do que atualmente é o município de Jacobina.

Essa rota já existia em 1723, sendo considerada a “mais acomodada” à condução das boiadas tangidas do Piauí. A nova estrada juntava-se ao rio São Francisco na missão do Juazeiro. Do outro lado do rio, já em território da capitania de Pernambuco, existia a Passagem do Juazeiro (hoje Petrolina – PE), onde eram cobrados os tributos da travessia do gado e dos viandantes. Nessa passagem, a Travessia Nova atrelava-se diretamente às fazendas do Piauí que, após transposta a Serra dos Dois Irmãos, se conectavam à vila da Mocha ladeando a ribeira do Canindé. Ainda na Passagem do Juazeiro, outra “Travessia Nova”, orientada mais a Nordeste, unindo assentamentos humanos da capitania de Pernambuco para, logo, depois de uma inflexão à esquerda, amarrar-se ao caminho do rio Canindé.⁸⁶

A segunda categoria, que designa as marcas do movimento em um determinado espaço, é definida como o *Pouso*. Este detém a função de descanso, pausa, espera, em um determinado caminho.⁸⁷ Também permitia a reorganização do território e da rota estabelecida em um itinerário, possibilitando que os viajantes ou sertanistas transitassem por áreas mais seguras.

Em Pau de Colher, em virtude da oferta de água⁸⁸, cuja aquisição ocorria através das cacimbas abertas no leito seco do riacho velho,⁸⁹ foi viabilizado naquele lugarejo o estabelecimento de um pouso ou retiro para descanso dos rebanhos e tangedores, estropiados diariamente pelas longas marchas nos caminhos espinhosos das caatingas⁹⁰.

⁸⁵ ARRAES, Esdras. **Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 21, n.2, p. 47-77, jul.-dez., 2013, p. 40.

⁸⁶ ARRAES, Op.cit., p. 149.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Informação obtida durante entrevista realizada com o senhor Gregório Manoel Rodrigues no dia 25 de novembro de 2017 em Pau de Colher.

⁸⁹ Riacho intermitente que secciona o povoado. Apresenta montante com orientação SE e jusante NO, desaguardo no território piauiense.

⁹⁰ Pelo menos dois prolongamentos da travessia nova ou estrada nova passavam na região de Pau de Colher.

Outros indicativos de áreas atreladas ao movimento e desenvolvimento de atividades relacionadas aos rebanhos de gado podem ser notados em topônimos tais como: Malhador, Malhadouro, Malhada Alta, Madalta, Retiro, Curral de Ramos, Curral velho, Curral Novo, Currais, Lamedouro, Lamedor⁹¹.

Um elemento natural relevante e presente nesse contexto econômico foi o sal. A atividade salina da região que hoje compreende o submédio São Francisco foi reconhecida e descrita desde a primeira metade do século XVIII. Através de um informe do capitão e comandante interino das minas de ouro dos Cariris Novos, Jerônimo Mendes da Paz, enviado ao governador de Pernambuco, Luís José Correia de Sá, foram reportados alguns pontos de extração: as Salinas de Cima e de Pilão Arcado.

O militar ainda informou que nessas salinas eram refinados salitre e sal de consumo e tão grande era a produção mineral, que apenas para a região das minas eram despachados anualmente mais de seis mil alqueires desses produtos.

Durante a expedição científica pelos sertões da Bahia no início do século XIX, os naturalistas Spix e Martius, observaram a dinâmica da atividade de extração do sal na região do São Francisco. No lugar denominado São Romão, próximo à vila de Pilão Arcado, o “sal da terra” era transportado em surrões (sacos produzidos a partir do couro bovino), cada um dos quais pesando cerca de trinta ou quarenta libras.⁹²

De acordo com Esdras Arraes, na vila de Juazeiro, encontraram um intenso comércio de sal na feira dessa povoação. Naquele local os naturalistas tiveram conhecimento do número de quatorze “minas de sal” da distribuição espacial dessas e as respectivas distâncias⁹³.

Além das informações relativas à indústria salina do São Francisco relatadas por Spix e Martius, outras, resultantes de uma viagem de exploração do Rio São Francisco entre 1852 e 1854, pelo engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, a serviço do imperador D. Pedro II, dão conta de uma relevante continuidade do comércio salino naquelas regiões. Indicou que a intensificação dessa atividade comercial ocorria a partir de um porto no lugarejo Santo

⁹¹Topônimos referentes a povoados da região de São Raimundo Nonato-PI que surgiram em função de atividades relacionadas a criação de gado.

⁹² SPIX e MARTIUS, Op. Cit.

⁹³ As minas de sal estavam estabelecidas nas terras dos mais ricos fazendeiros da região do São Francisco. Eram elas: Batateira (12 léguas), Brejo da Brázida (15 léguas), Brejo Seco (7 léguas), Pindola (4 léguas), Brejo do Zacarias (6 léguas), Salinas Grandes (12 léguas), Casa Nova (estava nas margens do rio), Sargento, Paté, dos Abreus, Aldeia (na ribeira do Salitre), Pacuí, Brejo Grande (no riacho do Pacuí) e Assuruá (4 léguas). ARRAES, 2013.

Antônio, que exportava o *surrão* de sal ao preço médio de 2\$000 a 5\$000, réis e detinha uma produção anual entre 4.000 e 5.000 alqueires.

Ainda no relatório do engenheiro, descreve-se o envolvimento massivo dos habitantes da vila de Pilão Arcado na produção do sal, e que havia uma concorrência com o comércio de Remanso. No referido documento é apresentada uma relação dos locais com maiores potenciais produtivos que alimentavam a rede das relações comerciais naquele setor.

Arraial do Sobrado, a das povoações do Sobradinho, Salitre, Itaparica, Juréma d'Aldeia, do Sargento, do Paté, dos Abreus, do Pacuhy, da Baixa Grande, Riacho da Casa Nova, Fazenda da Casa Nova, que fabrição e exportão cousa de 4 a 5.000 alqueires; as Estremas, as Arêas e o Joá, Salgadinho de Dentro e Salgadinho de Fóra, Salina Grande com 6 a 10.000 alqueires...e mais as salinas do Jatobá com 600 a 700 alqueires; o Brejo da Prazida (Brígida), da Batateira, do Brejo Secco com 600 a 1.000 alqueires, sendo este de côr amarela; da Tranqueira e Salinas do Sacco com 3 a 4.000 alqueires; do Catú com 400 a 600 alqueires; da Pindoba com 3 a 4.000 alqueires; de Santo Antônio das Salinas com 4 a 5.000 alqueires; de Sento Sé, do Mocambo de Boi, de Assuruá com 1.000 alqueires sendo o melhor, o mais pesado e o mais procurado, ainda apresentando uma côr preta, o sal das salinas do Brejo do Zacarias, que fornece de 10 a 12.000 alqueires; finalmente sendo o das salinas de Campo Largo e Imbuzeiro muy alvo e crystallino. Também à beira do Riacho do Tarraxi existem algumas salinas.⁹⁴

As primeiras “minas de sal” de Casa Nova foram descobertas e exploradas de forma abundante nas propriedades do Coronel Manuel Viana, na fazenda Riacho de Casa Nova. Essa atividade possibilitou o desenvolvimento econômico e a posterior conversão da fazenda em um povoado. Desse modo, ao monopólio da exploração e comércio salino, foi atribuída uma das principais causas à consolidação da família Viana, como a principal oligarquia política da região de Casa Nova.⁹⁵

No início do século XX, o engenheiro Theodoro Sampaio durante uma expedição de estudos da navegabilidade do rio São Francisco e melhoramentos da estrutura dos portos, visitou as minas de sal da vila Riacho de Casa Nova, ressaltando que essa atividade era o sustentáculo daquele povoado dominado pela família Viana. O cronista Theodoro Sampaio realizou uma descrição minuciosa de como ocorria o processo de obtenção do mineral:

O sal é dos produtos naturais mais interessantes do vale de Francisco, no trecho entre Cabrobó e Chique-Chique. A sua origem é ignorada, mas o seu modo de ser eis como se nos apresenta. O solo da salina é ordinariamente um terreno argiloso, seco de alluvião, com superfície mais ou menos plana, onde

⁹⁴ ARRAES, Op.cit., p. 84.

⁹⁵ SILVA, Francivaldo Mendes da. **Pau de colher: narrativas de luta e fé no sertão da Bahia/ Dissertação (mestrado)** – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2008.

aparece manchas irregulares como as de um corpo graxo ou óleo derramado sobre a terra. São estas manchas inflorescências salinas, superficiais e pouco extensas que o povo costuma raspar, reunindo a terra para lançá-la em cochos de madeira em que fazem a decoada, que é evaporada depois ao sol no côncavo de grandes lajedos, ou fervida ao fogo. Não se emprega nesse serviço instrumento algum metálico. Todos os utensílios são de madeira ou de procedência vegetal, porque é crença arraigada do sertanejo que o ferro extingue a salina.⁹⁶

Nas imediações da comunidade de Pau de Colher foram identificados alguns desses antigos locais de produção de sal denominados como salina da Baraúna e salina velha do Zé Lourenço (ressaltamos que não se trata do beato de Caldeirão-CE), além de outros pontos que eram empregados em menor proporção para a aquisição do sal. Esses foram apontados no leito do riacho que atravessa o referido povoado.

1.3 A GÊNESE DO MOVIMENTO

Ao apontar a gênese do ajuntamento sociorreligioso de Pau de Colher, além das causas comuns relativas às condições sociais da época, predomina entre alguns autores uma opinião a respeito da influência ideológica de duas figuras, Padre Cícero, de Juazeiro do Norte e o beato José Lourenço, líder do sítio Caldeirão, localizado ao sopé da Chapada do Araripe, no estado do Ceará.⁹⁷

Avaliando as condicionantes do conflito, Raimundo Estrela aponta as possíveis causas que direcionaram ao ajuntamento de Pau de Colher e os nomeia de “*determinantes remotos e próximos*”. Para o referido autor, no centro dos determinantes remotos, a grande e antitética figura representada por padre Cícero Romão Batista, que para alguns é sacra e para outros representa um ser nefasto, alcançara ampla projeção. O carisma deste o teria impelido ao desfrute de grande prestígio político no Ceará e em outros estados do Brasil, perante importantes nomes do período republicano. Todavia, nada comparável ao deslumbre que a aura de santo despertou e ainda desperta sobre psiquismo dos sertanejos.⁹⁸

Para Euclides da Cunha, Padre Cícero era considerado um “heresiaca sinistro” ao afirmar que este, por sua vez, “conglobava multidões de novos fanáticos em prol do

⁹⁶ SAMPAIO, Theodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. Salvador: Imprensa Gráfica da Bahia: 1998, p. 41- 42.

⁹⁷ DUARTE, et. all. *apud* MONTEIRO, 2010.

⁹⁸ ESTRELA, Op.Cit.

conselheiro”. Porém, a ligação direta entre os dois nunca se confirmou. Relativo à influência da figura carismática e ideológica de Padre Cícero em Pau de Colher:

Acresce ainda, como antecedente remoto, a circunstância de numerosas famílias da zona em causa, terem estado em contato quase permanente com o Juazeiro do Ceará, em repetidas visitas ao seu *padim*. Grande parte da gente que esteve em Pau de Colher, conheceu pessoalmente o padre Cícero e embevecida beijou-lhe as mãos trêmulas e a sotaina negra. De um dos chefes sobreviventes à catástrofe, José Camilo, julgado como o principal delinquente de todos os que se sentaram no banco dos réus, ouvimos que já estivera no Juazeiro e que, nessa ocasião, se encontrou com José Senhorinho na estrada, no regresso de uma de suas habituais visitas à *Meca do Nordeste*. Senhorinho foi o mais importante chefe de Pau de Colher, até o dia que tombou, quando do primeiro ataque à cidadela matuta.⁹⁹

O mesmo autor ainda sustenta os indícios da influência de Padre Cícero, baseado na evidência da cultura material dispersa na superfície do reduto:

No solo empapado de sangue, coalhado de cadáveres e de destroços humanos, os retratos, os registros policrômicos e as medalhas de alumínio com a efígie de Padre Cícero eram vistos misturados com as carnes dilaceradas e putrefeitas, os ossos partidos e os cacetes criminosos. Tudo isso prova a autoridade soberana do velho sacerdote, pairando sobre as cabeças da gente infeliz que organizou o Pau de Colher.¹⁰⁰

Apesar da devoção ainda persistente à figura de Padre Cícero no período da matança, incisivamente apontada pelo autor através de uma narrativa positivista, como a principal causa que impulsionou a morte da maioria dos sertanejos que estiveram envolvidos no evento, cabe ressaltar que a perspectiva de análise de Raimundo Estrela advém de um ponto de vista predominantemente oficial.

Raimundo Estrela serviu às tropas enviadas para coibir os religiosos na função de médico da campanha, implantando um hospital de sangue em Casa Nova. Além disso, de maneira velada ou explícita, poderia almejar alguma ascensão política, como demonstra o telegrama coletivo¹⁰¹ enviado ao interventor federal na Bahia, Landolfo Alves, parabenizando-o pela ação de “vasculhamento da área” realizada pela Companhia de Fuzileiros da Polícia

⁹⁹ESTRELA, op.cit., p.28.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 29.

¹⁰¹ “Máxima satisfação levamos conhecimento vossência acha-se extinto virtude prisão elementos mais destacados surtos fanatismos irrompidos neste município e congratulamos vossência pela energia tenete Zacarias Santos infatigável combate últimos redutos formados sobreviventes foragidos de Pau de Colher. Diligências que felizmente restabelecerão tranquilidade e segurança espíritos lares e haveres gente desta terra penhoradamente agradece vossência providências tomadas nesse sentido. pt **Raimundo Estrela**, médico, Lauro Viana, Alfredo Filho, José Benevides, José de Souza Estrela, Raul Santos, Olímpio Ribeiro, Delfino Pita, Rogério Dourado, padre Diocleciano Pereira, vigário, Oscar Rodrigues Silva, Adolfo Castro, José Dias da Silva, José Belmiro da Costa, Isaias Ribeiro, Sílvio Santos Filho, Hermógenes Nunes Azevedo, José Vieira dos Santos, Euclides Santos”. ESTRELA, Op.cit, p. 64-65.

Militar da Bahia, que resultou na perseguição, prisão e assassinato de homens, mulheres, crianças e idosos no ajuntamento.

Outro personagem que figura o elenco de doutrinadores de Pau de Colher é o contemporâneo de Padre Cícero, José Lourenço. Este tornou-se amigo e pupilo de Padre Cícero e, posteriormente, ingressou em uma ordem de penitentes que praticava a autoflagelação como ritual de purificação e retidão espiritual.¹⁰² Esse período de resguardo espiritual findou em 1914, com a eclosão de uma disputa política evoluindo para um conflito armado e José Lourenço auxiliou Padre Cícero, à época partidário de José Accioly.

Desde então, José Lourenço conduziu um grupo para um sítio doado por Padre Cícero, localizado na Chapada do Araripe, conhecido por Caldeirão. Um lugar que, apesar de possuir relevo acidentado e solo árido, proporcionou o desenvolvimento rápido e produtivo da agricultura local, gerando trabalho e sustento às pessoas vitimadas pelas condições socioeconômicas e pela seca. Desse modo, o beato e o sítio Caldeirão tornam-se catalisadores de adeptos.¹⁰³

O movimento messiânico liderado por José Lourenço tornou-se um centro de irradiação de beatos. No período de maior efervescência, alguns dos seus acólitos percorreram o sertão nordestino com o propósito de disseminar a doutrina religiosa. Entre os nomes destacou-se Severino Tavares. Consta que anteriormente, em suas andanças, tinha Severino estado em Pau de Colher, configurando-se o mentor intelectual dessa filiação com Caldeirão.¹⁰⁴

Nesta passagem pela comunidade, na época composta por três famílias: a de Romualdo, de Rozendo e Luís Carlota, teria Severino Tavares entrado em contato com José Senhorinho, filho de Romualdo, durante a hospedagem na casa deste. José Senhorinho adquiriu certo prestígio na comunidade pelo fato de possuir boas roças de mandioca, milho e feijão e por desempenhar atividades comerciais de compra e revenda de produtos de exportação. Precisamente algodão e mamona, que lhes proporcionou alguma segurança financeira. Além de saber ler, ser rezador, manipulava plantas para benzer e curar e promovia festejo de santo em sua casa.¹⁰⁵

Severino Tavares transmitiu instruções e conhecimentos religiosos a José Senhorinho, convertendo-o em líder comunitário da irmandade conselheira em Pau de Colher, formada pela junção das pessoas “que eram da lei do Conselheiro”. Viajou algumas vezes para participar das

¹⁰² POMPA, 1995.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ QUEIROZ, Op. Cit.

¹⁰⁵ DUARTE, 1969.

romarias de Caldeirão e no retorno de uma dessas viagens, chegou a demonstrar supostos dons sobrenaturais.¹⁰⁶ A partir disso, o mesmo passou a receber visitas de pessoas da região que buscavam ouvir seus conselhos, além de rezar com ele.

Seguindo o exemplo de Senhorinho, alguns membros dessa “irmandade”, começaram a fazer romarias até Caldeirão, passando um período superior a um mês em cada viagem com o intuito de “trabalhar para Zé Lourenço”. E sob influência dos costumes daquele reduto, começaram a usar roupas pretas sinalizando luto pela morte do Padre Cícero.¹⁰⁷ A partir de então, passam a rezar terços noturnos em suas residências, isolando-se do resto da comunidade e das pessoas que não acreditavam em suas crenças. Foi nesse contexto, que Pau de Colher se converteu em uma referência às penitências.

Em fins de 1937, chegou a Pau de Colher o “beato Quinzeiro”, um dos remanescentes da comunidade de José Lourenço. O mesmo apresentou uma narrativa da morte de Severino e anunciou que estava ali para rememorar Caldeirão. Sobre esse assunto, Cristina Pompa destaca que

Ele hospedou-se na fazenda Queimada, e depois de ter tido contato com Senhorinho, que possivelmente o conhecia das suas viagens ao Caldeirão, estabelece-se em Pau de Colher. Logo os “irmãos”, mas também outras pessoas da redondeza intensificaram as idas a Pau de Colher, para receber suas bênçãos e ouvir seus conselhos [...] Diferentemente do primeiro Conselheiro, Quinzeiro não gostava de aglomerações e fixou temporariamente sua residência no mato, a cem metros da casa de Senhorinho, onde armou uma rede.¹⁰⁸

Em virtude das relações de amizade ou parentescos, houve um deslocamento voluntário até a reunião e, conseqüente formação do reduto que ocorria no terreiro da casa de Senhorinho.¹⁰⁹ Esse local converteu-se em um santuário, alimentado pelas rezas que eram realizadas pela manhã, à tarde e à noite, onde o senso de irmandade era reforçado através de uma rígida divisão entre homens e mulheres; por exemplo, as relações sexuais, mesmo entre cônjuges, eram expressamente proibidas.

Também ocorriam tabus alimentares, relativos ao consumo de carne e gordura. No entanto, o uso de rapé era permitido. Essa questão gera uma narrativa de que os líderes Senhorinho e Quinzeiro utilizavam desse artifício produzido a partir “de couro de sapo torrado”, para provocar alucinações nas pessoas inseridas no movimento,¹¹⁰ e assim, tornar mais fácil a

¹⁰⁶Cf. DUARTE, Op.cit.; POMPA, Op.cit.; ESTRELA, 1997.

¹⁰⁷ POMPA, Op. Cit.

¹⁰⁸ POMPA, Op.cit., p.111.

¹⁰⁹ QUEIROZ, Op.cit.

¹¹⁰ Ibidem

conversão desses indivíduos (essa questão é apresentada com mais detalhes no capítulo seguinte).

Durante esse período de aglomeração, as pessoas deixaram seus afazeres e as atividades agrícolas de subsistência, pois estavam aguardando o comando para empreenderem uma viagem. Os alimentos provinham das roças de Senhorinho, mas esgotaram-se. Diante desse contexto, o líder do acampamento ordenou aos seus congregados que retornassem às suas casas para buscarem alimentos e garantir o reabastecimento do reduto.

Tanto a aglomeração quanto as atividades de deslocamento dos grupos causavam constrangimento e medo por parte da população vizinha que não aderiu ao movimento, muitos moradores abandonaram suas casas, fugindo e se refugiando caatinga adentro.

A necessidade de organizar o maior número possível de irmãos antes de viajar a Caldeirão levou os líderes a organizar reuniões de proselitismo. Grupos de homens, às vezes chefiados pelo próprio Senhorinho, percorriam as redondezas, tentando convencer os habitantes a acompanhá-los, ameaçando terríveis punições divinas e usando também a violência física como arma de persuasão”.¹¹¹

Durante esses atos persuasivos foram registradas as primeiras mortes, como o assassinato de Zé da Barra e seu irmão (Localidade Barra) no dia 7 de janeiro de 1938; no dia seguinte, na Fazenda Olho D'água, de propriedade de Janjão, foram mortos muitos homens. No interior do reduto também foram assassinados alguns participantes por não obedecerem às regras do grupo (interdições sexuais), e de outros que propunham abandonar a reunião para voltar às suas residências.¹¹² A partir dessas situações, o clima de terror e a propagação da ideologia apocalíptica/salvacionista se intensificaram, além das visões premonitórias de Senhorinho a respeito da chegada da polícia.

Sob o artifício de conter a violência na região de Pau de Colher e evitar um ataque à cidade de Casa Nova, anunciado através de boatos, foi organizada uma expedição de pequeno contingente, composto por quatro militares e 30 voluntários civis, sob o comando do sargento Geraldo Bispo dos Santos. Caminharam por dois dias seguidos para alcançar o reduto de Senhorinho, onde ocorreu o primeiro embate ou “primeiro fogo”, como o evento é lembrado. Nesse combate morreram os militares, cabo Antônio Vieira da Silva (Vieirinha), o soldado João Batista dos Santos e o civil José Rodrigues, sapateiro que se envolveu como voluntário e

¹¹¹POMPA, op.cit., p. 127.

¹¹² Cf.: DUARTE, 1969; QUEIROZ, 1976; ESTRELA, 1997.

acompanhava a polícia. Entre os “caceteiros”, morreram o chefe José Senhorinho e os subchefes João Damásio e Ângelo Cabaça.¹¹³

A repercussão desse primeiro embate aliada ao agravante da denúncia de que Pau de Colher era uma organização influenciada pela ideologia comunista, propagada por adversários políticos da família Viana, resultou na deposição e prisão do prefeito Raimundo Santos, do delegado da cidade de Casa Nova e do Pai de Sodré Viana. A esse último foi imputada a responsabilidade de ser o mentor intelectual do movimento sociorreligioso.

No Piauí, os prefeitos de São Raimundo Nonato e São João do Piauí, enviaram telegramas ao então interventor federal, Coronel Fernando Dantas comunicando sobre a “invasão dos municípios do sul do Estado por bandoleiros do beato José Lourenço” e solicitando “providências para a repressão do bando criminoso”.

Comunico a Vossa Excelência que numeroso grupo de fanáticos da seita de José Lourenço, de Juazeiro, no Ceará, está invadindo nosso município, na prática de assassinatos nas fronteiras deste Estado. Julgando destacamento aqui insuficiente obstar marcha bandidos, peço ordens destacamento de São João do Piauí, auxiliar tenente Mendes na repressão dos criminosos. Saudações. a) Francisco Silva. Prefeito.¹¹⁴

Nesse sentido, foi organizada uma operação conjunta, envolvendo forças militares federais e estaduais denominada *Destacamento do Vale do São Francisco*, sediado na cidade de Juazeiro-BA, em virtude de sua localização estratégica. Ou seja, a cidade estava conectada ao ponto terminal da Estrada de Ferro Leste Brasileiro, além do mais, possuía uma conexão simples e rápida com o início da Estrada de Ferro Petrolina-Teresina, na margem oposta e pernambucana do rio, em Petrolina.

E ainda contava com o Rio São Francisco como meio de deslocamento abundante, favorecido pelos inúmeros barcos a vapor da Viação Baiana do São Francisco, que circulavam e poderiam facilitar o deslocamento das tropas por entre os municípios que configuravam a zona conflagrada, localizados à montante.¹¹⁵

As forças que compuseram o destacamento foram: A Seção de Metralhadoras do 28º Batalhão de Caçadores, de Aracaju (SE); 2ª Companhia de Fuzileiros do 19º BC de Salvador; Esquadrão Motorizado da Polícia Militar da Bahia; Companhia de Fuzileiros da Polícia Militar da Bahia; Brigada Militar de Pernambuco; Contingente da Força Pública do Piauí.

¹¹³ ESTRELA, op.cit.

¹¹⁴ APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Diário Oficial do Estado do Piauí, ano VIII, 49º da República, nº 7, Terça-feira, 11 de janeiro de 1938.

¹¹⁵ Ibidem.

Segundo Cristina Pompa, a operação deveria ter ocorrido de maneira articulada, empreendida em cada um dos segmentos por militares de larga experiência, agindo simultaneamente a partir de locais estratégicos, predeterminados pelo comando, no intuito de cercar o reduto e forçar uma rendição.¹¹⁶

Desse modo, as tropas seguiram o seguinte itinerário: Em Juazeiro, permaneceu o coronel Maynard Gomes, no comando das operações do Destacamento do Vale do São Francisco e da Seção de Metralhadoras do 28º Batalhão de Caçadores, prontos para agir e dar apoio às demais tropas. Tomaram a direção de Casa Nova o Esquadrão Motorizado da PM/BA, comandado pelo Capitão Maurino Cezimbra Tavares e a Companhia de Fuzileiros da PM/BA, liderada pelo Tenente Zacharias dos Santos, com ordens de empreender o ataque do sul para o norte. A Companhia de Fuzileiros do 19º BC e um pelotão da Polícia Militar baiana, se posicionou em Remanso. O primeiro agrupamento era comandado pelo capitão João Perouse Pontes e o segundo, sob o comando do tenente Gonçalo Rudval da Costa Castro; ambos possuíam a missão de seguir na direção leste até Pau de Colher, no extremo norte de Casa Nova.

Sob ordens do interventor de Pernambuco, o capitão Optato Gueiros, no comando da Brigada Militar de Pernambuco, partiu de Petrolina-PE e deveria estabelecer-se em Afrânio-PE, a fim de garantir segurança naquela região. Uma vez que haviam rumores de iminente ataque naquela cidade. Deveria ficar com sua tropa estacionada na sede do município, aguardando o comando e diretrizes operacionais do Destacamento do São Francisco. As novas ordens seriam para marchar no sentido oeste e de um determinado setor ao norte do arraial de Pau de Colher, empreender o ataque.

A polícia Militar piauiense partiu de São Raimundo Nonato-PI, sob o comando do capitão Benedito Alves da Luz e do subcomandante, 2º tenente José Ribeiro de Araújo à frente de uma tropa composta por militares e jagunços, que atacariam o reduto também através do Norte.

Por algum tempo, em virtude das condições geográficas que dificultavam um ganho rápido de terreno e dificuldades no estabelecimento de comunicação, a localização dessa tropa era indeterminada. No entanto, desde o dia 18 de janeiro já se encontrava posicionada no povoado Castanheiro, distante quinze quilômetros de Pau de Colher.¹¹⁷

Em notícia veiculada no Diário Oficial do Estado do Piauí, de 28 de janeiro de 1938, destaca-se a ação da força policial piauiense contra o grupo reunido em Pau de Colher.

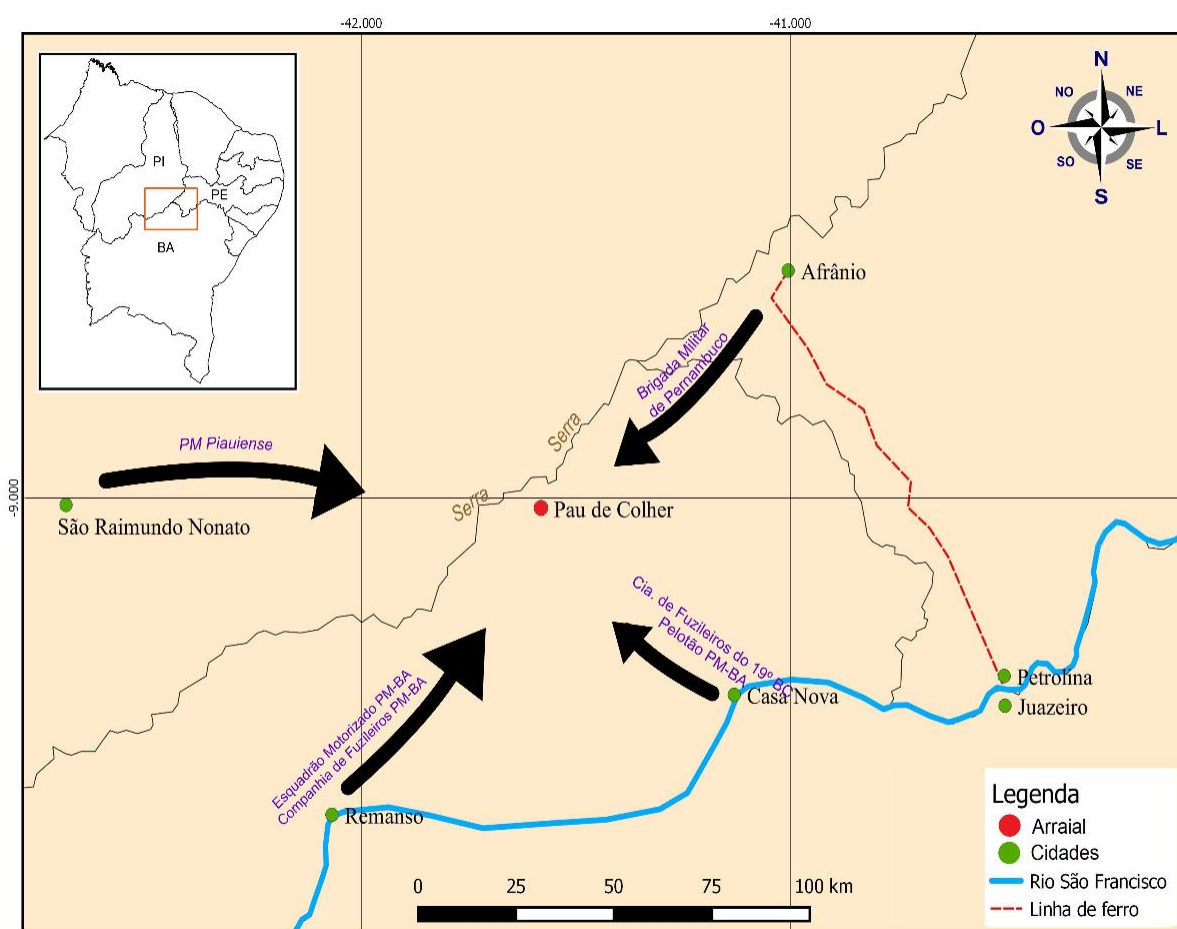
¹¹⁶ POMPA, 1995.

¹¹⁷ ESTRELA, op.cit.

[...] Ali foram atacados pelo Tenente Antonio Mendes, da polícia piauiense no dia 15 do corrente. Desse ataque, resultou a morte de cerca de onze fanáticos, sendo, porém, o Tenente Mendes obrigado a recuar, devido à enorme superioridade numérica daqueles, indo, então, reunir-se às forças comandadas pelo Capitão Benedicto da Luz e tenentes Manoel Soares Gondim e José Ribeiro de Araújo, tendo sido morto nesse primeiro encontro, o soldado João Carneiro, do destacamento de São João do Piauí.

No dia 23, as forças piauienses, sob o comando dos citados oficiais, chegaram ao lugar Pau de Colher – reduto dos fanáticos – atacado, anteriormente pelas forças do Capitão Optato Gueiros [...] ¹¹⁸

Figura 4 – Demonstrativo da estratégia policial para a tomada de Pau de Colher



Fonte: Produzido pelo autor.

No dia 18 de janeiro, à tarde, os militares sob o comando do capitão Optato Gueiros, da Brigada Militar de Pernambuco, empreenderam um ataque com utilização de armamento pesado; tais quais metralhadoras e fuzis, que durou até o dia 21 de janeiro e resultou num banho

¹¹⁸ APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Diário Oficial do Estado do Piauí, ano VIII, 49º da República, no 21, de 28 de janeiro de 1938.

de sangue. Segundo o diário do militar, caçador de cangaceiros, foram mortas 400 pessoas em dois dias de ataque.

Em telegrama enviando ao gabinete do governador do Estado de Pernambuco, Optato Gueiros comunica que

Ataquei fanáticos estado da Bahia quais sofreram enormes prejuízos vida e perda 14 entre mortos e feridos. Há 24 horas me acho em luta, mas em ótimas circunstâncias a vitória está assegurada. Sds. Captm. Optato Gueiros Comt. Forças Volantes.¹¹⁹

Em relação aos dias de combate ao movimento do Pau de Colher, acreditamos que as informações prestadas por meio de telegramas a respeito do número de mortos, tenham sido subestimadas. Além do número de mortos ter sido maior em relação ao que se informa nos documentos remetidos aos governos de Pernambuco, Bahia e Piauí, o percentual de vítimas aumentou após os dois dias de combate, pois nos três meses seguintes foi empreendido pelas forças policiais, sobretudo do Piauí, um projeto de caça e abate aos remanescentes refugiados nas caatingas.

¹¹⁹ Telegrama de Optato Gueiros ao Governador de Pernambuco. Arquivo Agamenon Magalhães, FGV CPDOC: AGM c 38 – 01 – 00/3.

2. TEORIA E METODOLOGIA

2.1 A PAISAGEM

A paisagem enquanto objeto de investigação dos diversos campos do conhecimento, emergiu das ciências geográficas e passou por um longo processo de consolidação teórica. O percurso de construção desse conceito geográfico foi lapidado na Geografia Cultural, sob as ideias de pensadores com concepções de variados campos do saber.

Sob as perspectivas clássicas de paisagem na Geografia, os pesquisadores apreendiam-na como um reflexo das relações entre homem e natureza, materializadas no meio físico, onde os limites estavam estritamente atrelados ao domínio visual de um espaço restrito. Todavia, esses fatores propiciariam, no decorrer do tempo, a dilatação dessa ideia através do estabelecimento de amplas correntes de pensamento e o surgimento de perspectivas teóricas diversificadas.¹²⁰

A partir do início do século XIX, houve uma consolidação das concepções teóricas paisagísticas na Geografia, mediante o estabelecimento das vertentes ou escolas de pensamentos alemã e russo-soviética, as quais empreenderam estudos através de uma perspectiva sincrônica da paisagem. Resultando assim por defini-la e reconhecê-la como uma entidade complexa, formada pela integração de diferentes elementos que atuam de modo sistêmico.¹²¹

Desse modo, o naturalista prussiano Alexander von Humboldt, influenciado pela ideia corrente estabelecida por intelectuais e artistas, os quais atribuíam à paisagem uma característica meramente contemplativa, bucólica e românica, idealizou-a como o resultado de uma síntese do espaço geográfico. Propôs que poderia ser sintetizada por um observador atento, e que este, sistematicamente seria capaz de assimilar todos os elementos paisagísticos, registrá-los e representá-los.¹²²

¹²⁰ MACIEL, Caio Augusto Amorim. **Morfologia da Paisagem e imaginário Geográfico: Uma encruzilhada onto-Gnoseológica.** *Geographia*. Ano III. Nº6. Niterói. UFF. 2001.

¹²¹ GODOY, Paulo Roberto Teixeira (Org.). **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

¹²² LINKE, Vanessa. **Paisagem dos sítios de arte rupestre da região de Diamantina.** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 2008, p. 13.

Assim, sob um propósito de análise biofísica aventado pela escola alemã, a paisagem foi definida como um complexo natural e integral.¹²³ Nessa linha de raciocínio pontua como o principal representante Humboldt. No outro extremo desse sistema teórico, posicionava-se a vertente russo-soviética, representada por Dokuchaev, que demonstrava em suas abordagens a predominância de um pensamento sociocultural concebendo a paisagem como uma entidade perceptível, manifesta em espaços sociais reconhecidos.

Dessa forma, no cerne dessas duas escolas de pensamento, foi estabelecida uma antítese de concepções relativas à conceituação do que seria a paisagem e de qual maneira essa poderia ser reconhecida no cotidiano teórico das pesquisas.

Através de La Blache, a escola francesa do século XIX desponta com sua definição de paisagem propondo que essa seria o resultado da expressão do gênero de vida e cultura, abarcando o senso de forma e fisionomia, hábito e adaptação ao meio. Nessa teoria, La Blache defendia um ponto de vista determinista em relação ao entendimento das relações humanas desenvolvidas no meio físico.¹²⁴

No âmbito da escola anglo-saxônica, Sauer edificou através de uma análise morfológica da paisagem, a ideia que esta seria composta pela associação de variadas formas físicas e culturais regidas por um caráter orgânico e definida como o objetivo da ciência geográfica.¹²⁵ Ainda no cerne dessa linha de pensamento, Sauer e La Blanche estruturaram uma perspectiva dialética e fenomenológica nesse campo do saber.

O desenho emancipativo da Geografia enquanto ciência da paisagem começara a ser rascunhado. Todavia, impregnado de concepções empiristas, associadas à vigência de abordagens positivistas, essa estrutura emoldurava o quadro da sistematização teórica da disciplina, cujo arcabouço dilatava-se sob a singularidade de influências socioculturais, políticas e religiosas adotadas pelos vários pesquisadores, proporcionando desse modo, a obtenção de resultados múltiplos e interpretações divergentes. Assim, à ideia de paisagem é incorporada uma direção de interpretações mais fluidas.

De todo modo, nessas abordagens, insinuavam-se considerar variáveis do comportamento humano aos estudos da paisagem. Todavia, foi com Ratzel, valendo-se de um amplo conhecimento multidisciplinar adquirido da Antropologia, História, Ciências Naturais,

¹²³ RODRIGUEZ, J.M.M.; *et al.* **Geoeologia das paisagens**: uma visão geossistêmica da análise ambiental. 2 ed. Fortaleza. Edições UFC. 2007., 2007.

¹²⁴ MACIEL, op. Cit.

¹²⁵ Idem.

Etnologia, promoveu a condensação desse tema e a gestação científica e conceitual denominada Antropogeografia.¹²⁶

Quanto às ideias de paisagem em arqueologia, estas são atreladas à concepção de substrato para a compreensão das relações sociais no espaço físico e adquirem uma conotação ampla, que possibilita estudar as relações humanas a partir de perspectivas diversas.

2.1 A PAISAGEM EM ARQUEOLOGIA

Ao considerar a paisagem como fruto da construção humana, relacionada aos aspectos ambientais e sociais, a Arqueologia da Paisagem surge enquanto vertente da Arqueologia com o objetivo de entender como as diferentes paisagens se relacionam. Portanto, esse campo centra-se em investigar:

um tipo específico do produto humano (a paisagem), que usa uma dada realidade (o espaço físico) para criar uma nova realidade (o espaço social: humanizado, econômico, agrário, habitacional, político, territorial, etc.) por meio da aplicação de uma ordenamento imaginada (espaço simbólico: no qual é sentido, percebido e pensado). Esta concepção supõe que a dimensão simbólica forma uma parte essencial da paisagem social e que, a compreensão integral dessas relações deve ser levada em conta.¹²⁷

Para que as pesquisas sejam desenvolvidas sob esse pressuposto conceitual da paisagem, enquanto uma realidade concreta e social, Boado ressalta a necessidade de empreender tais estudos considerando três dimensões espaciais: o espaço enquanto entorno físico; o espaço enquanto entorno social; o espaço enquanto entorno simbólico.

A Primeira dimensão, o espaço enquanto entorno físico, corresponde ao substrato necessário à ocorrência das ações humanas e relações sociais; uma vez que, para a percepção e descrição dessa matriz ambiental, se faz necessário a utilização conjugada de conhecimentos de outros campos do saber, como por exemplo, das ciências da terra e ciências biológicas.

Quanto à segunda dimensão, o espaço enquanto entorno social, é construído pelos seres humanos, palco de atuação e estabelecimento das relações sociais de diferentes indivíduos e grupos sociais. E a terceira dimensão, o espaço enquanto entorno simbólico, representa a via

¹²⁶ LINKE, op.cit., p, 14.

¹²⁷ BOADO, F. C. **Del Terreno al Espacio**: Planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje. In: *CAPA 6*, Grupo de Investigación em Arqueología del Paisaje, Universidad de Santiago de Compostela, 1999, p. 4-5.

por onde as intervenções e apropriações humanas da paisagem são pensadas e a estruturação do modo de vida dos grupos humanos estabelecida.

Fazendo a aplicação desses conceitos ao contexto da pesquisa, a primeira dimensão, o espaço físico, corresponde a uma área da fronteira geológica entre a bacia sedimentar do Parnaíba e a Bacia do São Francisco localizada no submédio São Francisco, ao extremo norte da Bahia; geomorfologicamente referenciada pela Serra Dois Irmãos, sob os domínios fitogeográficos da caatinga, na tríplice fronteira administrativa dos estados da Bahia, Piauí e Pernambuco.

A segunda dimensão, o espaço social; pode ser definido como o sertão da Bahia, região de conexão socioeconômica entre a Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, através da “Estrada Velha” que atravessava aquela região; estrutura por onde a economia atrelada às raízes do período colonial se desenvolvia.

E a terceira dimensão, o espaço simbólico; representado pelo lugar do estabelecimento do povoado, da estruturação da vida socioeconômica, das manifestações religiosas, dos fluxos humanos envolvidos no estabelecimento do acampamento de Pau de Colher, lugar de tensão, conflito, massacre, destruição, reconstrução, resistência, remanescentes materiais e ressignificação. Quanto à conceituação de espaço, este corresponde ao meio físico, onde são desenvolvidas as atividades humanas; os lugares, por sua vez, possuem conotação tanto material como simbólica, e representam os marcos ou pontos no espaço que designam onde as ações ocorrem.¹²⁸ Podem, desse modo, serem considerados “lugares de memória”.

Para Pierre Nora (1993), os lugares de memória são “com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente. Somente em graus diversos. Mesmo um lugar com aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”.¹²⁹

A Arqueologia da Paisagem considera as intervenções humanas na paisagem, isto é, como os grupos utilizam e modificam os espaços a partir de fatores naturais, humanos e das interrelações. Desse modo, os vestígios arqueológicos frutos dessas intervenções, contribuem para a investigação e compreensão das relações entre homens e meio ambiente, assim como os processos de mudanças da paisagem.

¹²⁸ BOADO, op.cit.

¹²⁹ NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, dezembro de 1993, p. 21.

Essa necessidade de identificação e registro dos usos do espaço e da paisagem pela Arqueologia da Paisagem é apresentada por Felipe Criado Boado como uma estratégia de investigação do registro arqueológico a fim de se realizar a reconstrução da paisagem. O que diz respeito ao conjunto de investigações conduzidas sob uma metodologia arqueológica, direcionado à reconstrução das paisagens e dos processos de culturalização dos espaços ao longo da história.¹³⁰

Enquanto instrumental de pesquisa, Branton propõe que a Arqueologia da Paisagem pode ser utilizada para propósitos diferenciados, principalmente como parâmetro que diversifica e amplia as possibilidades de estudos arqueológicos sob diferentes escalas temporais e espaciais.¹³¹ Essa concepção, se mostra pertinente à aplicação em pesquisas que envolvam o passado recente, foco também da Arqueologia Histórica e na gama de abordagens que esse campo abarca, principalmente em virtude da diversidade de grupos culturais representados pelas materialidades, que podem ser evidenciadas nos contextos de sítios históricos ou pré-coloniais.

Na definição ORSER, o foco da Arqueologia Histórica centra-se no estudo dos aspectos materiais em termos históricos, culturais e sociais concretos dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa no final do século XV.¹³²

Dessa maneira, sob essa perspectiva, o autor considera o ponto inicial ou a base para essa construção teórica, o início do século XVI, a partir da atuação consciente de diversos agentes do colonialismo, do capitalismo, do eurocentrismo e da modernidade, no estabelecimento de uma série de elos sociais complexos e multidimensionais que uniam diversos povos ao redor do globo.

Para explicar essas imbricadas interligações, o autor ainda propôs a aplicação da Teoria de Redes, que possibilita perceber através de estudos arqueológicos da espacialidade, o reflexo das relações sociais, relações de poder e a construção de ideologias; e dependendo da especificidade do estudo arqueológico, tais relações podem ser avaliadas de maneira diacrônica.¹³³

Desse modo, o autor considera que os lugares e espaços podem ser entidades efetivas, físicas - jardins de palácios, estradas, casas - como podem ser estruturas cognitivas - laços de

¹³⁰ BOADO, op.cit.

¹³¹ BRANTON, N. **Landscape Approaches in Historical Archaeology: The Archaeology of Places**. In MAJEWSKI, T; GAIMSTER, D. (org.). *Handbook of Historical Archaeology*. New York: Springer, 2009, p, 52-53.

¹³² ORSER, 1992, p. 23.

¹³³ Idem, 1999, p. 91-92.

família, associações de clube, e muitos outros. Em ambos os casos, os lugares definidos pelo homem e os espaços representados, tem-se uma paisagem sociofísica conscientemente criada.

Segundo Zarankin (2002) os humanos percebem o mundo através de fixações no espaço, que são denominados “lugares”. Assim, o espaço passa a ser domesticado em sua totalidade quando é transformado em “lugar”, ou seja, a efetivação do domínio ocorre somente a partir de uma tomada de consciência sobre o espaço, passando, dessa forma, à sua ocupação e utilização.¹³⁴

No entanto, para que esta concepção ocorra, é necessário ainda que seja imposta uma nomeação do espaço, além de intervenções e alterações reconhecidas no meio físico; por exemplo, através da inserção de elementos arquitetônicos. Michel de Certeau define lugar como:

Uma configuração instantânea de posições, onde cada elemento está localizado em uma locação própria, sendo indicativo de estabilidade. Nesta concepção, espaço é um lugar praticado, no qual existe em termos de vetores de direção, velocidades e variáveis temporais, e pela inserção de elementos móveis.¹³⁵

Desse modo, entende-se que, o espaço é definido através de lugares e acontecimentos, de modo que o mesmo não existiria sem lugares. Portanto, um espaço é um contexto de lugares naturais e artificiais. O lugar é fundamental na educação social coletiva e individual, porque na interação entre lugares e atividades humanas, a paisagem é narrativa, imaginativa e finalmente histórica. A descrição e interpretação da paisagem diz respeito à percepção do espaço, mas em uma sedimentação progressiva de informações de diferentes fontes.¹³⁶

Ingold (1993) enfatiza que as atividades humanas permanecem visíveis na paisagem através de seus espaços, mesmo após terem sido cessadas e, que a construção de novas relações sociais não descarta ou invalida a influência do passado sobre a paisagem contemporânea.

Partindo desse pressuposto, a paisagem pode ser compreendida como um fenômeno justaposto, não estático, que se retroalimenta e entrelaça-se através das criações/recriações das relações humanas e dos espaços que as contém. Ou seja, a paisagem é dinâmica e está imbricada no senso de engajamento ao mundo.

¹³⁴ ZARANKIN, 2002.

¹³⁵ CERTEAU, M. de. Relatos de espaço. In: **A invenção do cotidiano: arte de fazer**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 201-202.

¹³⁶ FORTE, M. **Mindscape: ecological thinking, cyber-anthropology and virtual archaeological landscapes**. In: The reconstruction of archaeological landscapes through digital technologies. Proceedings of the 1st Italy-United States Workshop. Boston: BAR International Series, 1151, 2003: 95-108. Disponível em: https://www.academia.edu/203787/Mindscape_ecological_thinking_cyberanthropology_and_virtual_archaeological_landscapes.

A paisagem em si é um labirinto de linhas cruzadas de viagens ancestrais, com as localidades mais significativas em seus pontos nodais. As localidades identificadas por características paisagísticas particulares – colinas, rochas, barrancos, poças d'água, encarnam os poderes de realidade e movimento dos ancestrais de uma forma congelada.¹³⁷

Dessa maneira, a paisagem deixa de ser o esteio ou o embasamento para a ocorrência das ações, tornando-se a própria ação, adquirindo um caráter de rede. A paisagem é um feixe de ações articuladoras do encontro humano e não-humano, ou ainda uma trama – no sentido da tecelagem e do drama – deste encontro como mútua inscrição das marcas humanas no ambiente e deste na experiência humana do mundo.¹³⁸

A possibilidade de estudar a paisagem a partir de uma perspectiva que agrega elementos naturais e culturais, garante a ampliação desse conceito e sob essa característica teórica, a paisagem, é o resultado da interação homem e natureza, apresentando uma característica dilatante e fluida.¹³⁹

Essa característica de dinamismo da paisagem, torna-se possível, principalmente, ao serem considerados múltiplos fatores (social, biótico, cultural, temporal, simbólico), interagindo em um determinado espaço social a partir do encadeamento e estabelecimento de redes interativas hierarquizadas, compreendidas como manifestações humanas e não humanas, culturais e naturais.

De acordo com Esdras Arraes, esses processos “configuram o palpável, o concreto. Reestabelecendo lugares compostos de diversos mundos sociais”¹⁴⁰ que são indicados ou percebidos em um dado contexto, principalmente a partir dos fragmentos da materialidade que se locupletam e ganham sentidos a partir das narrativas e vivências dos grupos envolvidos.

Juntos, pessoas e cultura material criam uma rede de experiências onde os significados dos agentes e dos lugares envolvidos estão continuamente em transformação. Desse modo, intercâmbio de ideias através da movimentação de indivíduos e remanescentes materiais, são considerados atos comunicativos da cultura, nomeadamente “paisagem da circulação”.¹⁴¹

¹³⁷ INGOLD, 2000, p. 141, *apud* FORTE, 2003.

¹³⁸ GODOY, Paulo Roberto Teixeira (Org.). **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

¹³⁹ SCHIER, 1940, *apud* R. RA'E GA Curitiba, n. 7, p. 79-85.

¹⁴⁰ ARRAES, Esdras. **Rio dos currais**: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitânicas da Bahia e Pernambuco. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 21, n.2, p. 47-77, jul.-dez., 2013.

¹⁴¹ Idem, p. 54.

Desse modo, podemos considerar que o termo de “paisagem da circulação”¹⁴² pensado enquanto o conjunto do fluxo de indivíduos, ideias e da cultura material, pode ser projetado à perspectiva de estudo da paisagem e da construção de (espaços e lugares) uma ideia de território a partir do movimento sociorreligioso de Pau de Colher, na medida que este se constitui também pelas experiências, relações e espaços em movimento e transformação.

Acerca do Movimento de Pau de Colher, até o momento não se tem conhecimento de estudos que procuram analisar os lugares do conflito enquanto “mega artefato”, bem como as questões relacionadas à dimensão da paisagem desse movimento e o reflexo das interações ou sobreposições de múltiplas redes socioculturais expressas na cultura material daquele meio social.

Desse modo, mediante o estudo da paisagem enquanto rede de relações humanas, percebemos a impressão do conflito através de narrativas, da cultura material e dos sítios arqueológicos identificados no decorrer da pesquisa.

A fim de estabelecer conexões teóricas para uma melhor compreensão dos aspectos que regem esse trabalho, foram definidos alguns esteios conceituais e metodológicos para o desenvolvimento dessa pesquisa, e a utilização de duas subáreas atreladas a essa vertente de pensamento: a Arqueologia da Paisagem e Arqueologia histórica.

A primeira, por possibilitar uma reconstituição de maneira diacrônica de eventos socioculturais a partir de alguns marcos na paisagem física; a segunda, por situar essa paisagem sociocultural e seus eventos, resultantes de um movimento de transformação, cujos resquícios dessa paisagem são espaços e lugares, comumente chamados de sítios arqueológicos e testemunhos dessa dinâmica.

Desde o início do estabelecimento das bases teóricas da Arqueologia e ampliação conceitual desse campo do conhecimento, entre os anos 60 e 80, com as denominadas Arqueologia Processual e Pós-Processual, mudanças e direcionamentos significativos despontaram no *corpus* teórico da ciência arqueológica. Dentre os quais, a inserção da paisagem na definição dos contextos culturais e nas problemáticas norteadoras das investigações científicas.

Sob influência da Ecologia Cultural e Nova Geografia com sua Teoria dos Sistemas Gerais, a Arqueologia Processual propôs a compreensão das relações entre ambiente e sociedade a partir de experiências práticas e resultados alcançados nos estudos das áreas de

¹⁴² AGBE-DAVIS E BAUER, 2010, *apud* ARRAES.

obtenção de recursos e manejos florestais, e do estabelecimento do conceito de “sistema de assentamentos”.¹⁴³

A partir da junção entre Arqueologia e Paisagem, surgiu a *Arqueologia Espacial* ou *ecológica*, cuja pretensão era o desenvolvimento de estudos que explicassem a relação entre homem e meio físico ao longo da história.¹⁴⁴ Nos estudos dessas interações espaciais humanas refletidas na espacialidade, destaca-se a contribuição de David Clarke através de uma proposta de análise da agregação dos sítios ao meio ambiente, a partir de um modelo de decomposição do espaço em três escalas de análise: micro, semimicro e macro.¹⁴⁵

Todavia, foi mediante o modelo teórico pós-processualista que ocorreu o delineamento desse pensamento paisagístico e arqueológico, onde a paisagem disposta como resultado da criação humana e influenciada pelo desenvolvimento simultâneo de relações sociais e simbólicas, adquire um caráter dinâmico, de movimento e em constante transformação ou reconstrução.

2.3 METODOLOGIA

A Arqueologia Histórica enquanto campo do saber busca a compreensão do surgimento e desenvolvimento de novas práticas políticas, sociais e econômicas que caracterizavam países europeus em seu processo de ocupação territorial das terras indígenas na América do Sul.¹⁴⁶

Desse modo, os estudos vão além das análises da cultura material posterior à época da expansão europeia e introdução de seu modelo colonizador, abrangendo períodos que se aproximam ou mesmo penetram a contemporaneidade, possibilitando assim, a utilização de diferentes fontes, tais como: as estruturas, artefatos, documentos escritos, fontes orais, elementos pictóricos, iconografia, mapas ou mesmo o espaço físico, substrato simbólico maior, que engloba as sociedades ou seus remanescentes materiais, dispersos nos sítios arqueológicos.

Face à metodologia da pesquisa, utilizamos fontes primárias que pudessem contribuir para elucidar algumas questões relacionadas à dimensão do movimento sociorreligioso do Pau de Colher e do violento massacre empreendido com o objetivo de cessar o evento em questão.

¹⁴³ TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. 1. Ed. São Paulo: Odysseus, 2004, p. 294.

¹⁴⁴ BOADO, op. cit, p. 5.

¹⁴⁵ CLARKE, David. **Arqueologia Analítica**. Barcelona: Bellaterra, 1977, p.9.

¹⁴⁶ GASPAR, 2003.

Desse modo, realizamos entrevistas com participantes e contemporâneos do Movimento; identificamos e analisamos alguns jornais do período, correspondências, boletins das polícias da Bahia e do Piauí, telegramas e notícias que constam no Diário Oficial do Estado do Piauí (1938).

Realizamos uma busca no Arquivo da Fundação Getúlio Vargas, onde foram identificadas oito correspondências oficiais, intercambiadas entre forças militares dos Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí, envolvidas na operação para destruir o reduto. Quanto aos jornais, localizamos cerca de 34 (trinta e quatro) arquivos que noticiavam os acontecimentos envolvendo Pau de Colher naquele período; dentre os quais destacam-se os jornais Correio da Manhã (RJ), Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio (RJ).

Tais documentos nos auxiliaram na compreensão, por exemplo, como a imprensa veiculava informações sobre o movimento do Pau de Colher e a ação do Estado no combate ao mesmo. Apesar de não ser o foco desse estudo, entendemos que a imprensa aliada ao governo, contribuiu para a construção de uma imagem do movimento atrelada ao banditismo, ao cangaço; de que aquelas pessoas eram “fanáticos”, “bandoleiros”, “ignorantes”.

Em busca de melhor compreender o contexto de origem do povoado, os aspectos relacionados a formação do adjunto sociorreligioso neste local e os elementos em torno da sua destruição, procuramos utilizar as narrativas históricas como fontes, visto que estas contribuem para o entendimento das práticas sociais e da paisagem local e regional. Os naturalistas Spix e Martius, Teodoro Sampaio, George Gardner (1975), Belisário Pena e Arthur Neiva (1916), revelam informações inerentes à paisagem e ao cotidiano dos habitantes dos lugares por onde passaram. De igual modo, Raimundo Estrela e Raymundo Duarte, por exemplo, ao relatarem sobre o Movimento do Pau de Colher, apresentam aspectos da paisagem física e sociocultural da região e que contribuem com a Arqueologia.

Como mencionamos anteriormente, não é foco deste estudo abordar os aspectos da religiosidade do Movimento do Pau de Colher, especialmente por considerarmos que há uma quantidade significativa de pesquisas que dialogam e refletem sobre essa temática, contribuindo sobremaneira à compreensão do movimento. Todavia, no que refere às investigações sobre o tema como objeto arqueológico, estas ainda são incipientes. Desse modo, pretendemos lançar um outro olhar e novas abordagens, além das discussões já empreendidas pela maioria dos pesquisadores do tema.

Portanto, relativo ao conflito de Pau de Colher nos interessa investigá-lo na perspectiva arqueológica, identificando e mapeando os espaços de antagonismos, a cultura material

remanescente e suas influências na percepção da paisagem, bem como as ressignificações e apropriações daquele lugar e do movimento pelos indivíduos e pela sociedade contemporânea.

Com esse objetivo, realizamos três atividades de campo no local objeto desse estudo. Inicialmente para o reconhecimento da área e o levantamento de informações sobre a região e a conhecida “Guerra do Pau de Colher”, percorremos, em novembro de 2017, cerca de 190km de estradas em péssimas condições até alcançarmos o povoado Pau de Colher pela primeira vez, onde fomos gentilmente recebidos pelo senhor Gregório e sua família. Na ocasião, o Senhor Gregório Manoel Rodrigues (75 anos), residente no local desde a sua infância, logo compartilhou algumas informações fruto de memórias adquiridas por meio do contato com alguns sobreviventes do movimento.

Apesar de não ter vivido àquele período, nem ter a sua família envolvida no Movimento, o Sr. Gregório conhece bem a região e detalhes sobre o período em que se formou o adjunto. Além disso, ele e o seu filho Júlio Nunes Rodrigues, guardam diversos materiais que foram recolhidos na caatinga e fazem referência ao evento que denominam “Guerra do Pau de Colher”.

Em relação às lembranças do Sr. Gregório, Michael Pollak classifica como “memória herdada”, isto é, as lembranças de fatos e personagens mesmo que o indivíduo não tenha vivido naquele espaço e tempo.

[...] são acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.¹⁴⁷

Desse modo, as lembranças do Sr. Gregório, mesmo que pertençam diretamente aos sobreviventes do Movimento do Pau de Colher, são contribuições pertinentes sobre os fatos relacionados especialmente ao massacre e, é por meio dessas lembranças, que ele e outros moradores do povoado buscam o reconhecimento da história e da memória do Pau de Colher.

Além de nos acolher em sua residência, o senhor Gregório nos guiou a alguns locais relacionados ao antigo acampamento de Pau de Colher, sendo eles: uma cacimba (fonte de abastecimento de água), uma árvore juazeiro (onde realizavam a feira), às ruínas das

¹⁴⁷ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992, p. 201.

residências, um local onde se encontra uma trincheira feita com blocos rochosos e aos enterramentos em valas coletivas espalhados pela área de estudo.

Uma das dificuldades encontradas durante a pesquisa diz respeito à coleta de informações por meio de entrevistas com alguns sobreviventes do Movimento. Atualmente, os poucos sobreviventes que estão vivos encontram-se espalhados em diferentes cidades e, àqueles que tivemos a oportunidade de conhecer pessoalmente, preferiram não falar sobre o assunto. A exemplo de uma sobrevivente que visitamos em janeiro de 2017, em sua residência na cidade de São Raimundo Nonato. Quando a visitamos ela tinha 86 anos, era criança no período em que o reduto foi atacado pelas forças policiais, mas ao perguntarmos sobre esse fato, após um longo silêncio, ela disse que não sabia de nada sobre Pau de Colher. Em seu rosto, além das marcas deixadas pela bala que atingiu o seu olho esquerdo, tirando-lhe a visão, registrava-se, naquele momento, as lágrimas que escorriam pela sua face quando indagávamos sobre Pau de Colher.

No mesmo dia, visitamos uma segunda pessoa, também sobrevivente do massacre, a reação foi praticamente a mesma, silêncio, lágrimas e uma expressão de tristeza que dificilmente se traduz na escrita. Portanto, por se tratar de uma questão delicada e por que não dizer, traumática, compreendemos e respeitamos “as zonas de sombras, os silêncios, não-ditos” dessas pessoas.¹⁴⁸

Diante disso, utilizamos dois depoimentos filmados no ano de 2008, em São Raimundo Nonato, do senhor Petronílio José Lopes, 96 anos (*in memoriam*) e sua companheira Abília Maria dos Santos Lopes, 88 anos.. À época do movimento do Pau de Colher, o senhor Petronílio era feirante, frequentava o povoado onde levava alguns produtos (pele de animais, feijão, farinha) para vender e trocar por outros produtos. Além disso, o Sr. Petronílio, por conhecer bem a região, guiou as forças policiais do Piauí até o povoado Pau de Colher. Como menciona em seu depoimento, ele conheceu a senhora Abília nesse período. Ela perdeu os pais durante o conflito, então o senhor Petronílio a levou para São Raimundo Nonato, onde se casaram.

Como mencionado anteriormente, essas duas entrevistas foram gravadas inicialmente com o objetivo de produzirmos um documentário sobre Pau de Colher e, diante da importância das falas, decidimos utilizá-las também neste trabalho.

No ano de 2018, durante as pesquisas de campo, entrevistamos duas pessoas, sendo o senhor Zeferino Ferreira da Silva (84 anos), sobrevivente de Pau de Colher, atualmente reside no Sítio Proeza, a 6 quilômetros do povoado Pau de Colher; e o senhor Gregório Manoel

¹⁴⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15., p. 08.

Rodrigues (75 anos), que apesar de não ter vivenciado aquele momento, nos relatou várias informações em 2017 durante a nossa primeira visita ao povoado, e no ano seguinte nos concedeu entrevista, além de ter acompanhado o trabalho de campo.

Enquanto procedimento metodológico, que busca registrar as memórias e vivências daqueles que se dispuseram a compartilhar suas lembranças, a história oral é um método de pesquisa que:

[...] privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc.¹⁴⁹

Desse modo, compreendemos que a utilização das entrevistas por meio do método da história oral, contribui não somente para o registro dessas memórias, como também para a compreensão e reflexão acerca dos acontecimentos vinculados ao tema da pesquisa.

Em geral, a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que tem estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiências em acontecimentos ou conjunturas específicos. [...] Escolhem-se pessoas que dele participaram ou que dele tiveram conhecimento para entrevistá-las a respeito.¹⁵⁰

Ao definir o tipo de entrevista a ser realizada, passamos para o segundo passo que foi a elaboração do roteiro de perguntas. Quanto a isso, optamos pelo uso de entrevistas semiestruturadas (ou semiabertas), pois permite ao entrevistado responder de forma mais espontânea e indiretamente sobre as questões colocadas. Em geral, esse tipo de entrevista possibilita o acesso a diferentes informações, onde a maioria delas que não estavam previstas no roteiro, contribuindo de maneira significativa para a compreensão de alguns fatos.

Quanto a análise das entrevistas, procuramos considerar a variável de que as memórias são construídas de maneira individual e coletiva, assim como são influenciadas pelo esquecimento, pelo silêncio e pela seletividade. No ato da entrevista, os sujeitos podem selecionar aquilo que é importante ser dito ou não, além do imaginário acerca do movimento do Pau de Colher (da criação do reduto até o massacre) que está presente entre as pessoas.

¹⁴⁹ ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990, p. 52.

¹⁵⁰ ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 38.

Os procedimentos de campo partiram de um levantamento da bibliografia pertinente ao objeto de estudo. Dessa maneira, utilizamos as informações colhidas por meio das entrevistas, dos documentos (jornais, correspondências, documentos oficiais) e da bibliografia sobre o tema e das narrativas históricas, a fim de cruzarmos tais dados com o material encontrado e mapeamento realizado na pesquisa.

No que concerne às práticas de campo em arqueologia, foram realizadas três campanhas com duração de três dias cada uma delas. Onde o instrumental metodológico utilizado, refere-se aos métodos clássicos empregados nos levantamentos arqueológicos, necessários à identificação de sítios arqueológicos e apoiados na proposta teórica adotada na pesquisa.

Foram realizadas entrevistas com moradores para nortear o trabalho, no sentido de eleger locais prioritários, definindo um limite de 4 km, circunscrito a partir do centro do acampamento. Na área, inicialmente foi realizada uma observação minuciosa do espaço físico, onde foi possível perceber a implantação do reduto em local topograficamente mais elevado, que possibilitaria às pessoas que estivessem ali reunidas, um certo domínio visual dos acessos realizados a partir da estrada velha, do riacho, da área da feira e da cacimba. Estruturas localizadas ao norte/nordeste em relação ao local do acampamento.

Além disso, a adoção desse espaço elevado para a construção do acampamento, possivelmente, tenha ocorrido por uma questão simbólica. Com o intuito de fazerem-se notados na paisagem enquanto elementos destacados, não apenas pela condição do relevo, mas pela religiosidade praticada por esses indivíduos que os colocavam na condição de povo eleito à salvação. Logo, deveriam estar alocados em um espaço que corroborasse essa condição de altivez e privilégio.

As observações também tiveram o intuito de identificar o uso e ocupação do solo no entorno, as ações antrópicas ou culturais na paisagem física e quais influências essas representam ao “contexto arqueológico do sítio”. Quanto ao sítio, no local do reduto, são perceptíveis as intervenções que ocorrem no sentido de mantê-lo acessível ao público (capina, roço, terraplenagem da estrada), pois o local recebe visitas constantes e, nos últimos 15 anos, os moradores da comunidade realizam um evento religioso (romaria) no dia 13 de dezembro, em homenagem a Santa Luzia, no intuito de lembrar a experiência religiosa e os mortos desse evento.

Em razão disso, a área de estudo já foi submetida a algumas intervenções, tais como: a abertura de uma estrada que suprimiu parte da estrutura de uma trincheira e reforma do acesso

e limpeza mecanizada, realizada anualmente na área que abrigou o acampamento de Pau de Colher; ações estas que também causam deslocamento e supressão de material arqueológico e, conseqüente perda de informações tipológicas de alguns artefatos. Mas esse rearranjo faz parte do processo de ressignificação e reapropriação daquele espaço. Principalmente, por ser um desejo daquela comunidade a construção de um memorial e um museu do movimento, nas imediações do reduto. Desse modo, consideramos que esses fatores estão atrelados à própria reconfiguração da paisagem de Pau de Colher e não caberia uma crítica arqueológica, no que tange às práticas dos moradores, relativa à conduta destes em relação aos artefatos, resultantes do evento ou à própria espacialidade ali configurada.

Posterior a esse levantamento inicial, foram realizadas prospecções de superfície não interventivas no entorno do acampamento, com o objetivo de estabelecer uma projeção dos limites desse sítio arqueológico. Diria que um limite virtual, já que o contexto que contém os materiais arqueológicos é amplo e não seria possível dimensioná-lo sem considerar as pessoas, suas histórias, vivências e experiências desenvolvidas entorno desse movimento, que constantemente são ressignificadas. Desse modo, é possível que qualquer iniciativa que contrarie essa conjunção, seja uma tentativa marcadamente errônea.

Além disso, foram registradas as feições da paisagem de interesse à pesquisa e delimitação dos espaços e seus remanescentes materiais, através de um aparelho de GPS Garmin Legend HCx. Para a elaboração dos mapas foram utilizados os dados obtidos por meio do georeferenciamento e aplicação destes em softwares livres como Qgis 3.07 e ARQgis.

Foram realizadas fotografias com câmeras Canon Rebel XSI e Nikon D7500, além de imagens aéreas com utilização de drone DJI Phantom 3Pro, para auxiliar na identificação de estruturas no entorno do acampamento, que porventura estivessem encobertas pela caatinga ou de difícil identificação a partir da perspectiva do solo. O reconhecimento aéreo, em consonância com as prospecções de superfície, representa um elemento fundamental nos procedimentos de identificação e descrição dos elementos culturais.¹⁵¹

Como mencionado anteriormente, todo o material identificado teve a sua localização registrada através do emprego de GPS; fotografado e as informações relativas ao tipo de material anotadas em caderneta de campo e em ficha de prospecção, contendo a identificação e georeferenciamento de remanescentes materiais e registro fotográfico dos mesmos.

¹⁵¹ SANJUÁN, Leonardo García. **Introducción al Reconocimiento y Análisis Arqueológico del Territorio**. Barcelona: Editorial Ariel, 2005, p. 107.

No que concerne às práticas de reconhecimento arqueológico de superfície através de prospecções, tais atividades são uma das principais bases para obtenção de dados em pesquisas arqueológicas, todavia as informações locais são de primordial importância como estratégia de identificação de espaços que apresentem potencial arqueológico para essa pesquisa ou trabalhos futuros, decorrentes deste.¹⁵²

A prospecção é definida como uma atividade científica, dotada de métodos e técnicas diversos, que dependendo da finalidade do projeto, apresenta propósitos que irão desde a identificação de sítios arqueológicos em determinados compartimentos ambientais ao reconhecimento das formas que a paisagem e os espaços foram explorados e utilizados pelos grupos humanos.¹⁵³

Apesar da importância das prospecções, essas atividades não representam a completude de uma investigação de campo, pois há limites de ordem física e cultural que impedem o levantamento total, a exemplo da vegetação, que a depender da densidade, impede a visualização do solo e a localização de vestígios arqueológicos; as condições do tempo, chuva, neblina ou a experiência do arqueólogo para reconhecer determinados elementos materiais, representam variáveis a serem consideradas nas prospecções.¹⁵⁴

As prospecções podem ser compartimentadas em três unidades metodológicas: geográfica ou natural, cultural e institucional. A primeira pode ser definida por uma feição natural, por exemplo, uma representação geomorfológica que pode ser um vale, uma montanha, uma unidade topográfica; representada por uma unidade geológica, por exemplo um afloramento rochoso, um matacão isolado ou um modelo de vegetação.

A segunda unidade de prospecção é cultural, onde os limites desta são determinados pela própria cultura material. O terceiro compartimento pertence ao âmbito institucional; as prospecções ocorridas sob esse desígnio metodológico são delimitadas a partir de uma fronteira arbitrária, por exemplo, uma vila, um povoado, uma propriedade.¹⁵⁵

Os elementos materiais passíveis de serem identificados nas prospecções são os artefatos, que correspondem a todos os produtos manufaturados pelo engenho humano e também os resíduos dessa produção. As estruturas, são elementos construídos, transformados, ou adaptados pelos seres humanos. Desse modo, um conjunto de artefatos também representa

¹⁵² SANJUÁN, op.cit., p. 68.

¹⁵³ BICHO, 2006, p. 91-92; RENFREW e BAHN, 2006.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ SANJUÁN, op.cit; BICHO, 2006.

uma estrutura (trepes de blocos talhados, trincheiras de rochas amontoadas, trincheiras escavadas, etc.), a exemplo das localizadas na área de estudo. Os solos antropizados ou antropogênicos também podem ser identificados e tomados como forte indicativo de sítios arqueológicos em virtude da concentração de matéria orgânica decomposta, por exemplo, numa cova coletiva, cuja sedimentação apresenta-se diferenciada na textura e na coloração escurecida.

Quanto aos materiais coletados por moradores na área do acampamento e acondicionados no acervo da comunidade, estes foram analisados, onde foi possível realizar o cruzamento de algumas informações obtidas nos espaços atrelados à composição do povoado e alcançar alguns resultados referentes a possíveis cronologias em relação a ocupação daquela área.

O método utilizado para a verificação desses artefatos, foi o que Boado nomeia de análise formal ou morfológico, que trata da análise das formas materiais concretas da paisagem, tanto os naturais (fisiográficas), como as artificiais, e também se aplica aos elementos da Cultura Material.¹⁵⁶ No caso específico dos artefatos em questão, procurou-se identificar a forma e quando possível a função. Todavia, é importante ressaltar que os materiais foram coletados por moradores e não dispomos de informações do local exato da coleta, portanto, não foi possível fazer um estudo capaz de situar esses artefatos na paisagem física e estabelecer a dispersão material desses artefatos em um dado espaço, tecnicamente denominado sítio arqueológico.

¹⁵⁶ BOADO, op.cit. p. 12.

3. PAU DE COLHER: ESPACIALIDADE E PAISAGEM

O levantamento realizado durante as pesquisas arqueológicas desenvolvidas na localidade Pau de Colher, resultou na identificação de uma diversidade de elementos arqueológicos, compositores do contexto material e de alguns espaços definidos a partir de marcos geomorfológicos e fitogeográficos, que antecederam e perpassaram a efervescência das atividades; atrelando-se às manifestações sociorreligiosas e à repressão que fez cessar o movimento.

Portanto, tais elementos são testemunhos paisagísticos, tessituras, diga-se de passagem, do estabelecimento dos pontos nodais na construção de uma rede de eventos desencadeados naquela região e, estudados conjuntamente puderam proporcionar algumas respostas aos questionamentos levantados no decorrer da pesquisa.

Diante da variedade de materiais localizados nos sítios e em posse dos moradores, para uma visualização mais detalhada dos mesmos, foi elaborada uma tabela contendo todo o material identificado no local da pesquisa (anexo), sendo que, esse capítulo será dedicado à apresentação de alguns desses elementos, que julgamos importantes para uma melhor compreensão do objeto de pesquisa.

3.1 UM LUGAR DE PASSAGEM

A partir das entrevistas realizadas com moradores do Povoado Pau de Colher, foram obtidas algumas informações relevantes, que indicaram locais ou elementos econômicos que influenciaram no estabelecimento do povoado.

No período colonial havia uma estrada denominada *Travessia Velha* ou *Estrada Real das boiadas*, que conectava e favorecia os deslocamentos de boiadas entre o Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Pernambuco. Essa estrada seccionava a região onde se encontra Pau de Colher; possivelmente, por oferecer uma maior oferta de água e possuir salinas, seria uma espécie de retiro ou parada de descanso para o gado e vaqueiros que por ali passavam.

A manutenção da atividade agropastoril desenvolvida no sertão semiárido demandava uma estrutura que ia além da resistência física dos tangedores e do gado. Para enfrentar carreiros e estradas durante a condução dos rebanhos rumo aos distantes centros de comercialização, era necessário deter o conhecimento sobre a paisagem física, dispor de locais de pasto, de pouso e

de água. Mas, tão essencial era o estabelecimento de micro-redes comerciais e colaborativas, que poderiam atenuar as perdas materiais dos donos dos rebanhos, reduzindo a mortandade do gado e garantindo sobrevida aos bois estropiados.

Extensos desertos a que somente as vias de comunicações emprestam alguma vida. Ao longo delas estabelecem-se alguns moradores, apesar das dificuldades locais, para prestarem concurso aos viajantes e às boiadas que transitam na proximidade.¹⁵⁷

Durante as jornadas, bois e rezes definhavam, perdiam peso e para não morrerem antes do findar da travessia, eram vendidos a compradores que instalavam residências à beira das estradas a fim de explorarem o comércio de “magrém”.¹⁵⁸ Ou seja, um sistema comercial sustentado na compra de gado magro a baixo custo, seguido da engorda e revenda dos mesmos com o peso restaurado ou para a constituição de um pequeno sítio ou fazenda.

Essas residências eram estabelecidas em pontos estratégicos, às margens de estradas, onde houvesse terrenos minimamente propícios à agricultura de subsistência, que possibilitassem a obtenção de água. Relativo aos meios necessários à aquisição de água e importância de suas fontes, Caio Prado Júnior menciona que:

As “cacimbas” (*poços d’água*) congregam quase todo resto do povoamento; assim, onde o lençol de águas subterrâneas é mais permanente e resiste mais às secas prolongadas, bem como onde ele é mais acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população.¹⁵⁹

Por uma necessidade de manutenção dos rebanhos bovinos, seus tutores, os chamados tangerinos¹⁶⁰, transitavam tocando gado pelos caminhos do sertão, adotavam locais para descanso, preferencialmente que também oferecessem condições de saciar a sede e suprir o forrageio animal, que nos períodos de escassez se fazia basicamente através do consumo das

¹⁵⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43ª ed. Brasiliense: São Paulo, 2012, p. 46.

¹⁵⁸ Atividade comercial que ainda é praticada na atualidade na região semiárida do sudeste do Piauí e norte da Bahia. Abarcando não apenas o gado bovino, mas caprinos e ovinos. Geralmente o ápice dessa comercialização ocorre nos períodos de estiagem, sobretudo, entre setembro e novembro, tendo em vista a redução ou esvaziamento das reservas de água e quando acabam as pastagens naturais de cria extensiva.

¹⁵⁹ PRADO JÚNIOR, op.cit, p.67.

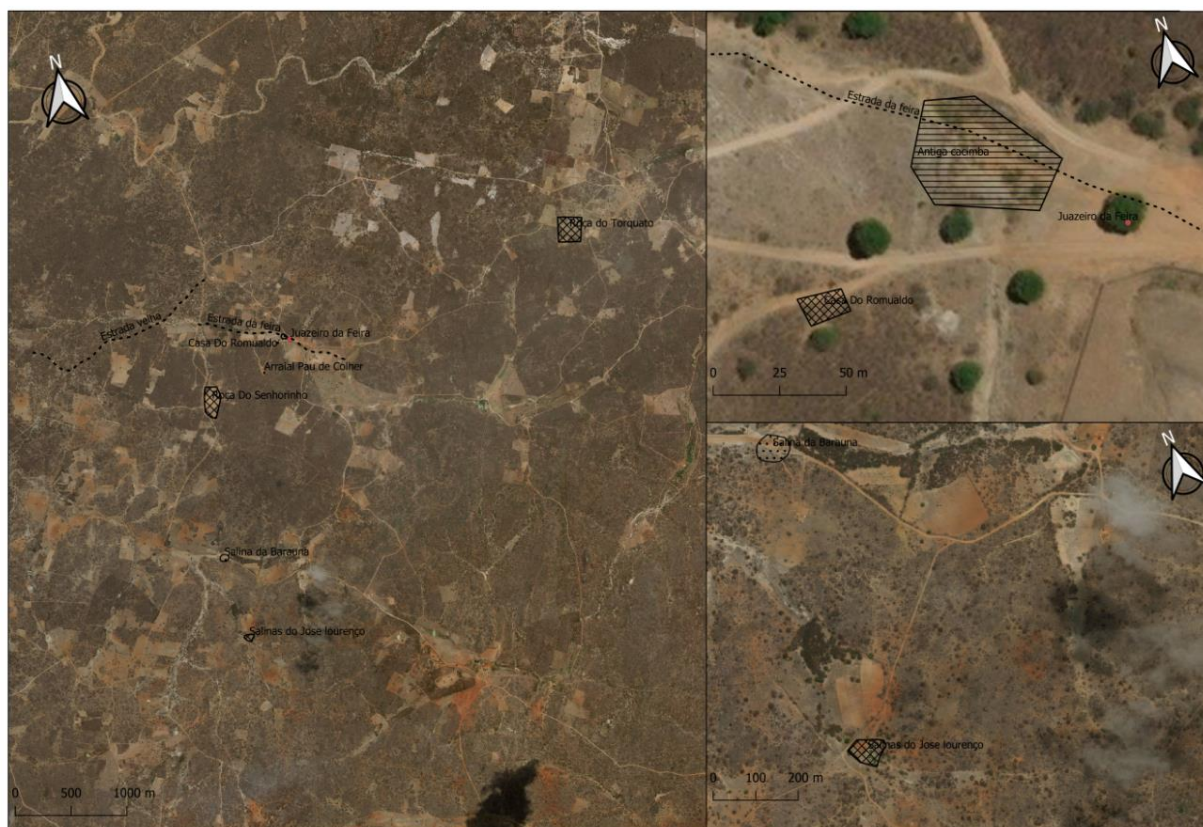
¹⁶⁰ Deriva do verbo tanger. Os tangerinos eram indivíduos que conduziam as boiadas no Nordeste brasileiro, à pé, sem auxílio de montaria ou qualquer outro tipo de suporte de transporte. Apenas entoando aboios e usando de outros artifícios. Essa nomenclatura é comumente utilizada nesta região semiárida do sudeste do Piauí e extremo norte da Bahia. Nessa categoria de trabalhadores de boiadas, havia uma hierarquia. Segundo PUNTONI, 2010, o responsável pela condução da boiada era o “Passador”. Esse era pago por cabeças de gado passadas ou transportadas de um lugar a outro. Subalternos a este, situavam-se os guias e tangedores, cuja responsabilidade de contratar, alimentar e pagar recaía sob o passageiro. Posteriormente a condensação da função dessa segunda categoria evoluiu para o termo “vaqueiro”. Ou seja, o indivíduo encarregado de campear, reunir ou tocar o gado com o auxílio de montaria.

cactáceas¹⁶¹ e a complementação vitamínica nos “lambedouros”; terrenos também utilizados para a extração de sal.

Antes dos eventos que projetaram Pau de Colher a uma escala maior em termos de interações socioculturais, esta comunidade representava apenas um ponto ermo num espaço inóspito e semiárido, seccionado por uma antiga estrada boiadeira, chamada de “Travessia Velha”, que ligava a Bahia ao Piauí e ao Maranhão.

No entanto, considerando o contexto da economia bovina, Pau de Colher reunia condições favoráveis que o tornava relevante como suporte material à microestrutura da economia pastoril, característica esta, que colaborou para a transformação desse lugar de passagem, em estacionamento ou pouso. Justificadamente pela oferta de água existente sob o leito seco e arenoso do riacho, que vertia paralelo àquele caminho.

Figura 5 – Espacialidade e localização dos elementos econômicos relacionados a Pau de Colher



Fonte: Google Earth, com adaptações feitas pelo autor (2019)

¹⁶¹ SPIX e MARTIUS, 2017.

Nesse contexto foi aberta uma cacimba¹⁶² que garantia o suprimento de água durante todo o ano, especialmente em períodos de estiagem; possivelmente suprimindo a demanda das comitivas de boiadas. Também existiam nas imediações “lambedouros do gado” ou salinas, que eram fontes complementares à dieta precária desses animais.

Desse modo, supõem-se que Pau de Colher tenha surgido no âmbito dessa estrutura econômica, onde as relações comerciais eram embrionariamente propelidas através da itinerância agropastoril. Nas quais o ápice desse desenvolvimento, chegou ao nível de haver um ponto físico, um marco representativo de um processo de “sedentarização comercial”, através da emergência de uma feira no início da década de 1920. Esse fator promoveu o adjunto de pessoas e interações socioeconômicas com indivíduos de outras regiões.

3.1.1 A Feira do Pau de Colher

As feiras enquanto instituições socioeconômicas, representam elementos que fornecem pistas importantes à compreensão dos intercâmbios culturais e comerciais, formativos de núcleos de ocupação territorial e influenciadoras das dinâmicas de sociedades ao redor do mundo.

De acordo com Fernand Braudel, as feiras em locais fora da Europa ocorriam também com maior relevância no Oriente e no Extremo Oriente, onde as atividades comerciais dos mercadores eram regidas por variáveis climáticas, determinando assim, a frequência dos encontros. O autor ainda destaca que as feiras realizadas no Marrocos e no extremo ocidental do mundo árabe, região do “Magreb”, eram instaladas próximas a locais considerados sagrados ou de peregrinações. Do mesmo modo, desenvolviam-se no Brasil.¹⁶³

No Brasil, as feiras ocorrem desde o início da colonização lusitana. Luiz Mott menciona que os portugueses já habituados às atividades de comércio praticadas nas feiras em territórios colonizados no Norte da África e Angola, teriam importado esse modelo para as terras brasileiras.¹⁶⁴

A primeira menção a essa estrutura remonta ao século XVI, quando foi determinado através de Regimento destinado ao Governador-geral, Dom João III, que fossem realizadas

¹⁶² Não há informações que indiquem em qual período ou por quem foi aberta essa cacimba. A mesma foi utilizada até final dos anos 90 do século XX.

¹⁶³ BRAUDEL, 1998 *apud* DANTAS, 2007.

¹⁶⁴ MOTT, 1975.

feiras em um ou mais dias da semana, “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira [...]”¹⁶⁵

No Nordeste, a primeira feira que se tem registro é a Feira de Capuame, uma das maiores da América Portuguesa, que surgiu em função do comércio de gado originário de várias regiões da Colônia. Em relação a dimensão social dessa estrutura e ao que esta representava:

Ponto de encontro entre realidades e experiências de homens vindos de mundos distintos; espaço intermediário entre produtores e consumidores; sempre caracterizada pelo movimento, pelo seu barulho e agitação. Sítio de parada de viandantes, andarilhos, mascates.¹⁶⁶

Outras feiras nordestinas, semelhantes em termos de práticas comerciais atreladas à economia bovina, e apontadas por Mott foram: a freguesia Mata de São João, da Vila de Nazareth, da Vila do Conde e da Vila de Feira de Santana na capitania da Bahia; de Goiana e Itabaianinha, na capitania de Pernambuco e, em muitas vilas e cidades de Sergipe. Comércio marcado pela periodicidade das atividades ali praticadas, que seriam a base para ampliação do quadro evolutivo de mercado, e alcançarem a permanência e relevância comercial.¹⁶⁷

O grau de relevância de um lugar em um contexto de mercado regional, e a sua capacidade de centralização, podem ser mensurados a partir da frequência de encontros comerciais. Ou seja, fatores como a regularidade de realização das feiras em determinado lugar ou região podem ser considerados indicativos de sua importância.

Ao analisar as formas de encadeamento desses núcleos a partir de um estudo realizado em feiras livres no estado de Alagoas, Roberto Corrêa estabelece que a constância dos mercados definidos como pequenos núcleos de povoamento, que se transformam em locais centrais podem ocorrer uma ou duas vezes por semana, de cinco em cinco dias, durante a época de safra ou a partir de outro elemento de periodicidade.¹⁶⁸

O autor constata que os tipos de mercados periódicos estão relacionados ao alcance espacial e que estes limitam a fixação de negociantes em determinados lugares, considerando que a mobilidade destes seria uma alternativa viável para atender uma quantidade de pessoas que também se beneficiam desse comércio itinerante. Nessa perspectiva, as feiras no Nordeste são instituições onde a maioria das trocas econômicas, culturais e sociais, ocorrem. E por serem realizadas em períodos determinados, adquirem características de mercado periódico.

¹⁶⁵ Op.cit, 1975, p. 309.

¹⁶⁶ HENRIQUE, 2014, p. 7.

¹⁶⁷ Op.cit, 1975.

¹⁶⁸ CORRÊA, 1997.

Ao ser feita uma análise das características de redes de trocas socioeconômicas das feiras sob uma perspectiva da dimensão espacial, essas podem se condensadas em uma categoria de paisagem, enquanto construção de relações sociais. As feiras detêm uma característica centralizadora de relações em um determinado espaço, sendo compreendidas como um “conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações”, formando assim, uma rede geográfica.¹⁶⁹

Nesta perspectiva, segundo esse autor, as feiras enquanto construções socioespaciais, podem ser decompostas em três dimensões: dimensão organizacional, onde a configuração interna abrange a origem função e finalidade das redes, a natureza dos fluxos, os agentes sociais. Dimensão temporal, envolve a duração da rede, como essa se estabelece a frequência e velocidade com que os fluxos nela se realizam; e dimensão espacial, que envolve a morfologia espacial, escala e conexões ou nodos estabelecidos nessa rede geográfica.¹⁷⁰

Em relação a feira de Pau de Colher e a analisando sob uma perspectiva orgânica, percebe-se que as relações socioeconômicas, interconectadas à periodicidade dos movimentos e fluxos humanos e das boiadas cruzando esse espaço, produziram paisagens diversas, próprias desse território.

A respeito da localização da feira, esta ocorria em um local onde os principais elementos da secular estrutura econômica pastoril entrelaçavam-se: de um lado, a Estrada Velha, safena condutora de diversas possibilidades de intercâmbios culturais e econômicos, irrigada através de uma rede de carreiros, por onde os fluxos humanos originários de locais diversos efluíam, tornaram mais caudalosa sua importância nesse sistema de ocupação, consolidação territorial e implantação de novos elementos socioeconômicos e culturais.

De semelhante importância, mas sob condições *sui generis*, a “Cacimba Velha”, estabelecida no leito do riacho que, dada a sua função, possuía características aglutinantes dos fluxos de pessoas, mesmo de maneira imperativa, impulsionada pelas vicissitudes climáticas e/ou fisiológicas que impunham aos viajantes fatigados a permanência nas imediações daquele local. Portanto, tais elementos teriam favorecido a implantação da feira através das possíveis relações estabelecidas nesse espaço.

As condições estruturantes da “Feira de Pau de Colher”, que ocorria sob a sombra de um Juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), proporcionou interações sócio comerciais entre os viventes das comunidades do entorno, com vendilhões e demais pessoas de outros municípios, ainda que

¹⁶⁹ Op. Cit., 1997, p. 107.

¹⁷⁰ Id. Ibidem.

por um pouso de uma noite ou apenas durante o tempo necessário para se reestabelecerem fisicamente e saciar a sede naquela fonte hídrica.

Figura 6 – Árvore juazeiro onde ocorria a feira.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Como se percebe a partir do depoimento do senhor Petronílio de França, feirante e também pessoa que guiou a polícia piauiense durante a destruição do arraial de Pau de Colher. “Eu já tinha andado lá umas vez (sic). Lá eu conhecia demais, oia, lá era o lugar deu fazer feira. Lá tinha uma feira num juazeiro, tinha uma feira de muita gente”.¹⁷¹

No início a feira funcionava mensalmente e em razão da crescente demanda passou a ocorrer semanalmente, condição que a estabeleceu como elemento central da rede de comunidades circundantes. Apresentava tipos comerciais heterogêneos, aonde eram comercializados desde produtos de primeira necessidade como farinha, feijão, rapadura e outros; até fumo, arreios de couro, fazendas de tecido, “remédios de casca de pau”; troca e venda de animais e peles diversas.

¹⁷¹ Entrevista realizada com o senhor Petronílio José Lopes, 96 anos. São Raimundo Nonato, 21 de setembro de 2008.

Desse modo, configurou-se referência ao comércio da microregião caatingueira e propícia ao desenvolvimento e consolidações de intercâmbios socioculturais com outras regiões.

3.1.2 Casa do Romualdo

O sertanejo de nome Romualdo, foi uma das pessoas a fixar residência em Pau de Colher. Sua casa estava ao lado da estrada e nas proximidades da “Cacimba Velha”, e não muito distante de dois locais de extração de sal: “salina da Baraúna” e “salina do José Lourenço”.

Figura 7 – Ruínas da residência de Romualdo.



Fonte: Joaquim Neto, 2018.

É possível que tenha se estabelecido nesse local para usufruir das possibilidades comerciais atreladas ao deslocamento das boiadas, ao comércio de magrém e pelo conforto de ter disponível água suficiente para sobrevivência. Além de contar com terrenos mais favoráveis à prática da agricultura de subsistência nas imediações. Exemplo disso, são duas roças, onde em uma delas, localizada a 758 metros a noroeste do acampamento, com área aproximada de cinco hectares, Romualdo, juntamente com seu filho José Senhorinho, cultivavam mandioca.

Espaço que posteriormente ficou referenciado como “roça do Senhorinho”, tendo em vista que a produção obtida nesse roçado no auge das aglomerações, de acordo com determinações desse mesmo indivíduo, foi utilizada para alimentar os fiéis que se reuniram no acampamento sob sua liderança.

Outra área com sete hectares nas imediações, dedicada ao cultivo de mandioca, que também teve sua produção utilizada para o suprimento alimentar do povo, que se estabelecia em torno da figura de Senhorinho e do seu acampamento religioso, foi a “roça do Torquato”; localizada a 1.800 metros na direção sudoeste.

Foi sob o abrigo da sua residência, que Severino Tavares em uma das suas viagens de peregrinação, pregou pela primeira vez para José Senhorinho. Como mencionado em capítulo anterior, Senhorinho transformou-se no principal líder e fundador da comunidade religiosa de Pau de Colher.

3.1.3 A Travessia Velha ou Estrada Real do Gado

As interferências nas relações socioeconômicas entre a capital da colônia, Salvador, e o Maranhão, impostas pelas dificuldades de traslado através da navegação via costa maranhense, estimularam discussões na administração colonial a respeito da necessidade de implantação de rotas terrestres, através do interior do sertão.¹⁷²

Relativo a essa rota marítima, “segundo o padre Antonio Vieira, era ‘umas das mais dificultosas e trabalhosas navegações em todo o mar oceano’”.¹⁷³ Desse modo, os ventos e as correntes marítimas na costa Leste-Oeste do Brasil impossibilitavam a navegação frequente entre o Maranhão e as capitanias do norte, de modo que essa empreitada só poderia ser realizada nos meses de inverno, durante as madrugadas e, sob o impulso inconstante da brisa terrestre.

Como exemplos dos infortúnios ao deslocamento marítimo através dessa rota, destaca-se que:

Uma sumaca despachada por André Vidal de Negreiros, em 1656, procurando Camocin, gastou cinquenta dias para montar até o rio das preguiças. Desistindo do intento, retornou ao Maranhão em Apenas doze horas. Noutra feita, um certo Manuel de Souza d’Eça, enviado com algumas cartas a Pernambuco, acabou aportando em Porto Rico. Somava-se a essas dificuldades a hostilidade permanente dos tremembés, habitantes das costas, que acompanhavam as naus esperando um descuido para atacá-las e roubar as mercadorias.¹⁷⁴

¹⁷² ARRAIS, 2012.

¹⁷³ PUNTONI, 2002, p. 27.

¹⁷⁴ Id. Ibid.

Dessa maneira, para suprimir as dificuldades da navegação marítima, foi construído um caminho terrestre na segunda metade do século XVII, pelo qual nasceriam outras rotas integrando o sertão, a partir dessa “estrada do gado”, que favoreceriam o alargamento da fronteira de expansão colonial através da interiorização da economia agropastoril.

Para institucionalizar essa nova rede de comunicação através da formalização do acesso entre as referidas cidades, foi construído um roteiro e mapa. Tarefa atribuída ao ouvidor geral do Maranhão, Dor. Mel. Nunes Colares, que nessa empreitada foi auxiliado por um engenheiro cartógrafo da Companhia de Jesus, Jacob Cloceo. Posteriormente, esse documento produzido viria a ser utilizado para a divisão de terras em sesmarias.¹⁷⁵

Desse modo, ocorreu o alargamento das fronteiras de povoamento na direção norte da Colônia, impulsionada pela indústria do gado. Que teve início a partir de duas vertentes de interiorização denominadas: ‘sertão de dentro’ e “sertão de fora”.

A primeira frente expansionista partiu da Bahia, abrangendo todo o território desse estado, perpassando o rio São Francisco e englobando o interior piauiense, o território dos “Pastos Bons” na região do rio Itapicuru e Balsas, no Maranhão, até alcançar o Tocantins. O “sertão de fora”, cujo fluxo partia de Pernambuco, seguia uma linha paralela e próxima à costa litorânea até alcançar o Ceará.¹⁷⁶

A região de Pau de Colher estava na rota dessas duas estradas. Uma conhecida como Travessia Velha ou Caminho Velho, que supõem-se tratar de um desses antigos caminhos que faziam conexão com o Maranhão, cuja referência maior de utilização dessas estruturas de integração atrelava-se ao deslocamento comercial de boiadas para além do Rio São Francisco, cruzando a Passagem do Juazeiro.¹⁷⁷

Relativo à abrangência do território sertanejo coberto por essas estradas, durante a viagem científica por essa região, Spix e Martius informaram que:

Na Passagem do Juazeiro encontram-se duas estradas do Piauí, que costumam chamar de Travessia- Nova, e dirigem-se para as nascentes do rio Canindé e, por ele abaixo, a Oeiras, ora se aproximando, ora se afastando do rio São Francisco. A leste das duas primeiras, entre a foz do riacho Pontal e o arraial do Cabrobó, sai terceira estrada. A oeste da Travessia Nova, a província do Piauí comunica-se com o sertão do rio São Francisco pela Travessia Velha. Esta estrada começa na povoação do Sobrado, à margem do rio, e acompanha o curso do rio Piauí, que ora alcança na sua nascente, ora mais abaixo, conforme suas diversas direções.¹⁷⁸

¹⁷⁵ Op.cit., 2012.

¹⁷⁶ Ver Capistrano de Abreu. Capítulos de História Colonial: 1500-1800.

¹⁷⁷ Local de passagem através do rio São Francisco, no Registro de Juazeiro (atual de cidade Petrolina), para alcançar a Vila de Juazeiro, na margem oposta.

¹⁷⁸ SPIX E MARTIUS, 2017, p. 320.

Figura 8: Adaptação da carta geográfica de 1828 da Província do Piauí de Scharzmann. Os pontos na cor verde demonstram a localização de povoados ainda existentes. O círculo vermelho projeta a suposta localização de Pau de Colher entre as duas estradas: “Travessia Velha e Travessia Nova”.



Fonte: SCHWARZAMANN, Joseph. Geographische karte der provinz von São Iozé do Piauhý, 1828. Versão digital disponível em [HTTP:// http://bndigital.bn.br/](http://bndigital.bn.br/)

Parte do traçado dessa estrada ainda pode ser identificado nas imediações de Pau de Colher. Tratava-se de um “carreiro”¹⁷⁹ com largura de aproximadamente 2,5m por onde as boiadas eram conduzidas.

¹⁷⁹ Denominação empregada do sudeste do Piauí ao norte da Bahia para designar as vias de deslocamento na caatinga. A maioria desses caminhos foram a antigas trilhas indígenas; posteriormente reapropriados e adaptados às demandas de deslocamentos comerciais do sistema agropastoril, transformando-se nas “travessias”. Outras culminaram ou foram referências para a construção das atuais estradas e rodovias dessa região. Em outras regiões do Brasil, sobretudo no Sudeste, o termo “carreiro” designa o indivíduo condutor de um veículo de tração animal, puxado por junta de bois. O carro de boi.

Figura 9: Trecho arruinado da “Estrada Real do Gado” ou “Travessia Velha”, nas imediações do Povoado Pau de Colher-BA.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

Apesar da existência de estradas nessa região, que proporcionavam relativa facilidade durante as jornadas, os naturalistas queixavam-se das condições do clima, da seca severa, ressaltando principalmente a dificuldade motivada pela falta de d'água:

A Travessia Nova, por onde também seguíamos, é atualmente a mais frequentada; mas nela também se faz sentir como nas outras, a falta de água, durante a estação seca, que ocorre aqui de agosto a dezembro. Todo o sertão, que se estende entre os afluentes ocidentais do São Francisco, vai subindo muito pouco, a O. e a N.O. Nesse trecho, atravessado pelas citadas estradas, reina o mesmo clima quente e seco; e os poucos riachos que o regam, inclusive o pontal, desaparecem, durante a terrível seca.¹⁸⁰

¹⁸⁰ SPIX e MARTIUS, 2017, p. 321.

A questão climática sempre pontuou entre as narrativas de cronistas e viajantes que transitaram no século XIX pelo interior do Nordeste como um dos fatores que causavam imensas dificuldades que tornavam quase impraticável a sobrevivência humana no sertão.

Por uma necessidade de resistir a esse ambiente hostil, os sertanejos desenvolveram estratégias de sobrevivência a partir do domínio da paisagem. Assim, instalavam suas moradas nas proximidades de cursos hídricos: grotas, riachos ou baixadas, a fim de obterem com mais facilidade alguma quantidade mínima de água para a subsistência. Para tanto, recorriam a um método de natureza atemporal¹⁸¹ para suprir a necessidade de água, a abertura de cacimbas.

3.2 CACIMBA VELHA

Esse tipo de mecanismo para a captação de água, recebeu diversos nomes como kettara, foggara, kizamá, fagir, jattará, mayrá, puquio dentre outras variações nos dialetos existentes nas diversas regiões em que foram construídos.¹⁸² Posteriormente, no Nordeste, esse termo seria regionalizado para “cacimba”.

O termo cacimba ou cacimbão designa uma intervenção exploratória em um determinado aquífero aluvial, que pode ser considerada uma “obra de captação”, apresentando maneiras diversificadas em sua construção, desde paredes revestidas por tijolos ou pedras e com diâmetros variáveis, entre um e dez metros, e profundidades superiores a trinta metros. Também podem ocorrer como artifício de contenção das paredes o escoramento com tábuas de aroeira e angico.¹⁸³

Uma cacimba que propiciasse boa “minação” era um meio para aplacar a sede de pessoas e animais. Poderia representar a linha tênue entre a permanência ou a evasão de um local no sertão, ou mesmo a vida e a morte durante os ciclos prolongados de seca.

As pessoas que moravam às margens dos caminhos e estradas do gado, para obterem água durante o enfrentamento às secas: Proveem por meio de

¹⁸¹ Considerado atemporal, no sentido de ainda ser empregado como iniciativa popular viável, ante os efeitos da falta de água e como artifício de resistência contra a indústria da seca, praticada nos rincões semiáridos do Nordeste. Sobretudo no sudeste do Piauí. Onde políticos mal-intencionados, desnudos de qualquer senso de humanidade e possuidores de escrúpulos rasos, replicam uma das primeiras relações comerciais do Brasil: o escambo. Todavia, trocando água distribuída em carros pipa contratados com dinheiro público, por votos de famílias inteiras, que sofrem pela escassez desse líquido e pela carência de informações relativas aos seus direitos. Exemplo de resistência, mediante o emprego desse artifício hídrico, foi o caso do octogenário e cego, Adalberto (Berto), morador do sítio Cansação, em São Raimundo Nonato-PI, que numa demonstração de inquebrantável dignidade contra o assédio eleitoral de um vereador cobiçoso em rapinar os votos de seus quatro filhos e três netos, escavou sozinho uma cacimba, como demonstração de recusa à proposta de vender os votos da sua família em troca de água.

¹⁸² Cf.: LIGHTFOOT, 1996; LIGHTFOOT, 2000; WESSELS, 2005.

¹⁸³ COSTA, 1986, p. 281.

cisternas [cacimbas] às suas necessidades e das tropas que passsam; mas, apesar disso, não é nada raro morrer de sede ou de fome a metade das boiadas e manadas de cavalos que vem do Piauí, antes de chegarem ao rio São Francisco.¹⁸⁴

A partir da constatação da importância das cacimbas como elementos constituintes de ocupações humanas no sertão, no que refere ao fornecimento de água e sustento de atividades econômicas cotidianas, no caso específico de Pau de Colher, foi identificada uma dessas fontes de abastecimento, com dimensões consideráveis.

Tomando como referência a área central do acampamento, o relevo é marcado por uma suave declividade NE por centenas de metros, até um riacho intermitente e assoreado, conhecido como riacho velho de Pau de Colher, onde a montante dessa estrutura hidrogeológica orienta-se a partir de algum vertedouro a SE e a jusante, descamba a NW, no sentido do rio Canindé.

No leito seco e arenoso desse riacho efêmero, predominam sedimentos aluvionais, condição que propicia a retenção de água sob essas camadas sedimentares, que possibilitava aos sertanejos a aquisição de recursos hídricos ao custo de escavarem alguns metros cúbicos de sedimento, e abrirem uma cacimba através das camadas micaxisto.

Assim, há impresso na paisagem de Pau de Colher, onde o caminho do gado cruzava esse riacho, um testemunho das ações inerentes ao rudimentar processo de aquisição de água; localmente referenciado pelo nome “Buracão” ou Cacimba Velha.

Durante o período da aglomeração religiosa, a cacimba já constava como elemento constituinte da paisagem e a mais abundante fonte de abastecimento daquele povoado. De acordo com o Senhor Gregório, “esse minadouro possuía dimensões de 5m de comprimento por aproximadamente 25m nas laterais e 8m de profundidade, tinha uma boa “minação” (vazão)”, que teria provido água em abundância às pessoas que compuseram o arraial, e equidistante 340 metros em relação à cacimba.

¹⁸⁴ SPIX e MARTIUS, Op. cit, p. 231.

Figura 10 - Local da antiga cacimba que abasteceu o reduto.



Fonte: Marcelo Alves, 2017

O confisco dessa cacimba pela polícia pernambucana, foi utilizado como uma estratégia de minuar a resistência do acampamento.

3.3 SALINAS DE JOSÉ LOURENÇO E DA BARAÚNA

*O sal até hoje tem grande influência na vida do vale. Não é sem razão que as comidas de lá são carregadas no sal. Até os doces são de sal. No café, pela manhã, o homem come sal, quer na carne seca, quer no beiju de tapioca, quer na marmota ou no cuscuz de milho. Até na sobremesa, tanto o beiradeiro como o caatingueiro e o brejeiro, comem salgado: depois das refeições, a sobremesa predileta da gente do vale é "rapadura de brejo", um tijolo salobro, em tudo parecido com a rapadura-comum. A peta, o biscoito avoador, o pé-de-galinha, o biscoito arrieiro, são todos da família da marmota, salgadose duros, como o povo que os criou.*¹⁸⁵

A etimologia da palavra “sal” está vinculada ao termo “salário”, que descende do vocábulo latino *salarium argentum*, ou seja, “pagamento em sal”. Expressão monetarizada no período romano, utilizada para personificar valorização material dos serviços prestados pelos

¹⁸⁵ LINS, 1983, p. 39.

soldados legionários, em que o sal, por ser um produto raro e extremamente valioso, era ofertado em forma de soldo ou pagamento pela prestação dos serviços especializados desses militares.¹⁸⁶

Eram amplas as formas possíveis de cambiar o sal por diversos produtos, já que o mineral representava uma moeda muito valiosa. Dentre as inúmeras propriedades atribuídas a esse elemento, destacava-se a utilização na cozinha como conservante de alimentos, especiaria, para fins medicinais e fonte de vitaminas que complementavam a dieta.

A valoração econômica desse produto atravessou as barreiras do tempo e espaço geográfico. No Nordeste brasileiro, no Submédio São Francisco, a exploração salina ao lado da pecuária, foi uma das principais bases da economia até os primeiros decênios do século XX.

Aqui, por toda parte, nas várzeas, encontram-se, sobretudo depois da chuva, crostas brancas de sal eflorescendo, e os lugares onde são mais abundantes (lagoas, salinas), são chamados de “minas de sal” pelos habitantes, que anualmente para ali acodem, vindos de perto e de longe, a fim de se utilizarem desse bem da natureza.¹⁸⁷

Sabe-se que a pecuária foi o um importante veículo de expansão das fronteiras e de transformações culturais nos sertões do Norte. Todavia, foi a busca por metais preciosos que inicialmente impeliu os portugueses a adentrarem os rincões sertanejos e semiáridos. Ao terem suas expectativas frustradas por não encontrarem o que almejavam, as atividades de aprisionamento de mão de obra indígena para ser empregada na indústria açucareira do litoral e a procura por minas de salitre, despontam como alternativas econômicas viáveis.¹⁸⁸

É nesse âmbito que a exploração salina se transformaria numa importante atividade comercial na segunda metade do século XVII. Porém, tal prática não teria surgido de modo espontâneo ou fortuito. O incentivo às pesquisas dessa indústria despontaria lento e gradual, como um meio de aplacar a ineficiência na identificação de minas de metais preciosos que era o ímpeto lusitano, e como uma maneira de subverter a dependência do mercado externo no que tangia ao provimento desse mineral. Sobretudo, em um momento de escassez do produto; motivada pelos conflitos no atlântico sul entre as potências imperiais, que comprometiam o abastecimento da Colônia.¹⁸⁹

No caso específico da face norte do sertão do São Francisco,

¹⁸⁶ ROCHA; LEITE, 2012.

¹⁸⁷ SPIX e MARTIUS, op. Cit., p. 314.

¹⁸⁸ Cf.: HOLANDA, 1977; PRADO Jr., 1953.

¹⁸⁹ PUNTONI, 2002 p. 30-31.

Zacarias”, em Pilão Arcado.¹⁹¹ No entanto, há registro de outros locais de salinas na região de Casa Nova, Riacho do Sobrado, Remanso, mas restritos à proximidade do rio São Francisco.

Porém, essa variável não representaria uma regra, tendo em vista que existem áreas distantes do rio, nas imediações de Pau de Colher, onde predominam terrenos moderadamente drenados e hipersalinos, que ocupavam o um patamar produtivo que os aproximam de Pilão Arcado. Destacavam-se dois locais muito produtivos em termos de extração de sal, onde a produção destinava-se ao consumo cotidiano, ao comércio e, possivelmente, ao fabrico de pólvora. São as salinas: Baraúna e do Zé Lourenço.

3.3.1 Salina da Baraúna

A Salina da Baraúna, está localizada em um lugar homônimo, batizado em função da influência dessa área de extrativismo salino. Dista 1,7 km do local onde foi construído o acampamento dos religiosos, em um terraço de inundação, do riacho de Pau de Colher. Apresenta uma área de extração visível de aproximada de 1200m². O solo é caracterizado por sedimentos arenosos, de coloração acinzentada, com manchas avermelhadas e ferruginosas de aspecto úmido e grasso.

São notórias as concentrações de sais na superfície da salina da Baraúna, evidentes a partir de microestruturas de sedimento que deslocam do solo em formato de carapaças. Em uma linguagem própria, do vocabulário dos trabalhadores do sal, essas camadas de evaporitos eram referidas como: “o sal na flor da terra; sal à flor da terra; sal aflorando da terra, vindo na flor da terra”.¹⁹²

Essas designações se faziam não somente para demonstrar os terrenos mais favoráveis à ocorrência de um produto de melhor qualidade, mas também, onde havia um volume majoritário de cristais e grânulos de sal, acumulados pelo processo natural. Assim, a salina ideal era aquela que, em virtude das condições naturais, demandaria um menor dispêndio de tempo e mão-de-obra para a coleta desse elemento. Em alguns casos, era dispensado até o processo de cocção e decoada, sendo necessário apenas a depuração feita através da raspagem sedimentar

¹⁹¹ PUNTONI, op.Cit.

¹⁹² Informações obtidas em fevereiro de 2011, através de uma entrevista com o senhor Manoel de Sousa e a senhora Maria do Socorro Ribeiro, em Bonfim do Piauí. Conhecedores do processo de extração de “sal da terra”.

superficial do solo, remonte e peneiramento com arupemba¹⁹³ fina e, por fim, a pilagem feita através de um pilão de madeira para tornar o produto refinado.

Figura 12: Crosta de sedimentos com sal acumulado da “Salina da Baraúna”, Pau de Colher



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

Figura 13: Aspectos sedimentares e locacionais da “Salina da Baraúna”, Pau de Colher-BA.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

¹⁹³ Peneira feita com cipó e fibras naturais. Geralmente palha e talos de carnaúba, caroá ou corocatá, grajau. Entre outros.

3.3.2 Salina do Zé Lourenço

A Salina do Zé Lourenço, está localizada a 2,4 km no sentido sudoeste da área do acampamento, em um terreno levemente rebaixado, congregando características sedimentares semelhantes às da Salina da Baraúna. Destacando-se no contexto sedimentar uma mancha avermelhada de aspecto úmido e oleoso, e crostas pontuais de sedimento com cristais de sal, que são alvo constante da investida de animais. Geralmente caprinos, bovinos e outros mamíferos da casta dos asininos, que lambem essas porções a fim de absorver o mineral ali concentrado.

Figura 14: Aspectos gerais da “Salina do Zé Lourenço” em Pau de Colher - BA.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

Figura 15: Crosta de sedimentos com sal acumulado. “Salina do Zé Lourenço” em Pau de Colher-BA.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

Figura 16: Aspectos sedimentares da “Salina do Zé Lourenço” em Pau de Colher-BA. A seta indica área de acúmulo de expurgos de sedimentos salinos.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

Não foram identificados *in loco* elementos da cultura material, que fizessem alusão direta à indústria salina. Por exemplo, estruturas, fornos, tanques. Apenas expurgos de sedimentos amontoados numa extremidade do terreno, e uma cacimba no outro extremo, porém, sua construção é recente.

No entanto, há uma moeda do Período imperial, que foi localizada e coletada pelo Senhor Gregório Manoel, nessa referida salina. E as moedas, na qualidade de artefatos que apresentam marcas próprias de um período, expressos nas legendas e símbolos gravados no corpo metálico, permitem ao pesquisador estabelecer datações relativas para determinados contextos.

Desse modo, a partir da possibilidade de uso como método investigativo, essa moeda é considerada nessa pesquisa, um marcador cronológico que estabelece periodicidade às atividades econômicas de exploração salina desenvolvidas no local. Assim, é possível sugerir que estas ocorriam pelo menos desde início do século XIX.

Figura 17: Moeda de 40 Réis. Cunhada no período Imperial; com inscrição em Latim no anverso. Coletada na salina do Zé Lourenço - Pau de Colher - BA.



Fonte: Joaquim Neto, 2019.

O valor numérico impresso na moeda é de “40 Réis”, e foi cunhada em cobre no ano de 1828, na Casa da Moeda da Bahia.¹⁹⁴

Apresenta no seu Anverso a inscrição em Latim: “*PETRUS. I. D. G. CONST. IMP. ET PERP. BRAS.*” DEF”, que corresponde à abreviação de *Petrus I Dei Gratia Constitutionalis Imperator et Perpetuus Brasiliae Defensor* (Pedro I por graça de Deus Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil).

Figura 18: Moeda de 40 Réis, cunhada no período Imperial; com inscrição em Latim no reverso. Coletada na salina do Zé Lourenço - Pau de Colher-BA.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

O reverso da moeda apresenta a legenda *IN HOC SI GNO VINCES* (Com este sinal vencerás).¹⁹⁵

¹⁹⁴ A Lei de 8 de março de 1694, o Rei D. Pedro II de Portugal ordenou a abertura da Casa da Moeda da Bahia. Essa instituição monetária foi a primeira do Brasil, e funcionava na Cidade do Salvador. As suas atividades de cunhagem de moedas foram iniciadas em 1695. Foi adotado como símbolo identificador da Casa da Moeda baiana, a letra monetária “B”, impressa no anverso das moedas, para identificar a origem das mesmas. VERGARA, 2002.

¹⁹⁵ Idem, 2002.

Relativo às moedas de cobre cunhadas nesse período, através de uma Decisão de 21 de julho de 1823 e Portaria n.º 128 de 22 de agosto de 1823, estabelecem os seguintes padrões:

Anverso: no centro, dentro de uma grinalda de tulipas, o valor, entre quatro florões dispostos em cruz; dois maiores com quatro pétalas cada, sendo um acima e outro abaixo. Os outros dois, menores, com seis pétalas cada, estão ladeando o valor. Os quatro florões estão intercalados por quatro cruzetas. No exergo, também entre cruzetas, a data e a letra monetária. A data é seguida de um ponto. Acompanha a orla a legenda *PETRUS. I. D. G. CONST. IMP. ET PERP. BRAS. DEF...* Reverso: No centro, as Armas do Brasil Império, estabelecida pelo Decreto de 18 de setembro de 1822, encimadas pela coroa imperial, tendo ao centro a esfera armilar atravessada pelos braços da Cruz da Ordem de Cristo. Entre duas linhas, em círculos concêntricos, dezenove estrelas de cinco pontas representando as Províncias do Brasil. Sustentando o escudo e a coroa, dois ramos, um de café com frutos à esquerda, e outro de tabaco floreado à direita, atados com o Laço Nacional. Acompanha a orla a legenda *IN HOC SI GNO VINCES*, sendo cada palavra separada por uma cruzeta. Há também uma cruzeta no início e outra no final da legenda. A palavra *SIGNO* é interrompida por um espaço onde aparece a cruz da coroa imperial. ORLA: Cordão dentado no anverso e no reverso.¹⁹⁶

A identificação de espaços e lugares portadores de memória e a correlação destas informações aos principais fatores socioculturais sob uma perspectiva arqueológica, possibilitou o estabelecimento de uma linha de pensamento a respeito dos processos de ocupação regional. Onde circunstâncias históricas, sociais e econômicas, corroboraram para a construção do que se considera Pau de Colher.

Conceber esses locais enquanto mega artefatos, compositores da paisagem e detentores de resquícios materiais próprios, caracterizados não apenas nos vestígios físicos portáteis, mas no caráter existencial de memórias que se atrelam à construção de uma paisagem sociocultural de Pau de Colher, possibilita supor que uma intrincada rede de relações estabelecidas naquela região ao longo do tempo, antecederam o movimento sociorreligioso ali desenvolvido, e até mesmo, a maneira trágica como foi destruído, pode ser o reflexo da singularidade dessas relações.

¹⁹⁶ Op.Cit., 2002, p. 32-33.

4. PERIGO COMUNISTA OU DEVOÇÃO SERTANEJA? UMA PAISAGEM DE EXTERMÍNIO NO SERTÃO DA BAHIA

Através da análise do conjunto de dados representados pela diversidade de fontes, contrapostas à leitura do contexto arqueológico expresso na distribuição material das estruturas e artefatos na área do sítio, foi possível perceber a dinâmica desse lugar.

Contudo, também identificamos a influência de fatores naturais e antrópicos que corroboram à descaracterização do contexto desse sítio arqueológico. Dentre os fatores, destaca-se a própria característica do microrelevo, com declividade suave orientada ao norte, associada ao pisoteio de animais e à limpeza periódica daquele espaço, através da capina, que condicionam à desagregação, exposição e carreamento de materiais arqueológicos por meio do fluxo hídrico laminar que exerce naturalmente o direcionamento de artefatos às porções rebaixadas do terreno, rumo ao riacho intermitente e, posteriormente ao nível de base daquela drenagem.¹⁹⁷

Outro fator de ordem cultural, que notadamente influencia uma maior taxa de alteração ou supressão de informações desse sítio arqueológico, refere-se ao fluxo de pessoas que, periodicamente visitam o local. As visitas ocorrem há bastante tempo e com relativa constância, motivadas não somente pela peculiaridade histórica que o lugar adquiriu, mas sobretudo pelo caráter devocional que imprime à paisagem, tornando-se um forte atrativo para religiosos e demais visitantes.

Todavia, entende-se que sob um exercício de cultura religiosa e motivadas pelas constâncias da fé e referências culturais, as pessoas conservam e reproduzem um costume de apropriação dos elementos materiais dispersos naquela superfície. Tal atitude ocorre não com o intuito de profanar, mas com a intenção de ressignificar esses objetos, convertendo-os em amuletos ou relíquias.

Do mesmo modo, depositam elementos exógenos que fazem parte de atos de penitências ou pagamento de promessas. Habitualmente são deixados, na maioria das vezes, utensílios com água benta armazenada em garrafas de vidros modernos de bebidas que, ao quebrarem-se por influência do intemperismo físico, os fragmentos são anexados àquele contexto, aumentando gradativamente a quantidade de vestígios culturais do sítio arqueológico.

Considerando que o consumo de álcool foi uma das proibições estabelecidas aos congregados dessa comunidade religiosa, quando se identifica a ocorrência de vestígios de

¹⁹⁷ Ponto mais baixo de um terreno onde a erosão das águas correntes deixa de atuar.

garrafas de cachaça no contexto do sítio, sem a realização de exercícios reflexivos a respeito das práticas religiosas pós conflitos, poderia submeter e incorrer o trabalho de análise a ruídos interpretativos, falsos históricos não condizentes com o contexto em estudo.

Ao elenco de ações que promovem alteração do contexto arqueológico do sítio em questão, é pertinente salientar a perturbação gerada pela utilização de maquinários durante os dias que antecedem o evento religioso de maior expressividade naquele local, que é a romaria de Pau de Colher. Manifestação religiosa que ocorre no dia 13 de dezembro e reúne pessoas de diferentes regiões.

As atividades de manutenção da infraestrutura de acesso ao “acampamento” como assim é conhecido, ocorrem através da utilização de uma máquina patrol ou motoniveladora na estrada, causando desagregação, revolvimento de solo, fragmentação de vestígios ou de estruturas defensivas referentes ao período dos conflitos.

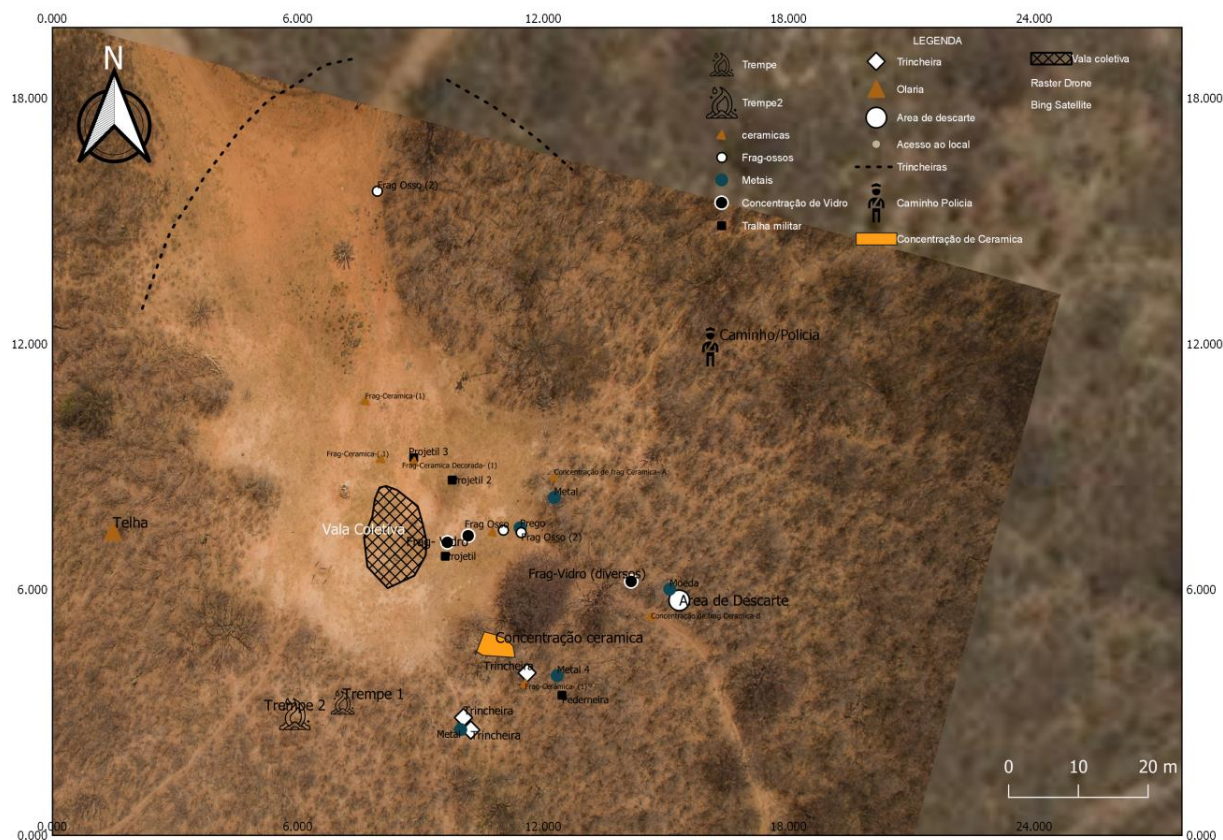
Quanto ao modelo fitogeográfico predominante que circunda aquela área, a caatinga remanescente, apresenta-se arbustiva e rala, tornando perceptível a identificação de que houve naquele lugar um processo antrópico de modo que a vegetação primária foi suprimida e para alguma finalidade foi derrubada ou queimada. Possivelmente para o desenvolvimento de atividades agrícolas de subsistência, mas que nos dias atuais, lentamente regenera-se sob o predomínio de espécies menos resistentes como os marmeleiros (*Croton blanchetianus* Baill), configurando-se assim numa área denominada capoeira.¹⁹⁸

No entanto, nessa capoeira o que mais chama a atenção, além da clareira e dos vestígios materiais distribuídos na superfície, é o fato desse local ter sido palco de um massacre que reduziu os corpos humanos em carcaças, através do ateio de fogo e, posterior sepultamento destes em uma sepultura de enterramento coletivo.

Não existem edificações no local onde se instalou o acampamento do Pau de Colher. O que identificamos foram duas placas sinalizando a casa do Senhorinho e a sepultura coletiva; trincheiras, cruzeiros, estruturas de pedras (trepes), concentração de fragmentos de cerâmica e de vidros, além de blocos de pedras que delimitam a sepultura coletiva e onde as pessoas acendem velas.

¹⁹⁸ Capoeira é uma área de vegetação secundária onde predominam gramíneas e arbustos esparsos, cardos. Pode ser designado para representar uma roça abandonada ou local onde existiu uma dessas estruturas agrícolas. De acordo com Teodoro Sampaio, esse termo tem origem no Tupi: *ka'a* ("mato") e *uera* ("do passado"), isto é, mato antigo, mato velho, roça velha. SAMPAIO, 2010.

Figura 19 – Distribuição espacial de artefatos e estruturas na área de estudo.



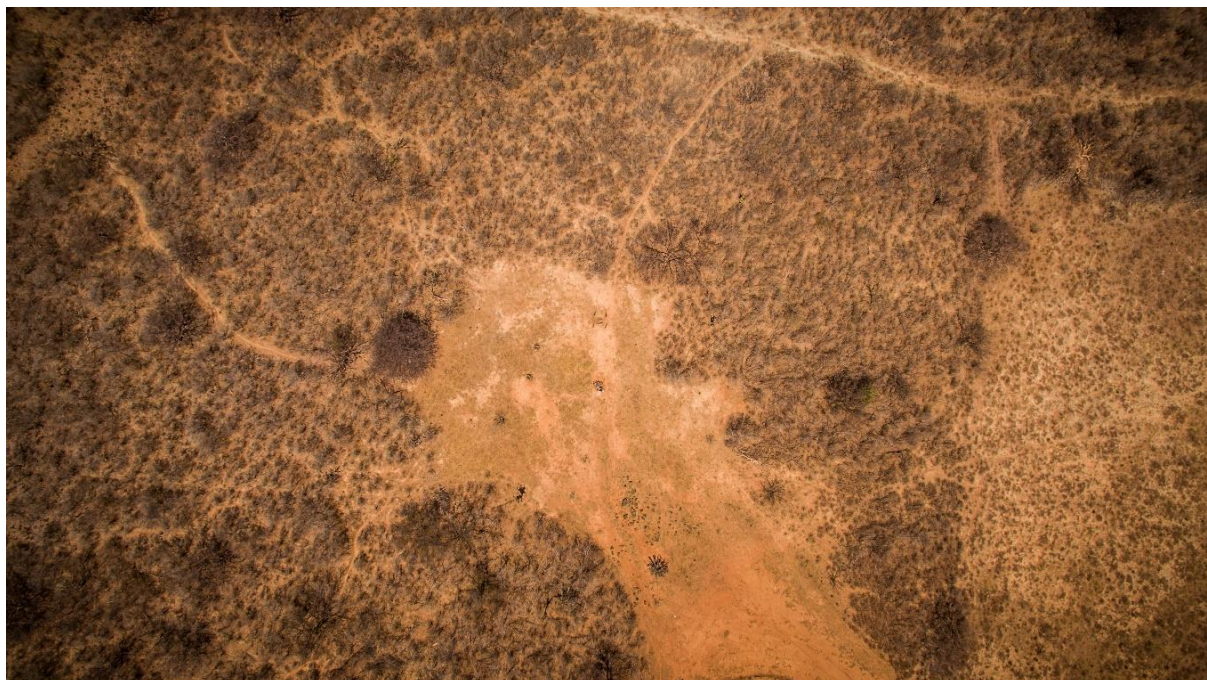
Fonte: Imagem de drone sobreposta a imagem de satélite bing, com adaptações feitas pelo autor, 2019.

4.1 VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

Durante as atividades arqueológicas de reconhecimento de campo, caminhando por um dos carreiros que serpenteiam através da caatinga, numa área topograficamente mais elevada, de solo lixiviado e coloração variando entre acinzentado e avermelhado; marcado por blocos rochosos aflorantes, acessamos uma clareira que muito se assemelha a um terreiro frontal das residências sertanejas de áreas rurais.

Nesse descampado de formato retangular, com área de aproximadamente 3.856 m², são visíveis dispostos sobre a superfície quantidade diversa de remanescentes materiais atribuídos ao movimento socio religioso de Pau de Colher. São restos de estruturas habitacionais, área de refugio, concentração de fragmentos de olaria, resíduos de artefatos metálicos de uso cotidiano, fogões de blocos rochosos estruturados no formato de trempes, vidros, fragmentos de ossos, estruturas defensivas, sepulturas. Além de cruzes indicando locais de morte de algumas lideranças do Movimento.

Figura 20 – Vista aérea do local de estudo.



Fonte: Imagem de Drone. Joaquim Neto, 2018.

Figura 21 – Área central do ajuntamento do Pau de Colher



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

Somados a esses vestígios, existem outros materiais coletados por moradores do povoado, alguns retirados desse local e acondicionados sob os cuidados de Manuel Nunes, com

o objetivo de preservá-los, pois os moradores do local almejam a construção de um memorial ou espaço de musealização adequado ao abrigo desses artefatos.

Nesse cenário, destaca-se uma árvore copada de tronco retorcido, o umbuzeiro ou imbuzeiro (*spondias tuberosa*), marcado por nódulos e cicatrizes que, de acordo com informações coletadas com moradores, são marcas de bala, frutos do impacto de projéteis disparados durante os embates com a polícia. Segundo moradores, nesse testemunho vegetal, ocorreram as primeiras manifestações religiosas coletivas, rezas e penitências que, gradativamente deram origem à formação do acampamento do Pau de Colher e a sacralização desse lugar a partir da “santificação” das lideranças espirituais.¹⁹⁹

Figura 22 – Árvore de umbuzeiro onde iniciaram as orações e marco do acampamento de Pau de Colher.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

Posteriormente, houve a ampliação e reorganização desse espaço, especialmente a partir da construção de duas residências de taipa dispostas em frente ao umbuzeiro e quase ao centro da clareira. José Senhorinho ocupou a casa de taipa maior, e a outra, de menores proporções, ficou para Ângelo Cabaça e outros integrantes do movimento.

¹⁹⁹ Segundo o senhor Gregório, as rezas foram iniciadas na sombra do umbuzeiro.

Figura 23 - Dimensionamento da área das residências e da concentração de restos construtivos das residências da taipa no acampamento de Pau de Colher.



Fonte: Déborah Gonçalves, 2017.

Figura 24 - Concentração de fragmentos de olaria e restos de estruturas residenciais.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Essas casas possuíam os acessos frontais direcionados ao norte, possivelmente para exercerem um controle visual do acesso ao reduto. Atualmente, há uma concentração de fragmentos de olaria (telhas), e demais restos construtivos dessas duas estruturas facilmente identificáveis sobre o terreno e que se misturam, transmitindo a ideia de que seriam uma única residência.

Figura 25 - Restos de estruturas de barracas no entorno do acampamento.
Madeiras de aroeira (*Myracrodruon urubdeuva*)



Fonte: Joaquim Neto, 2018.

No entorno dessas casas, eram dispostas “barracas” ou abrigos estruturados de maneira simples, construídos com forquilhas e varas, e cobertas com galhos ou com outros elementos que dispunham os religiosos, como tecido, por exemplo.

Apesar da rusticidade e simplicidade a que foram destinados, esses abrigos exprimiam uma função implícita de marcadores fraternos, indutores de uma rígida divisão sexual, onde era determinado a homens e crianças do sexo masculino agruparem-se de um lado e mulheres e crianças do sexo feminino no outro extremo.

Figura 26 - Restos de estruturas de barracas no entorno do acampamento. Madeira: Imburana ou Umburana de cambão (*Commiphora leptophloeos*).



Fonte: Joaquim Neto, 2018.

Dentro desse quadro de normas sociais, também era determinado aos casais o interdito da vivência conjugal e das relações sexuais, estimulando e forçando o estabelecimento de uma característica de irmandade.

Somado a essas regras, havia algumas restrições alimentares, onde era proibido o consumo de carne e gorduras animais e de bebidas alcoólicas²⁰⁰. Relativo às bebidas alcólicas, foram identificados durante as prospecções vários fragmentos de garrafas na área do acampamento.

Esse fato possibilita duas suposições: a primeira é de que havia consumo de bebidas entre membros do grupo ou poderia restringir-se a alguma liderança; a segunda é que alguns desses artefatos, pelo menos aqueles que apresentem aparência e detalhes técnicos de produção mais recentes, tenham chegado posterior a destruição do reduto; por exemplo, por meio de fiéis que acondicionavam água benta nesses recipientes. Nesse último caso, ressaltamos que o local é constantemente visitado e existe o costume das pessoas depositarem esse tipo de oferenda junto a sepulturas ou locais onde ocorreram mortes.

²⁰⁰ POMPA, 1995.

Figura 27 - Concentração de fragmentos de garrafas de bebidas alcóolicas, identificados na área do acampamento de Pau de Colher.



Fonte: Joaquim Neto, 2018.

Figura 28 - Base de garrafa de bebida alcóolica.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Figura 29 - Fragmento de garrafa de bebida alcóolica



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

Apesar das restrições mencionadas anteriormente, existem indícios da utilização de enteógenos ou psicotrópicos nessa comunidade. Por exemplo, um tipo de rapé feito a partir de couro de sapo.²⁰¹

Sabe-se que o líder Senhorinho, em um determinado momento, fez aquisições do couro desse tipo de animal e que esse religioso possuía conhecimentos e habilidades no manuseio e utilização de plantas para fins de cura. Dentre as plantas existentes na região, sobretudo nas proximidades do reduto, existem algumas que possuem propriedades psicotrópicas, obtidas mediante beberagens, fumo, rapé, a exemplo do Angico (*Anadenanthera colubrina*); Mucunã (*Dioclea grandiflora*); Embaúba (*Cecropia sp*), Jurema (*Mimosas hostilis*), entre outras, que podem ter sido incorporadas ao cotidiano religioso de Pau de Colher.

Dentre os artefatos atrelados à utilização de tabaco e também a outros tipos de fumo, produzidos a partir de plantas nativas, foram identificados nas imediações do reduto forninhos de cachimbo confeccionados em argila. Esse material foi coletado por moradores e agregado ao acervo mencionado anteriormente.

²⁰¹ Cf.: POMPA, 1995.

Chamou-nos a atenção os detalhes iconográficos de uma das peças; ela apresenta um tipo decorativo com motivos foleares em baixo relevo.

Quanto aos atributos técnicos os cachimbos, podem ser divididos em: corpo do forninho; forninho; porta- boquilha; chaminé e boquilha. As partes constituintes dos cachimbos. De acordo com Serrano, “forninho é a cavidade em forma de funil que recebe o tabaco: chaminé, o canal por onde passa a fumaça. É conveniente distinguir sempre ‘forninho’ e ‘corpo do forninho’. A boquilha é quase sempre postiça e constituída por um canudo.”²⁰²

A presença desses cachimbos relacionados ao contexto do sítio arqueológico em questão, demonstra que a utilização de fumo, seja de qual tipo tenha sido, ocorria nessa comunidade.

Portanto, considerando as influências culturais, religiosas e conhecimentos a respeito de utilização de plantas, é possível supor que existiam rituais mais elaborados a partir de referenciais afro indígenas.

Figura 30 - Forninho de cachimbo de argila coletado por moradores na área do reduto.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

²⁰² SERRANO, 1937, p. 29, *apud* CALDARELLI, 2000 p.58.

Figura 31 - Detalhes iconográficos foleares no forninho do cachimbo de argila coletado por moradores na área do reduto.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

No que diz respeito às práticas alimentares e preparo dos alimentos, foram identificadas no sentido sul do reduto, um setor possivelmente destinado ao preparo das refeições. Nessa área localizamos três estruturas de combustão denominadas “trempe”, que correspondem a um arranjo estrutural em formato triangular, projetados a partir do acondicionamento de blocos rochosos em arenito, provavelmente coletados no entorno do acampamento. A disposição entre cada bloco corresponde a 35cm, o que sugere a utilização de utensílios para cozimento de alimentos de proporções consideráveis, isto é, que pudessem produzir refeições em grande quantidade.

A disposição desses blocos rochosos tem função de servir como base para sustentação dos utensílios, assim como de proporcionar a reposição da lenha com maior facilidade e o rápido cozimento dos gêneros alimentícios. Visto que as rochas acondicionadas dessa maneira promovem a concentração da chama de fogo e consequente aumento da temperatura. Além das “trempes” estruturadas, foram localizados outros blocos desarticulados, porém com o mesmo padrão de tamanho e formato daqueles que compõem esses fogões e, possivelmente destinados à mesma finalidade.

Figura 32 - Fogão rústico “trempe” formado por blocos areníticos.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Também foram identificadas outras estruturas construídas através da utilização de rochas existentes no local. Na entrada da área do acampamento, pode ser notado um conjunto de blocos rochosos, ora mais estruturados, ora dispersos, mas mantendo uma certa regularidade em relação à maneira como foram dispostos. O que torna possível perceber, pela disposição dessas rochas, que havia uma intencionalidade estratégica e defensiva.

Em depoimento, o Capitão Optato Gueiros destaca que “com três quilômetros de distância do acampamento notava-se pequenas fortificações de pedras e pequenos valados, onde permaneciam à espera de qualquer inimigo”.²⁰³

Essa trincheira, apresentava um formato semicircular com dimensões superiores a sessenta metros, com altura aproximada de 50 a 60 cm. Parte dessa construção foi destruída por uma máquina motoniveladora durante a abertura de uma estrada para facilitar o acesso de visitantes àquela área durante a procissão católica, que ocorre anualmente desde o ano de 2003. Desse modo, possivelmente essa ação tenha contribuído para a supressão de muitas outras informações materiais.

²⁰³ ESTRELA, op.cit., p.

Figura 33 - Trincheira formado por blocos areníticos.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Foram localizadas trincheiras em outras configurações no entorno do acampamento. Os locais apontados como sendo essas estruturas, correspondem a três. Seriam buracos escondidos no mato, escavados no sentido sul, próximos ao umbuzeiro e a área das barracas.

Essas escavações podem ter sido realizadas com a finalidade de obtenção de uma argila de melhor qualidade para a construção das casas de taipa. Em virtude das circunstâncias de embate com militares, possivelmente tenham sido rearranjadas para a função defensiva. Pela dimensão que possuem, de aproximadamente 4m², supõem-se que essas covas abrigariam no máximo seis indivíduos de estatura mediana. Considerando a quantidade de mortos e menosprezo aos seus corpos, há a possibilidade que tenha pessoas sepultadas nessas trincheiras.

Figura 34 - Estrada de acesso ao acampamento do Pau de Colher, construída em 2003.



Fonte: Joaquim Neto, 2018.

Figura 35 - Trincheira escavada na área do acampamento de Pau de Colher. Detalhe das folhas cobrindo a estrutura.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

4.2 FÉ, CACETE E BALA: UM ESPAÇO EM CONFLITO

No que diz respeito às três ações empreendidas pelas forças policiais, ressaltamos nesse item algumas observações relativas ao modo de ataque sobre o acampamento e o resultado das ações de repressão ao movimento do Pau de Colher.

Na primeira ação, ocorrida na noite de 10 de janeiro de 1938, comandada pelo sargento Geraldo Bispo dos Santos e composta majoritariamente por civis, um cabo e alguns soldados, utilizaram o elemento surpresa, lançando o ataque a partir do flanco sul, pelo lado anterior do acampamento.²⁰⁴ Grosso modo “à treição”²⁰⁵, isto é, o ataque ocorreu pelas costas do inimigo, resultando na morte dos líderes, João Damásio, Ângelo Cabaça e José Senhorinho, que estava debaixo do umbuzeiro e foi alvejado na cabeça. Do lado dos atacantes, um cabo da polícia e outros integrantes da expedição também foram mortos.

Figura 36 - Carreiro de acesso ao acampamento do Pau de Colher, a mesma rota utilizada pelas forças policiais para realizar o primeiro ataque.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

²⁰⁴ POMPA, op.cit., p. 127.

²⁰⁵ Termo sertanejo que designa um ato de traição, que pode ser compreendido numa linguagem coloquial “à treição”. Também designado como um ataque de surpresa pelas costas. Ex: um tiro; facada; paulada, soco; ou qualquer ato que cause danos ou constrangimento a alguém.

O segundo ataque teria sido empreendido em 11 de janeiro de 1938 pela polícia militar do Piauí, comandada pelo tenente Toinho²⁰⁶, ocorreu a partir do norte do acampamento. De acordo com o senhor Gregório, os militares foram montados a cavalo de São Raimundo Nonato-PI, e deixaram as montarias a aproximadamente um quilômetro do reduto, para assim realizarem a aproximação. No entanto, foram surpreendidos pelo pessoal de Senhorinho, em maior número, fazendo retroceder essa segunda expedição.²⁰⁷

Em telegrama enviado pelo prefeito de São João do Piauí (PI) ao interventor federal, Coronel Fernando Dantas, o mesmo relata que,

Acaba de chegar notícia de que o Tenente Mendes está estacionado próximo do reduto dos cangaceiros, sem poder atacá-los devido a insuficiência de sua força. O pequeno destacamento local seguiu ontem. Notícias vindas do interior, afirmam que o reduto compõe-se de mais de duzentos indivíduos, bem armados e municiados [...]²⁰⁸

De acordo com o senhor Gregório, atualmente esse local é utilizado por ele e sua família para o cultivo de milho e feijão. Conta ainda que, frequentemente, ao lavrar a terra são encontrados resquícios do conflito como, por exemplo, cápsulas de projéteis e munições intactas.

No que diz respeito à investida da polícia pernambucana, em 19 de janeiro de 1938, na destruição de Pau de Colher, segundo informações obtidas no levantamento de campo, os militares teriam se posicionado e avançado sobre o acampamento a partir de uma posição nordeste do reduto.

O grupo decidiu não utilizar o acesso frontal, que iria de encontro à trincheira principal e a um possível agrupamento que estivesse na defensiva. “Por muitas vezes a tropa evitou o contato com os grupos avançados do inimigo, ouvindo-os resmungar, para, a todo custo, evitar o encontro muito aproximado com o grosso do inimigo, o que poderia trazer revezes à tropa atacante. A surpresa, no caso, seria tudo!”²⁰⁹

²⁰⁶ Termo sertanejo que designa um ato de traição, que pode ser compreendido numa linguagem coloquial “à treição”. Também designado como um ataque de surpresa pelas costas. Ex: um tiro; facada; paulada, soco; ou qualquer ato que cause danos ou constrangimento a alguém.

²⁰⁷ POMPA, op.cit., p. 128.

²⁰⁸ APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Diário Oficial do Estado do Piauí. Ano VIII, 49º da República, nº 7, Terça-feira, 11 de janeiro de 1938.

²⁰⁹ Trecho do depoimento de Optato Gueiros onde fala sobre a existência das trincheiras e da estratégia utilizada para que as tropas chegassem até o acampamento sem o risco de serem surpreendidos. ESTRELA, op.cit., p. 107.

Figura 37 - Campo de batalha do embate com a polícia do Piauí. A seta vermelha indica o local onde as montarias estacionaram. A seta verde indica a direção que a polícia seguiria rumo ao acampamento de Pau de Colher, se não tivesse ocorrido o bloqueio.



Fonte: Marcelo Alves, fevereiro de 2019.

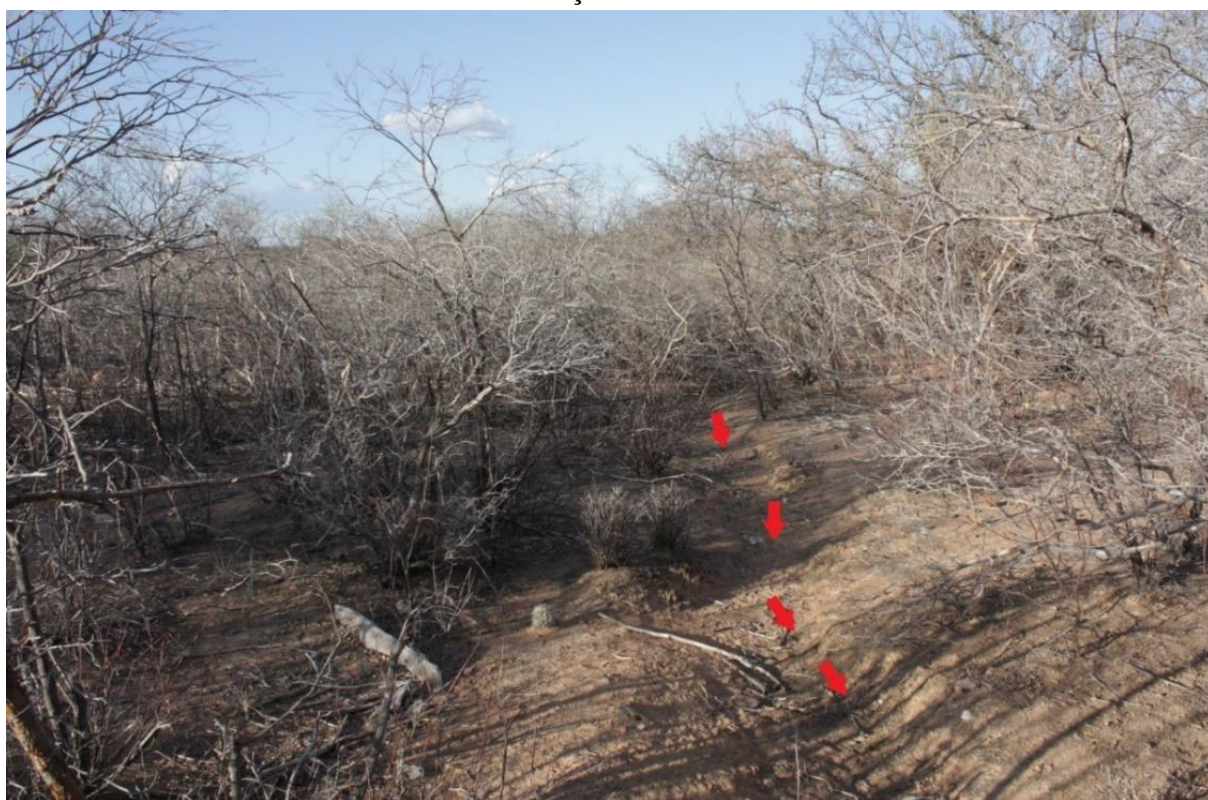
É possível que as tropas tenham utilizado essa estratégia de adentrar a nordeste do acampamento também para aproveitar a direção do vento²¹⁰, visto que seria algo favorável a eles, considerando que o “inimigo” dispararia contrário ao vento, reduzindo o alcance e a efetividade dos disparos em virtude da precariedade de armas de fogo com tecnologia rudimentar, que porventura estivessem sendo utilizadas pelos mesmos. Por exemplo,

²¹⁰Em Pau de Colher, e em toda a região sob os domínios da Serra Dois Irmãos o regime de fortes ventos ocorre de maneira quase intermitente. Tanto que é uma área de grande potencial para a geração de energia eólica, onde estão sendo implantados muitos projetos desse setor. Em campo, foi possível constatar a ação desse elemento natural sobre a região. Ao caminhar (em diferentes períodos do ano) pelo carreiro percorrido pelas tropas de Optato Gueiros ao avançarem sobre o reduto, a ventania quase permanente me fez perceber que outros sons ficam praticamente imperceptíveis em relação ao barulho do vento forte. De modo que me fez refletir a respeito da utilização pelos militares desse mecanismo a fim de camuflarem o barulho dos passos e atritos dos equipamentos na vegetação, e como esse artifício teria sido muito relevante para avançar no campo de batalha sem que fossem notados, até iniciarem o fuzilamento do acampamento do Pau de Colher.

espingardas de chumbo “bate-bucha²¹¹”, ou armas com sistemas de pederneira, tais como os mosquetes.

Os ventos no norte da Bahia, estes são caracterizados por apresentarem-se constantes, e normalmente seguirem na direção nordeste ou leste.²¹² Condição que fortalece a situação anteriormente apresentada. Além desse mecanismo climático, possivelmente utilizado como “bloqueio” de tiros, também impediram o acesso à cacimba, fonte de água que abastecia o reduto, para supostamente forçarem uma rendição.

Figura 38 - Rota por onde a força volante pernambucana atacou o reduto, avançando a partir da direção nordeste.



Fonte: Marcelo Alves, fevereiro de 2019.

No que diz respeito ao armamento utilizado nos combates, foi possível constatar no depoimento do capitão Optato Gueiros, prestado em 26 de janeiro de 1938 ao delegado de Casa Nova-BA, Francisco Simas, que as tropas policiais identificaram entre os indivíduos do acampamento do Pau de Colher, armas de grosso calibre. Acreditamos que tais informações

²¹¹ Arma de fogo artesanal, municiada pelo cano, através do emprego de camadas de pólvora intercaladas com bucha ou chumaço de algodão, tecido, fibras de sisal, caroá, malva; onde essas camadas são compactadas com a utilização de uma vareta, e o disparo é realizado através do impacto de um percutor ou “ouvido”, sobre uma pequena espoleta ou grânulo de pólvora escura posicionado sobre a culatra.

²¹² CAMARGO, 2013, p.25.

prestadas à polícia, ao atribuir “fuzis, rifles, pistolas, bacamartes, espingardas, chuças, além de facões e cacetes”²¹³ aos membros do Movimento e menciona que ocorreu um combate “corpo a corpo”, como se realmente houvesse uma igualdade na capacidade combativa entre ambas as forças, seria uma tentativa de justificar a matança realizada por Optato Gueiros e seus comandados.

No entanto, existem relatos da quase inexistência de armas de fogo no acampamento:

Eles quase não tinha arma. Neste tempo não tinha esse negócio de arma. Acho que a arma que eles andavam era um rifle. O mais era cacete. Só com cacete. Era um pedaço de pau que eles tiravam. É igual a índio, índio chama de borduna. Só mesmo o anjo cabaça (Ângelo Cabaça) tinha um rifle.²¹⁴

Os militares dispunham de armas de grosso calibre, automáticas e semi-automáticas, com autonomia para muitos disparos por minuto, além disso, estes possuíam larga experiência e estratégias de guerrilha consolidadas através dos embates já ocorridos com cangaceiros, inclusive com o bando de Lampião, durante o trabalho volante. Por essas razões, esse batalhão foi destacado para destruir Pau de Colher.

Dentre as armas de assalto, os militares contavam com fuzil Mauser, de munição 7,62m ou 7,57m, fuzil FO (Fuzil Ordinário), pistolas Bergmann, metralhadora Thompson e Fuzil metralhador.

Mas a bagaceira lá quem fez foi o batalhão dos soldados de Pernambuco. Noventa Homens. Do capitão Optado... Quando a Pernambucana chegou lá, não deu voz de prisão pra ninguém. Quando eles chegaram fizeram uma fila do lado de baixo assim, e os que foram enxergando logo na frente, gente caminhando, andando sentado ou deitado meteram brasa. Meteram as brasa na terra, por conta, e a casinha do fulano, era uma casinha média, e o povo aqui, uma, uma quantidade de gente que dentro da casa tava assim, em medida que não se assentava que não podia, como uma coisa empaioada dentro de um paiol que não tem onde jogar. Eles meteram cartucho pra cima, a metralhadora derrubou as paredes da casa, as paredes eram de taipa, até que só ficou o bagaço. Dentro da casa ficou bala como um chiqueiro de cabra, assim de bala [...] ²¹⁵

Nas atividades prospectivas realizadas na área do acampamento, foram identificados materiais relativos às armas de fogo utilizadas. Dentre eles, um cartucho não deflagrado, algumas pontas de projéteis e pederneiras. Ao realizar a análise desses artefatos e de outros da mesma categoria, coletados por moradores da comunidade tanto no acampamento e em outros

²¹³ Depoimentos do Capitão Optato Gueiros. In: ESTRELA, 1998.

²¹⁴ Depoimento de Afonso (localidade Olho D'água) em maio de 1987. In: POMPA, 1995.

²¹⁵ Trecho da entrevista de José Camilo - Casa Nova-BA, concedida em julho de 1985. POMPA, 1995.

locais do entorno²¹⁶, foi possível alcançar alguns resultados que apontam para o tipo de armamento utilizado e suas características.

O cartucho identificado na área do acampamento é do tipo cilíndrico esférico, com ponta de aço e cápsula de latão. Na base desta munição existem as marcações “Kynoch 7m/m” que indicam o calibre compatível com o fuzil de assalto Mauser, e a origem da fábrica desse dispositivo bélico remete à companhia Kynoch Co. Ltd. de Witton, na cidade de Birmingham, Inglaterra. Provavelmente pertencia às forças militares que o extraviaram durante as ações sobre o reduto do Pau de Colher (Ver imagens 27 e 28).

Compondo o conjunto de artefatos coletados na área do acampamento, reunidos em um acervo na residência do senhor Júlio Nunes Rodrigues, há outro cartucho de Fuzil Mauser, e possui em sua base a inscrição “HP*1930*”, que indica a origem da referida munição. Nesse caso, foi produzida na Suíça pela Companhia Patronenfabrik Solothurn, de Solothurn, em 1930 (Ver imagem 29).

Figura 39 - Cartucho de fuzil identificado em prospecção no reduto do Pau de Colher. Calibre compatível com fuzil Mauser.



Fonte: Joaquim Neto, 2018.

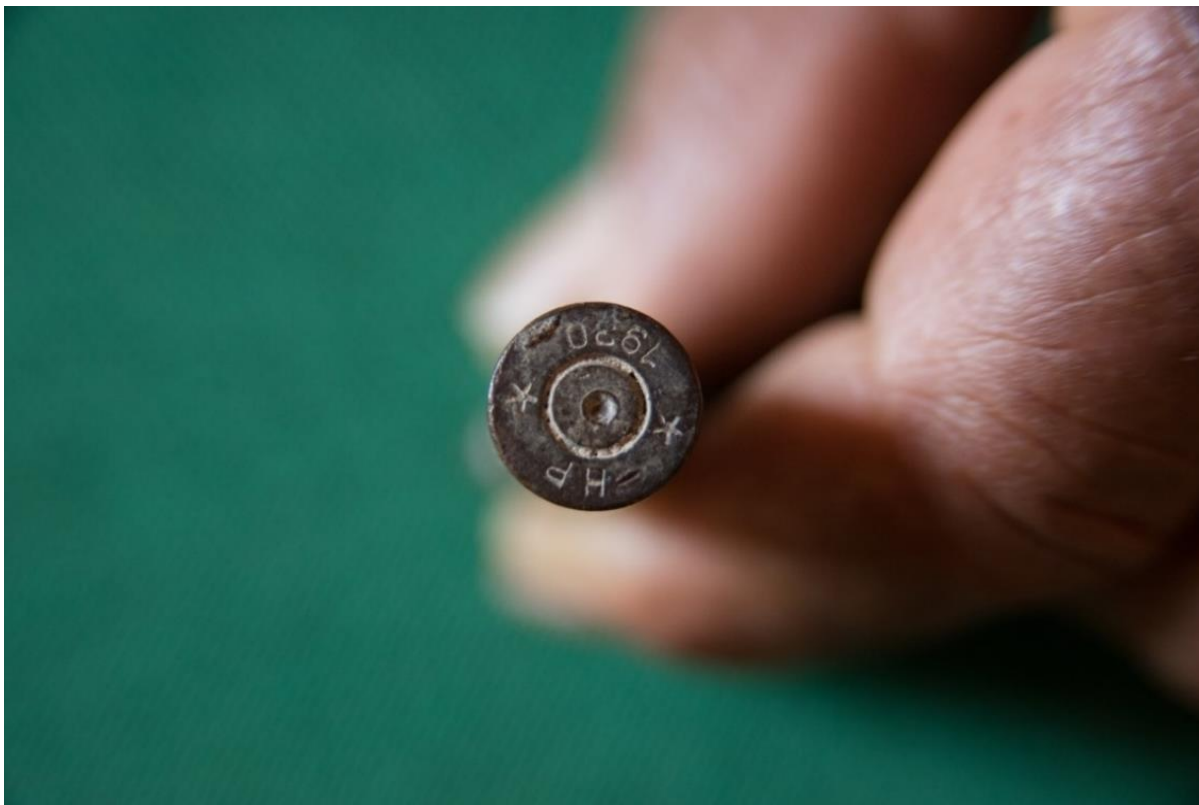
²¹⁶ Esses materiais coletados por moradores, se encontram acondicionados sob a guarda do senhor Júlio Nunes Rodrigues, também residente na localidade Pau de Colher.

Figura 40 - Inscrição “Kynoch 7m/m” na base do cartucho de fuzil, identificado em prospecção no reduto do Pau de Colher



Fonte: Joaquim Neto, 2018.

Figura 41 - Cartucho de Fuzil Mauser, com inscrição “HP*1930*.” Munição produzido na Suíça em 1930, por Patronenfabrik de Solothun.



Fonte: Joaquim Neto, 2018.

Esse tipo de munição, quando acionada a partir de um fuzil Mauser, possui um poder destrutivo muito grande, podendo atingir um alvo a distância superior a dois quilômetros e causar efeito letal imediato. O fuzil Mauser é um armamento semiautomático, com capacidade para comportar uma carga de cinco cartuchos.

Após a Guerra de Canudos, o Brasil investiu na modernização do seu arsenal, através da importação de armamentos e munições de vários países da Europa, para fazer a substituição das obsoletas armas de pederneira por armamento moderno. Na primeira década do século XX, os fuzis Mauser, denominados modelo 1908, calibre 7x57mm, de fabricação belga, passam a ser utilizados pelo exército e forças públicas brasileiras.

A partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, o clima de tensão política e conflitos aumentaram, emergindo assim, a necessidade de garantir a manutenção do poder. Dessa maneira, o governo promoveu a modernização e reaparelhamento das forças armadas.

Dadas as relações entre Brasil e os regimes nazifascista, a Mauser Werke, da Alemanha, sob o controle do partido Nazista, se dispôs a suprir a demanda armamentista da ditadura de Getúlio. Para isso, passou a fornecer armamentos modernos da sua linha de produção de fuzis e carabinas, modelo 1935. É importante ressaltar que esse equipamento era utilizado pelas forças volantes do Nordeste.

Figura 42 - Fuzil Mauser ou FO, modelo 1935. Semelhante ao utilizado na destruição do Pau de Colher.



Fonte: armasonline.org/armas-on-line

No Nordeste, o cangaço crescia e, para combater esse fenômeno, o Estado fomentou uma série de acordos com os governos estaduais para a troca de informações e livre-trânsito das forças policiais entre as fronteiras no combate aos dissidentes. Principalmente movimentos populares acusados de banditismo ou de alinhamento ao Comunismo. Pau de Colher estava inserido nesse contexto, pois além de configurar um movimento sociorreligioso, o Estado procurou disseminar a ideia de que o ajuntamento era comunista, formado por fanáticos e bandidos.

Outros armamentos de grandes ações destrutivas empregados pelas forças de Optato Gueiros em Pau de Colher, foram a metralhadora ou fuzil metralhador *Hotchkiss Benét-Mercié M1922*. Arma automática de produção francesa e calibre semelhante ao do fuzil Mauser, com alcance até 4 km e capacidade de trinta tiros por pente ou carregador.

Figura 43 - Fuzil metralhador *Hotchkiss Benét-Mercié M1922*. Modelo utilizado na destruição de Pau de Colher.



Fonte: armasonline.org/armas-on-line

A submetralhadora Thompson, arma de produção norte-americana muito apreciada e popularizada pelos gangsters, por exemplo, Al Capone. O modelo possivelmente utilizado em Pau de Colher foi a versão 1928, com capacidade de carga de cinquenta cartuchos 45mm por tambor.

Figura 44 - Submetralhadora Thompson 1928, com tambor desafixado. Semelhante ao utilizado na destruição de Pau de Colher.



Fonte: armasonline.org/armas-on-line

Além de outros armamentos de menores proporções, a saber, pistolas semiautomáticas, por exemplo o modelo Bergmann-Bayard, baseada em calibre 9mm e carregador com capacidade a partir de 6 munições. Armamento fabricado pela companhia Anciens Etablissements Pieper, Herstal, Bélgica.

Figura 45 - Bergmann-Bayard, baseada em calibre 9mm. Semelhante ao utilizado na destruição de Pau de Colher.



Fonte: armasonline.org/armas-on-line.

Dentre os artefatos coletados por moradores, na área do reduto e em suas imediações, encontram-se alguns cartuchos que indicam a utilização de outras armas de grosso calibre. Contudo, não é possível afirmar por qual das forças estavam sendo utilizadas. Por exemplo, cartuchos de rifles de repetição Winchester 44, produzidos pela Winchester Repeating Arms Co. de New Haven, Connecticut, empresa americana.

Na base de um desses cartuchos, está inscrito “W.R.A.Co 44.W C F”. E através de bibliográfica especializada e análise dessa marca que indica os detalhes fabris, é possível afirmar que o modelo em questão era o Winchester 1873, a qual pertencia esse cartucho. Popularmente conhecido no Nordeste como Rifle “Papo Amarelo”, por causa de uma peça de latão na caixa de culatra.

Figura 46 - Cartucho de Rifle Winchester 44 “papo amarelo”, sob a guarda de Júlio Nunes, em Pau de Colher-BA.



Fonte: Joaquim Neto, 2018.

Figura 47 - Cartucho de Rifle Winchester 44 “papo amarelo”. Com inscrição “W.R.A.Co 44.W C F”. na base. Artefato sob a guarda de Júlio Nunes, em Pau de Colher-BA.



Fonte: Joaquim Neto, 2018.

Além da cultura material referente a armaria moderna, de grosso calibre, também foram identificados outros fragmentos de armas obsoletas, coletadas no contexto de Pau de Colher.

São partes de dois sistemas de disparo, baseados em pederneiras. Possivelmente um mosquete ou uma pistola. Esses artefatos foram coletados e estão sob a posse de Júlio Nunes Ferreira. Todavia, a localização exata desses materiais não foi informada, pois quem os coletou disse não lembrar com exatidão do local, porém garantiu se tratar de materiais “do tempo da reza do Pau de Colher”.²¹⁷

De acordo com HEARD, 2008, a tecnologia das armas de pederneira, surgiu a partir da evolução de dois sistemas: O modelo de inflamação e disparo através de mecha ou pavio “*matchlock*”. Surgido no século XIII e Posteriormente, no início do século XVI, o sistema de inflamação por rodete “*Whell-lock*”. Ou fecho de roda (TOCCHETTO, 2009).

O sistema de disparo a qual pertence o fragmento dessa arma de pederneira encontrado em Pau de Colher, surgiu na segunda metade do século XVI, e consiste no modelo de percussão *flintlock*,²¹⁸ *aparentemente na variação snaphaunce*. A fabricação da armaria dotada desse sistema rudimentar de pederneira se estendeu até pelo menos até o ano de 1807.²¹⁹

O sistema de carregamento dessas armas era de antecarga, realizado pela porção anterior do cano, ou seja, através da boca do cano. O processo consistia na introdução de pólvora, buchas²²⁰, compactação ou varetamento, através de uma aste ou vareta de ferro. Na sequência, outra camada de pólvora, buchas, projéteis (chumbo, ferro, pedras) e mais uma camada de bucha para manter a carga ajustada. Por fim, depositava-se uma medida de pólvora negra na caçoleta, compartimento localizado no lado posterior do cano, na culatra da arma.²²¹

A base percussiva visível do sistema de acionamento dessa arma é uma peça denominada “cão” (ver imagens 32 e 33). Na extremidade do dispositivo, uma pinça “boca do cão”, ajustável através do rosqueio de um parafuso, a qual é inserido sílex ou pederneira; envolta em um couro. A função do couro nesse contexto é evitar a fragmentação da pederneira.

Ao ser acionado o gatilho da arma, o cão desloca-se ao encontro de uma peça ranhurada, o “fuzil”. Do atrito desses dois dispositivos são geradas faíscas sobre o

²¹⁷ Entrevista realizada com Júlio Nunes Ferreira, localidade Pau de Colher, 2018.

²¹⁸ Terminologia inglesa para designar os armamentos de pederneira. Que são estudados numa ordem cronológica, nas versões: *snaphaunce*, *miquelet* e *True flintlock*. Ver HEARD, 2008.

²¹⁹ HEARD, 2008, p.6.

²²⁰ No contexto no interior do sertão nordestino, para o carregamento das armas de antecarga, utiliza-se fibras vegetais. Normalmente Caroá (*Neoglasiovia variegata*), Coroatá (*Bromelia balasae*), Perna d'Ema (*Vellozia squamata*), Imbiruçu (*Pseudobombax grandiflorum*). Entre outras.

²²¹ TOCCHETTO, 2009.

compartimento de pólvora, que se comunica com interior do cano através de um duto, por onde a chama entra em contato com a carga da arma, gerando a produção de gases propelentes e o disparo da munição.

Como foi exposto através da análise do fragmento dessa arma de pederneira, sua produção remete ao período Colonial, pelo menos a concepção deste, enquanto dispositivo tecnológico bélico. Desse modo, há a possibilidade de supor sua utilização enquanto artifício de datação relativa e sugerir uma cronologia bem recuada em relação ao lugar que se transformou formalmente no povoado do Pau de Colher.

Considerando a idade tecnológica desse artefato, associado ao ciclo econômico de implantação da Estrada Velha e das salinas da Baraúna e José Lourenço, é possível afirmar que Pau de Colher originou-se a partir de uma rota comercial secular, e que o germe do povoado não é puramente as aglomerações comerciais ou religiosas proporcionadas, respectivamente, pela feira e pelo ajuntamento de fiéis nesse lugar.

Figura 48 - Peça percussiva (cão) de arma de pederneira. Encontrado em Pau de Colher.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Figura 49 - Peça percussiva (cão) de arma de pederneira. Encontrado em Pau de Colher.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Quanto à possível utilização desse armamento de pederneira como artifício de defesa e ataque ante as forças policiais, este, provavelmente não teria representado um perigo letal, tanto pelo curto alcance dos projéteis, mesmo disparados numa direção que a corrente do vento favorecesse a propulsão, como pela reduzida efetividade no acerto dos tiros, proporcionada pela periculosidade para o atirador.

Considerando o perigo de acidentes quanto ao uso dessa arma, visto que, o rosto de quem a utilizava ficava exposto às estilhas do sílex, à fumaça e a pólvora incandescentes em virtude da curta distância entre a visada da mira e o compartimento de pólvora, era comum fechar os olhos e virar o rosto como medida de proteção ao efetuar o disparo. Assim, é possível supor que esse tipo de armamento representava um perigo maior para o alvejador e não para o suposto alvo. Não seria páreo para enfrentar o armamento das forças policiais.

Embora não se tenha encontrado partes desses armamentos obsoletos durante as prospecções no acampamento, e não ser possível afirmar que tenham sido utilizados nos combates; na área do reduto foram identificadas duas pederneiras que poderiam ter sido

utilizadas como propelentes desse tipo de armamento ou funcionado como núcleo para fornecimento de lascas de melhor encaixe na pinça (boca do “cão”) dessas armas.

Figura 50 - Pederneira identificada no acampamento de Pau de Colher e coletada por moradores da comunidade.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Tais pederneiras também podem ter sido empregadas para outra finalidade, como a produção de fogo, por exemplo, a partir do uso de um artefato chamado “papa-fogo”.²²²

²²² Um tipo de isqueiro rústico produzido com um pedaço de cife de gado, um pedaço de lã adquirida da árvore Pacotê (Árvore native da caatinga, também conhecida como Algodão Bravo (*Cochlospermum vitifolium* (Willd) spreng), e acionado através do atrito de uma pequena chapa de ferro com o sílex (conforme imagem 34), produzindo fagulhas que ao caírem sobre a lã, entra em combustão, gerando a chama.

Figura 51 - Artefato rústico para produção de chamas, denominado Papa-fogo. Produzido com chifre e couro bovino, chapa de aço, lã e sílex para gerar fagulhas.



Fonte: Acervo do autor.

Após a atuação da polícia pernambucana na matança de Pau de Colher, Optato Gueiros, justificando suas ações no depoimento, mencionou que o ataque empreendido por sua tropa foi inevitável, pois estavam cercados e que não haveria como retroceder. Relatou ainda que diversas eram as “armas” dos sertanejos, reunidos naquele reduto. Dentre essas, foices, facões, espingardas e cacetes (ver figura 13).

No que refere ao cacete produzido a partir de madeiras existentes no local e utilizado como arma de luta, alguns autores mencionam que esse artefato possuía uma cruz dupla entalhada na madeira. Posteriormente, esse instrumento foi transformado em símbolo de referência pejorativa para designar “caceteiros”, os integrantes da comunidade do Pau de Colher.²²³

Figura 52 - Cacete marcado com cruzes.



Fonte: OLIVEIRA, 1998.

²²³ Cf.: DUARTE, 1968; ESTRELA, 1998; OLIVEIRA, 1998.

Quanto aos indicativos materiais da utilização de armas não formais ou não convencionais que teriam posto em perigo de morte as tropas da polícia de Pernambuco, além das já mencionadas armas de pederneira, foi identificado no acervo da comunidade o cabo de um canivete e uma lâmina de punhal adaptada a partir de uma grossa ou lima de marceneiro.

Figura 53 - Cabo de canivete coletado por moradores na área do reduto.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Figura 54 - Grossa de marcenaria adaptada em lâmina de punhal. Artefato adaptado e coletado na área do acampamento de Pau de Colher.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

No que diz respeito a mortandade praticada pela polícia pernambucana em Pau de Colher e pelas demais forças militares que atuaram nos três meses posteriores ao fuzilamento, praticado por Optato Gueiros e seus comandados, percebemos que o resultado desse massacre, foi além do estigma ou alteração das relações sociais naquela região, emergindo uma paisagem de terror a partir dos rastros da destruição que, além de “vivos” na memória de algumas pessoas, se apresentam por meio das valas coletivas e cruzeiros espalhados pela caatinga.

4.3 RASTROS DA DESTRUIÇÃO

Do local onde se encontrava o cabo Ursulino, para a ótima posição do flanco oposto, donde se podia descortinar todo o reduto e seus defensores [...] substituído na água (cacimba) que guarnecia, conseguiu alcançar a posição cobiçada e, por um sinal dado, que consistia numa rajada de fuzil metralhador, a fuzilaria prorrompeu com um ritmo infernal, acompanhado com um grito de todos os soldados, o que resultou um número elevado de baixas entre os inimigos, os quais, apesar de todos os reveses, arrastaram-se como serpentes [...] Depois de 30 horas de cerco, aos esgotarem-se toda a água que tinham em potes em grandes cabaças, choravam todas as crianças pedindo água aos pais; achavam-se completamente apavorados com os tiros e a terrível catástrofe dos cadáveres que, expostos ao sol, já se decompunham.²²⁴

No trecho do depoimento acima, são descritos alguns detalhes da ação da tropa de Pernambuco sobre a tomada do Pau de Colher e fuzilamentos das pessoas que se encontram no acampamento. Ressaltando o elevado número de mortos, que de acordo com a contabilidade informada pelo comandante da força pernambucana, resultou em mais de 400 mortos, durante as 32 horas de combates contra o reduto. Além disso, no mesmo registro fica exposto o sofrimento das crianças, resultado pela sede, pelo barulho dos tiros e pela imagem dos cadáveres em decomposição.

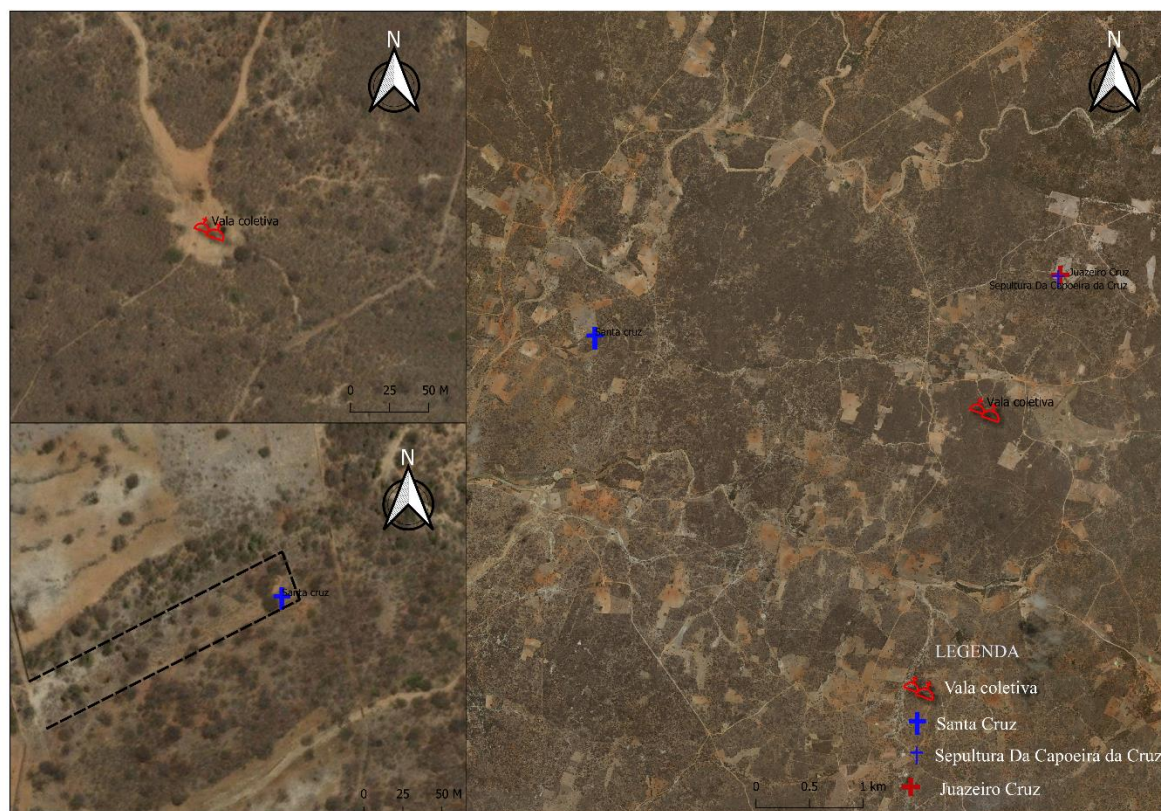
Em relação ao número de pessoas mortas durante as investidas das tropas policiais para destruírem o acampamento do Pau de Colher, percebemos que as informações existentes são contraditórias. De acordo com os relatos das tropas oficiais registra-se cerca de 400 mortos até o final do combate. Porém, durante entrevista com o senhor Petronílio José Lopes, o mesmo comenta que o número de mortos superou mil e quinhentas pessoas.²²⁵

²²⁴ Depoimento de Optato Gueiros sobre o ataque ao acampamento do Pau de Colher. ESTRELA, op. cit., p. 109.

²²⁵ Entrevista realizada com o senhor Petronílio José Lopes, 96 anos. São Raimundo Nonato, 21 de setembro de 2008. O senhor Petronílio, atuou ao lado da polícia do Piauí nas ações de vasculhamento e caçada aos integrantes da comunidade religiosa que conseguiram escapar ao fuzilamento de Optato Gueiros.

Constatamos a existência de vários locais com ocorrência desses testemunhos (valas, cruzes, etc.), espalhados por uma extensa área, alguns ultrapassam as fronteiras dos estados envolvidos. Porém, em razão da necessidade de maior tempo para a realização do mapeamento e análise de todos esses sítios arqueológicos, apresentamos, em caráter diagnóstico, três locais com valas coletivas; sendo denominadas de vala coletiva, sepultura da Santa Cruz e sepultura da Capoeira da Cruz.²²⁶

Figura 55 – Disposição espacial das valas coletivas na região do Pau de Colher.



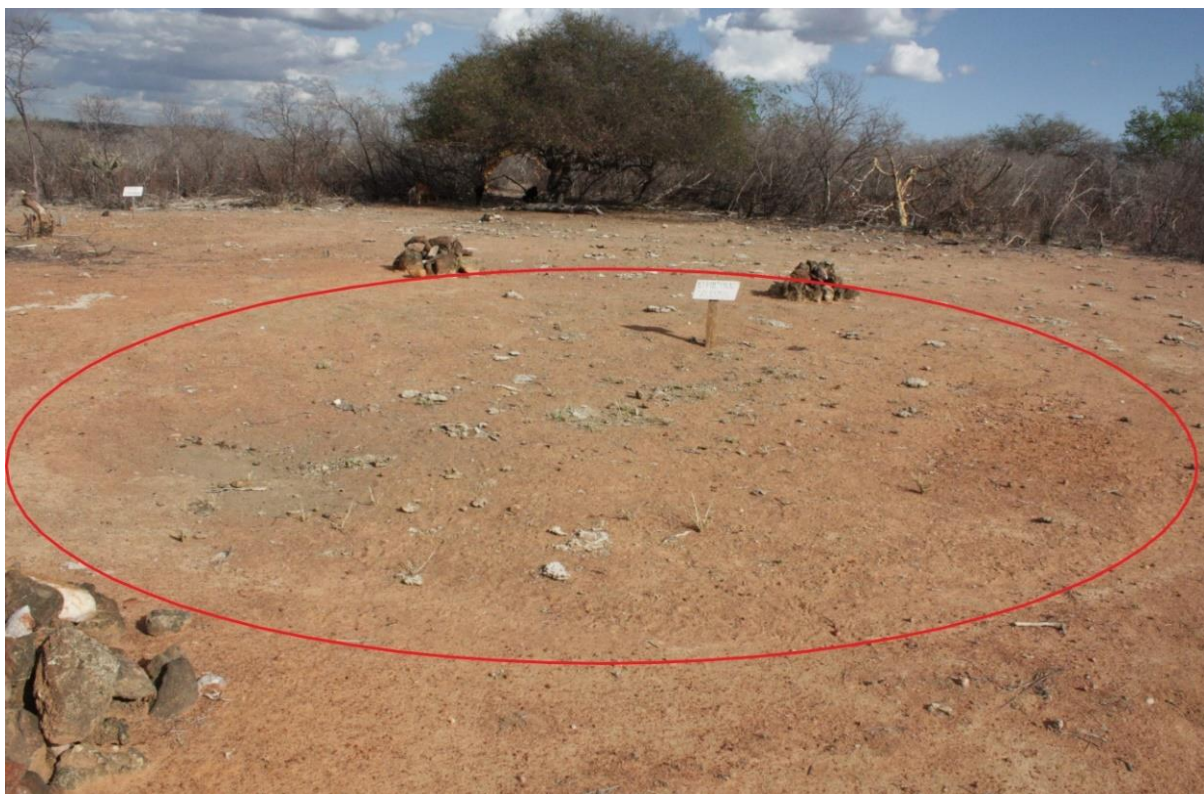
Fonte: Google Earth, com adaptações feitas pelo autor, 2019.

4.3.1 Vala Coletiva do Acampamento.

Quase ao centro do terreno, no acampamento, existem montículos de rochas resguardando uma área circular e côncava, distribuída em 50m² aproximadamente; com sedimentos diferenciados na cor e textura em relação ao entorno, indicando desse modo, que o terreno foi escavado.

²²⁶ Informações e nomenclaturas adquiridas a partir dos relatos dos moradores.

Figura 56 - Vala coletiva. Os blocos rochosos delimitam a dimensão dessa estrutura.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Essa área corresponde a uma vala de enterramento coletivo. Nessa sepultura estão enterrados os restos mortais de pessoas fuziladas e, possivelmente queimadas pelas forças militares que atuaram na destruição dessa comunidade religiosa, como atesta o Capitão Maurino Cezimbra, responsável pela ordem de incinerar os corpos.

[...] fiz o serviço de vasculhamento, lançando à frente elementos ligeiros para a captura de indivíduos foragidos ou suspeitos; determinei a incineração de todos os corpos, por ser impossível o sepultamento, devido o início de putrefação, cuja exalação empestava o meio ambiente, obrigando o retraimento para Lagoinha.²²⁷

Em telegrama enviado em 25 de janeiro de 1938 ao Capitão Optato Gueiros, o Tenente Coronel Augusto Maynard Gomes informa que recebeu notícias do Capitão Maurino Cezimbra a respeito da ação em Pau de Colher: “Estou em Pau de Colher. Permanecer com as forças aqui se torna impossível devido o início da putrefação dos cadáveres cuja exalação infesta o ambiente. Impossibilidade de sepultamento, determinei incineração dos corpos”.²²⁸

²²⁷ ESTRELA, 1998, p. 60.

²²⁸ Telegrama do Tenente Coronel Augusto Maynard Gomes enviado ao Capitão Optato Gueiros, Juazeiro/BA, 25 de janeiro de 1938. Arquivo Agamenon Magalhães, FGV/CPDOC, AGM c 38. 01. 25/2.

Todavia, o incineração dos corpos não teria sido apenas uma medida de âmbito sanitarista, mas uma maneira de arrematar a destruição, ampliando a paisagem de terror engendrada por Optato Gueiros. Desse modo, vemos na utilização do fogo sobre os cadáveres, não apenas a limpeza, depuração e renovação, que a simbologia desse elemento propõe, mas uma estratégia de atenuar a responsabilização diante da opinião pública, possibilitando aos vencedores, a elaboração de narrativas justas, convenientes e heroicas.

Tal ação demonstraria ainda, a luta da civilização contra a barbárie, a doação da vida por uma causa maior, como pode ser observado no trecho do depoimento do auxiliar de Optato Gueiros, comandante Tenente Ferraz.

Minha longa prática em combater e meu espírito pesquisador, me permitiram formar um conceito sobre heroísmo, depois da luta em Pau de Colher: Não existe covardia total: o homem pode ser levado a um estágio de verdadeira fera, dependendo do momento vivido ou da preparação psicológica e sociocultural recebida. O meio primitivo e a ignorância, tendem a modificar a índole humana em algo embrutecido, sem temor e bom-senso (...) o combate em Pau de Colher foi um combate típico de estudo da reação dos homens. Não lutávamos contra semelhantes, porém contra animais irracionais (...) nossos soldados foram, ao fim das contas, heróis, porque avançavam sempre e porque expuseram suas vidas apesar do medo, presente ou afastado pela necessidade de sobreviver.²²⁹

O desaparecimento das principais evidências dessa matança, os corpos espalhados no campo de batalha, anularia questionamentos mais críticos em relação ao Estado e a sua política de profilaxia social posta em prática por seus agentes na eliminação de camadas indesejáveis da sociedade. Situação expressa no artigo publicado no Jornal Estado da Bahia, de 28/01/1938, intitulado “Apenas uma hecatombe”, de autoria de Austregésilo de Ataíde.

Volto a comentar o cangaço e o banditismo nos sertões do Nordeste. Mais uma vez para protestar, em nome da civilização e dos sentimentos da humanidade do povo brasileiro, contra os métodos bárbaros usados pelos governos daquelas regiões, que expedem no encalço dos infelizes sertanejos (...) Basta atentar no telegrama em que um capitão de polícia celebra a sua vítima (...), para sentir a revolta que empolgou Euclides da Cunha, ao fechar Os Sertões. Com ele, lamentamos não haja um Mandsley para os crimes da coletividade. Não me entusiasma o triunfo horrendo daquele capitão que tomou um reduto de fanáticos, matando 140 brasileiros. Uma verdadeira hecatombe. Aqueles miseráveis não dispunham de armas suficientes, o que se prova com as palavras do bravo capitão anunciando que o combate começara com um corpo-a-corpo, no qual morreram apenas cinco policiais contra 140 fanáticos. Houve uma chacina covarde que depõe contra a civilização do país (...) se eu fosse governo, o capitão responderia diante da justiça pela sua cruel vitória...

²²⁹ ESTRELA, op. cit., p, 114.

As forças policiais nordestinas praticam nas suas expedições crimes horripilantes e torna-se, por isso, mais temidos que os cangaceiros (...) não há o que esperar das polícias estaduais, em regra compostas de elementos perniciosos, senão carnificinas brutais e inúteis como esta que acaba de verificar-se”.²³⁰

Todavia, tanto as memórias das ações praticadas por militares em Pau de Colher, quanto a Cultura material existente, depõem contra as ações do Estado, pois são testemunhas do massacre perpetrado naquela comunidade.

Dentre a mistura caótica de vestígios materiais espalhados naquela área, alguns são bem ilustrativos: pontas de projéteis deflagradas, fragmentos de ossos e latas de querosene, e representam e sentido estrito, o trio de elementos que alude diretamente às ações que conceberam o microespaço fúnebre e informal dessa sepultura.

Figura 57 - Ponta de projétil deflagrado e encontrado próximo à vala coletiva.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Em sentido amplo, podem ser tomados como testemunhos da dissolução violenta das relações sociais, do menosprezo e silenciamento do Estado em relação ao massacre do Pau de Colher.

²³⁰ Id. ibidem, p. 101-102.

Figura 58 - Ponta de projétil de chumbo.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Segundo Optato Gueiros, citado anteriormente, a quantidade de mortos nessa área e no entorno imediato foi de cerca de quatrocentas pessoas. Porém, acredita-se que o número seja superior. Como afirmou o senhor Petronílio, em entrevista concedida como parte de um documentário iniciado em 2008, “[...] Lá por cálculo foi uma base de mil e quinhentas pessoas que morreu lá”.²³¹

²³¹ ESTRELA, 1998, p. 60.

Figura 59 - Fragmento de osso próximo à vala coletiva.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Figura 60 - Fragmento de osso próximo à vala coletiva.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

Figura 61 - Fragmentos de latas de querosene nas imediações da vala coletiva.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

Figura 62 - Lata de querosene nas imediações da vala coletiva.



Fonte: Marcelo Alves.

No entorno dessa vala, há cruzes indicando o local de sepultamento dos líderes do acampamento, Senhorinho e Ângelo Cabaça, e do militar, cabo Vieira, mortos no primeiro embate.

Figura 63 - Cruz nas imediações da vala coletiva indicando a sepultura do líder do movimento do Pau de Colher, Senhorinho.



Fonte: Marcelo Alves, 2017.

Figura 64 – Fragmento da cruz indicando o local da Morte de Ângelo Cabaça, na área do acampamento do Pau de Colher.



Fonte: Joaquim Neto.

Figura 65 - Fragmento da cruz indicando o local da morte do cabo Vieira, morto no primeiro embate, na área do acampamento do Pau de Colher.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

4.3.2 Sepultura da Capoeira da Cruz

Essa sepultura está localizada em uma área a 1,5 km ao norte do acampamento denominada “Capoeira da Cruz”. O local apresenta sinais de modificação da paisagem física, especialmente pelo emprego de práticas agrícolas, onde há poucos anos eram desenvolvidas atividades de cultivo de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) e, atualmente, corresponde a uma pastagem de uso comum, destinada à criação extensiva de gado.

Descendentes de homens e mulheres que viveram em Pau de Colher à época do massacre, mencionam que existia durante o período de maior efervescência religiosa uma espécie de posto de orações situado sob uma árvore nessa capoeira. Todavia a árvore não mais existe, porém a sua localização é mantida por um fragmento de uma cruz de aroeira fincada ao solo que é utilizado para realização de orações e pagamentos de promessas.

Figura 66 - Cruz fragmentada marcando o local do “juazeiro da cruz”.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

Uma questão relevante a respeito do local, e que até o momento não havia sido mencionada em outras pesquisas, ou mesmo nas narrativas oficiais, é o fato de indivíduos terem sido assassinados nesse lugar no período do combate ao Movimento do Pau de Colher. Consta que cerca de vinte e três pessoas foram massacradas e seus corpos sepultados em uma vala comum nas proximidades.²³²

O senhor Gregório Manoel, proprietário do terreno, forneceu informações referentes a esse espaço. Segundo ele, durante o período que cultivou mandioca na área, ouvia sussurros, ladainhas, choros, gritos e gemidos vindos do juazeiro e da área da cova coletiva. Outras pessoas, ao transitarem por aquele setor, tangendo gado ou caçando, noticiavam as mesmas manifestações: o aparecimento de “livusias”.²³³

²³² Informação adquirida em entrevista com o senhor Gregório

²³³ *Livusia* é um termo empregado no interior do Nordeste para designar diversas manifestações psíquico sensitivas, caracterizadas pela aparição de luzes, vultos, audição de vozes, assovios, choros, gemidos; percepção de movimentação de objetos, pedras e projéteis arremessados sem que seja determinada a origem ou natureza do propulsor. Comumente essas manifestações paranormais estão associadas a exemplares de flora da caatinga, tais quais umbuzeiros e juazeiros. Há casos em que as aparições estão vinculadas à espacialidade, a pontos definidos na paisagem, como curvas de estradas ou encruzilhadas de carreiros, relacionados ou referenciados por alguma dessas árvores mencionadas. Em determinados locais as Livusias também são conhecidas como visagens ou “visage”. E ambas fazem parte do folclore enraizado no nordeste sertanejo. Na Alemanha o termo *poltergeist* é o

Figura 67 – Sr. Gregório durante visita a área da Capoeira da Cruz (vala 2)



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

Não é intenção lançar juízo de valor através dessa pesquisa sobre as construções mitológicas ou a sensibilidade dos indivíduos que noticiaram manifestações tidas “paranormais”; e humildemente compartilharam conosco suas convicções e interpretações relativas aos referidos eventos, atrelados a esse lugar de memória. Mas, tentar demonstrar a ligação do contexto material e simbólico desse local e a importância de considerar esse tipo de interposição em pesquisas arqueológicas. Principalmente, quando forem desenvolvidas no semiárido, onde o entrelaçamento da cultura ao meio natural produz narrativas singulares e repletas de informações valiosas, que podem estar atreladas diretamente à identificação de sítios arqueológicos.

Percebeu-se que há uma concordância estabelecida e exposta através das narrativas entre os sertanejos, na qual, árvores como juazeiro e umbuzeiro, desempenham uma função de canal de aparecimento de “livusias”. Para esses grupos, quando ocorrem tais manifestações associadas aos referidos exemplares da flora, estas representam um indicativo de ocorrências de mortes nesses locais.

equivalente à Livusia do interior nordestino. No entanto, esse primeiro difere do segundo por manifestar-se a partir de um indivíduo específico, sem um local fixo definido e sob regime de curta duração.

Abordagem semelhante foi empreendida por Celito Kesting, em pesquisas arqueológicas no Sudeste do Piauí.²³⁴ Utilizando de métodos da história oral e de narrativas sócio-históricas que versavam sobre aparições de “livusias”; ou “aleivosias”²³⁵ o autor em questão identificou um contexto arqueológico e, dentre os elementos materiais formadores daquele espaço, destacou-se a quantidade de ossos humanos.

Há, ali, muitos ossos humanos, fragmentos de cerâmica e artefatos da indústria lítica, junto a um centenário juazeiro (*Ziziphus juazeiro*) na margem esquerda do rio São Lourenço. Há, também, fragmentos de ossos humanos, cerâmica, louça e talheres, espalhados na superfície do terreno nas proximidades de um lajedo de granito que aflora nas duas margens do mesmo rio. Um pouco afastado dali, nas adjacências de dois frondosos umbuzeiros do terraço fluvial antigo, na margem direita do rio há concentração de matacões, ossos humanos e carapaças de tatu. A concentração de ossos humanos junto ao juazeiro e a abundância de fragmentos de potes de cerâmica pré-colonial indicam terem sido sepultados ali, em urnas funerárias, muitos corpos de índios (...) Há, também em profusão, artefatos da indústria lítica em sílex no entorno próximo, junto aos dois umbuzeiros a que se referiram os entrevistados e onde disseram que se veem e ouvem aleivosias (...) há concentrações de matacões. Próximo a eles há ossos humanos e de outras espécies animais, carapaças de tatu e restos de uma casa de taipa.²³⁶

No caso específico da “capoeira da Cruz” e do “juazeiro da Cruz”, ao ouvir a narrativa do aparecimento destas “livusias”, tornou-se manifesta a curiosidade de conhecer o local. Ao chegar na área e questionar o motivo da exteriorização dos fenômenos alegados, informaram que ocorriam “porque muitas pessoas foram mortas naquele lugar no tempo das rezas do Pau de Colher”.²³⁷ E, no intuito de confirmar essa afirmativa, o informante indicou outro setor nas adjacências, com uma suposta vala de enterramento coletivo com vinte e três indivíduos sepultados.

O sítio arqueológico corresponde a uma área aproximada de 30,44m², em um local da capoeira, onde, segundo informações do proprietário do terreno, não foram desenvolvidas atividades agrícolas nesse espaço, pois há uma relação de reverência aos mortos enterrados numa sepultura nesse lugar; sinalizada por um fragmento de uma cruz.

²³⁴ KESTERING, Celito; SOUSA Gizelle Santos de. **Umbuzeiro dos Defuntos: Um marco na História de São Lourenço do Piauí**. Cadernos do Lepaarq, Vol. XI, nº 22, 2014.

²³⁵ Variação terminológica utilizada pelo autor para designar o fenômeno. Porém, segundo o dicionário da Língua Portuguesa, o termo “aleivosia” refere-se a um ato de traição, deslealdade, infâmia, injúria.

²³⁶ *Ibidem*, p. 129-131.

²³⁷ Entrevista realizada com o senhor Gregório Manoel Rodrigues, no Povoado Pau de Colher/BA, dia 25 de novembro de 2017.

Figura 68 - Local apontado como uma vala coletiva na capoeira da cruz.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

No entanto, não foram identificados materiais arqueológicos nas imediações dessa sepultura, além da referência a esse enterramento coletivo. Posteriormente, foi constatado que o costume de busca por relíquias também foi praticado nessa área. De acordo com Júlio Nunes, alguns materiais provenientes desse local estão no acervo por ele resguardado. Todos esses objetos estão descritos no apêndice desse trabalho.

Por essa razão, ocorre a impossibilidade de análise do contexto do sítio através dos remanescentes materiais que foram retirados do local de deposição primária. Todavia, em pesquisas futuras, é pertinente a realização de sondagens e escavações para obtenção de maiores informações relativas ao referido contexto arqueológico.

Figura 69 - Acervo de material arqueológico da comunidade de Pau de Colher. Alguns desses materiais foram coletados na “capoeira da cruz”.



Fonte: Marcelo Alves, 2018.

4.3.3 Vala da Santa Cruz

“Bom, eu passei três mês nas caatinga (sic) perseguindo caceteiro com os doze fuzis que o capitão Benedito da Luz me deu, e com a ordem de matar, porque naquela época, não se prendia bandido”

(João de Souza Rodrigues - Janjão).²³⁸

Nas palavras “Janjão”, materializadas na citação acima, ressoa o estigma impresso às pessoas que participaram do acampamento de Pau de Colher e a cooptação de indivíduos da própria região, pelo Estado, para o projeto de eliminação dos sertanejos refugiados nas caatingas.

Rastreando a trilha da matança, nos deparamos com outra vala de enterramento comum, distante 3,7 km a noroeste do acampamento de Pau de Colher, situada no lugar

²³⁸ Depoimento de João de Souza Rodrigues (Janjão). In: POMPA, op,cit..

chamado Santa Cruz, por isso nos referimos a esse sítio arqueológico como “Vala da Santa Cruz”.

Localiza-se numa área rebaixada, em meio à caatinga, próxima a uma drenagem que verte a partir da direção leste, entre duas propriedades, cujas cercas mantêm uma espécie de corredor. No final deste espaço, avista-se duas grandes árvores de Umburana e Angico, que indicam o local da matança.

Sob essas árvores, há um cruzeiro de aroeira com blocos rochosos em sua base, onde os visitantes utilizam para acender velas. À frente dessa cruz há uma estrutura de cerca de madeira com aproximadamente 30m², delimitando uma sepultura, recuada no final deste caminho.

Figura 70 - Vala do sítio arqueológico “capoeira da cruz”.



Fonte.: Joaquim Neto, 2018.

Na sepultura, contida no cercado de madeira, destacam-se pequenas cruzeiros, sugerindo que crianças foram mortas e enterradas nesse espaço. Além disso, informações orais indicam que 23 mulheres foram sepultadas nessa vala, quando assassinadas no local.²³⁹

²³⁹ Informações obtidas com o Sr. Gregório, que nos conduziu até o local. Povoado Pau de Colher, novembro de 2018.

A presença e participação das mulheres no movimento do Pau de Colher é identificada também pelas notícias de jornais da época e pelas informações adquiridas por meio dos entrevistados. Como por exemplo, o jornal Correio da Manhã (Rio de Janeiro) de 07 de janeiro de 1938 noticiava “Fanáticos implantam o terror nas caatingas”, destacando o receio da população de Casa Nova em relação ao movimento do Pau de Colher e que “várias mulheres percorrem as caatingas fanatizadas pelos organizadores dessa crença”.²⁴⁰

O senhor Petronílio e sua esposa, dona Abília, também relataram acerca do papel das mulheres no movimento. Algumas foram escolhidas pelos líderes do grupo para fazerem parte do Santuário do Senhorinho, “lá essas mulheres eram igual (sic) santa, igual Nossa Senhora”. Tinha umas mulher (sic) que avançava os soldados e queria tampar o cano da arma com um pano, morria tudo”.²⁴¹ “Aí tinha as sopradeiras²⁴², elas assopravam o alento na boca dos homens que ia pra guerra com a polícia, pra proteger eles”.²⁴³

Figura 71 - Local da vala coletiva da “Santa Cruz



²⁴⁰ Jornal Correio da Manhã. Edição 13392. Rio de Janeiro, 1938. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível

em:http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=Pau%20de%20colher

²⁴¹ Trecho do depoimento de Petronílio José Lopes, em 21 de setembro de 2008. São Raimundo Nonato/PI.

²⁴² Segundo relatos, as mulheres ao soprar na boca desses homens proporcionavam alento aos mesmos. Sobre esse assunto ver: DUARTE, op.cit. p. 18-19; MALVEZZI, Roberto. **Semiárido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007, p. 26.

²⁴³ Trecho do depoimento de Abília Maria dos Santos Lopes, em 21 de setembro de 2008. São Raimundo Nonato/PI.

Fotografia: Joaquim Neto, 2018.

Figura 72 - Local da vala coletiva da “Santa Cruz”



Fonte: Joaquim Neto, 2018.

De acordo com as informações dos militares, a autoria dos assassinatos nessa área recai sobre os membros da irmandade de Senhorinho, e que essas pessoas teriam morrido a cacetadas, sob as ordens de Quinzeiro.

Quinzeiro achava-se refugiado numa capoeira, não muito distante de Pau de Colher, ao lado da estrada que leva a Queimadas. Desse esconderijo ditava as ordens, inexoravelmente cumpridas [...] todas elas obedecendo a um ritual sangrento. [...] cerca de 40 pessoas, entre homens, mulheres e crianças se amontoavam no acampamento, prontos e dispostos a se curvar a qualquer tipo de ordem emanada do seu condutor espiritual [...] ali, bem perto, ficava a fazenda Santa Cruz, onde morava José da Clara, em companhia de vários outros caceteiros. E foi nas proximidades de sua casa que se improvisou um verdadeiro matadouro humano.²⁴⁴

Não encontramos nenhum registro que possa corroborar as informações acima, a maioria das fontes consultadas coloca o movimento do Pau de Colher como uma conspiração comunista, além de destacarem atitudes de barbárie por parte dos membros dessa irmandade. Porém, por se tratar de versões provenientes da replicação de depoimentos de militares e, em

²⁴⁴ ESTRELA, op.cit., p. 74.

razão de não identificarmos elementos materiais ou mesmo outros relatos que possibilitassem o cruzamento de tais informações, acreditamos, que seria pertinente a realização de trabalhos de escavação no âmbito da Arqueologia forense e Antropologia forense, a fim de verificar por meio do registro deposicional, quais os tipos de traumas prevalecem nos corpos; a relação destes com determinados tipos de armamentos e as circunstâncias que resultaram no assassinato daqueles sertanejos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao movimento do Pau de Colher, existe uma bibliografia considerável de narrativas históricas de estudos sobre religiosidade, miséria, dentre outros. No nosso caso, por meio do estudo dessas obras e do acesso a uma diversidade de fontes (jornais, entrevistas, correspondências, relatórios, estruturas, elementos materiais e da paisagem), objetivamos investigar o movimento sociorreligioso do Pau de Colher na perspectiva arqueológica. Desse modo, procuramos identificar e mapear os espaços, a cultura material remanescente e suas influências na percepção da paisagem.

Procuramos, com o auxílio de outras disciplinas, a exemplo da História e da Geografia, realizar um estudo da paisagem do lugar Pau de Colher, destacando os seus elementos físicos, as intervenções existentes, assim como os usos do espaço. A partir do histórico e das características geoeconômicas atreladas ao Submédio São Francisco, região a qual o povoado de Pau de Colher está inserido, identificamos fatores que fornecem pistas necessárias à concepção de um referencial aos estudos da ocupação regional a partir de um período colonial (Estrada Velha).

Assim, a compreensão do dinamismo sociocultural daquela região, auxiliou na concepção de uma linha de raciocínio que proporcionou algumas inferências relativas tanto ao contexto formativo da comunidade, quanto ao período de confluência e ampliação religiosa, até a implantação das ações repressivas que resultaram na aniquilação do arraial.

Ao discorrermos no primeiro capítulo sobre o contexto político e social do país, enfatizando a postura do Estado Novo diante da ideia de existência de conspirações comunistas, e a relação política regional com o genocídio de Pau de Colher, procuramos demonstrar as tensões existentes no país e o reflexo disso até mesmo nos sertões mais longínquos do Brasil.

Identificamos que, diferentemente do que alguns estudos apontam, Pau de Colher não nasce especificamente a partir do movimento religioso, pelo contrário, o lugar já era um ponto de circulação e parada dos boiadeiros que por ali passavam levando gado do Piauí para a Bahia. O cotidiano era marcado pelo cultivo da roça, pela criação de gado, pela exploração das salinas e o comércio exercido na feira instalada embaixo de uma árvore (o juazeiro). Consideramos, com isso, que Pau de Colher não se resume aos 28 dias em que centenas de pessoas se reuniram em torno das rezas, promessas e sacrifícios relacionados ao movimento em si.

Após os três dias de fuzilamentos, àqueles que não perderam a vida, saíram em fuga pela caatinga, foram presos ou levados para abrigos, como é o caso das crianças órfãs que ficaram sob tutela do Estado ou foram entregues a famílias consideradas “respeitadas”. O lugar, devastado pelo conflito, praticamente se esvaziou. A feira, importante atividade de comércio e de reunião de pessoas de diferentes localidades, deixou de existir, ficou apenas a sombra do juazeiro.

Os elementos materiais encontrados durante as atividades de prospecção, como as estruturas, materiais cerâmicos e vítreos, metais, dentre outros, demonstram o potencial arqueológico do lugar, e possibilitaram algumas inferências sobre os acontecimentos.

No que refere as evidências materiais expostas através de valas coletivas e sepulturas unitárias em locais diversos e afastados da área do acampamento, apontam para uma matança que não pode ser mensurada através da versão oficial ou unicamente pelas memórias de sobreviventes. Que na maioria das vezes incorrem na reprodução das estimativas dos próprios militares.

Dessa maneira, posteriormente, quando no Brasil houver a abertura de caminhos democráticos e seguros que possibilitem o trânsito de pesquisadores dispostos a contribuir para o esclarecimento dos eventos violentos praticados pelo Estado, contra esse grupos de sertanejos, será necessário o engajamento das instituições e sobretudo da sociedade civil, para reconhecerem a responsabilidade do Estado brasileiro sobre o Genocídio de Pau de Colher.

Quando o obscurantismo demonstrar sinais de aclaramento, a Arqueologia, enquanto campo social de investigação científica, em suas mais variadas abordagens (Forense, Histórica e da Paisagem, entre outras) em conjunto com outros campos do saber, poderão colaborar incisivamente para alcançar respostas para questões ainda pouco elucidativas, referentes aos crimes praticados pelo Estado, em Pau de Colher.

Atualmente, residem cerca de 40 famílias no povoado Pau de Colher, as residências espalhadas pela caatinga não possuem acesso ao que se considera básico, as políticas públicas não chegam. Somente a partir de 2003, que algumas ações sociais chegaram à comunidade, através de instituições como: a Comissão Pastoral da Terra(CPT), O SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais; passaram a desenvolver ações que possibilitam melhores condições de vida para população, a exemplo da construção de cisternas de captação de água de chuva para consumo humano e para a produção alimentos orgânicos e criação de caprinos e aves.

Quando chegamos pela primeira vez em Pau de Colher, numa tarde ensolarada e de forte calor, típicos do período seco, fomos logo recebidos pelo senhor Gregório. Ao sentarmos

na varanda de sua casa, ele iniciou a conversa relatando fatos da época do massacre. Ao final, deixou claro o desejo de que a história de luta e de resistência daquele povo se mantenha viva, e de que o Estado possa reparar a extrema violência que promoveu em Pau de Colher.

Porém, muitas pessoas que vivenciaram aquele período ou que tiveram familiares envolvidos, preferem não falar a respeito do assunto. O silêncio carregado de medo e vergonha, são motivados pelo estigma em relação às filiações, ao lugar e ao movimento do Pau de Colher. E reflete por sua vez, a violência simbólica perene promovida pelo Estado, como política de apagamento/silenciamento da história, sedimentando, desse modo, uma “narrativa oficial”.

Após 81 anos do massacre do Pau de Colher, a comunidade ainda resiste através das memórias, da oralidade, dos elementos materiais e simbólicos que os moradores preservam, personificada em uma romaria que há 15 anos é realizada no dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia. “Essa romaria é de muita importância, porque se não o lugar tava (sic) acabado, esquecido”, relata o senhor Gregório, que ajuda na organização da romaria e recebe romeiros em sua residência.

Assim, Pau de Colher caminha, irrigado pelas memórias e narrações que não fizeram cessar. Ainda que esses lapsos não transmitam respostas que suturem os questionamentos expostos, são redutos encravados no tempo, nos espaços, nas caatingas e no silêncio de suas paisagens não inquiridas, alumando os caminhos onde encerram muitas respostas. Pau de Colher é narrativa inconclusa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS

APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Teresina, PI. **Diário Oficial do Estado do Piauí**, janeiro a março de 1938.

FGV CPDOC. **Arquivo Agamenon Magalhães**. AGM c 38.01.22/3; AGM c 38.01.25/2; AGM 38.01.00/2.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Periódico Correio da Manhã (Rio de Janeiro)**. 1938 – 1939. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/47163. Acesso em: 12 fevereiro de 2018.

ENTREVISTAS

Petronílio José Lopes (remanescente). Depoimento concedido a Marcelo Alves e Joaquim Neto, no dia 21 de setembro de 2008, em São Raimundo Nonato, Piauí.

Abília Maria dos Santos Lopes (remanescente). Depoimento concedido a Marcelo Alves e Joaquim Neto, no dia 21 de setembro de 2008, em São Raimundo Nonato, Piauí.

Gregório Manoel Rodrigues. Entrevista concedida a Marcelo Alves para o projeto de mestrado intitulado “Sublevação na senda do desterro: arqueologia da paisagem do movimento em Pau de Colher (1937 - 1938)”, no dia 25 de novembro de 2017, no Povoado Pau de Colher/BA.

Zeferino Ferreira da Silva (remanescente). Entrevista concedida a Marcelo Alves para o projeto de mestrado intitulado “Sublevação na senda do desterro: arqueologia da paisagem do movimento em Pau de Colher (1937 - 1938)”, no dia 10 de agosto de 2018, no Sítio Proeza/BA.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, A. N. “Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida”. *Estudos Avançados IEA/USP*, São Paulo, v. 13, n. 36, 1999.

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

_____. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, M. G. A. A. **A Construção da Verdade Autoritária**: Palavras e Imagens da Interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco (1937-1945). 1995. Tese (Doutorado em

História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e Revolução: O Integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

ARRAES, Esdras. **Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 21, n.2, p. 47-77, jul.-dez., 2013.

_____. **Vendo outras paisagens dos "certoens" do Norte, séculos XVI – XIX. Oculum ens**. Campinas, p. 51-69, janeiro-junho, 2016.

ATLAS EOLICO: BAHIA / elaborado por Camargo-Schubert Engenheiros Associados... [et al.]; dados do modelo mesoescala fornecidos por AWS Truepower. Curitiba: Camargo Schubert; Salvador: SECTI: SEINFRA: CIMATEC/ SENAI, 2013.96 p.7 f. dobradas: il., mapas; 33 x 46 cm.

BACELAR DE OLIVEIRA, Ruy Bruno. **De Caldeirão a Pau de Colher: a guerra dos caceteiros**. Vitória da Conquista, Bahia: Editora Engeo, 1998.

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de arqueologia pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BOADO, F. C. **Del Terreno al Espacio**: Planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje. In: **CAPA 6**, Grupo de Investigación em Arqueología del Paisaje, Universidad de Santiago de Compostela, 1999.

BRANTON, N. **Landscape Approaches in Historical Archaeology: The Archaeology of Places**. In MAJEWSKI, T; GAIMSTER, D. (org.). Handbook of Historical Archaeology. New York: Springer, 2009.

CALDARELLI, Solange Bezerra. **Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista**. Rodovia Carvalho Pinto, 170, São Paulo. 2000.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O Combate ao Catimbó**: Práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFPE. Recife, 2001.

CANCELLI, E. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1994.

CLARKE, David. **Arqueologia Analítica**. Barcelona: Bellaterra, 1977.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas**. São Paulo, Estação Liberdade, 1997.

CARVALHO, I.C.M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Catálogo de Armas para Colecionamento da 2ª Região Militar; Versão 1.5, de 03 Mar 2017.

CARMAN, John. **Battlefields as cultural resources**. Post medieval Archaeology. Volume 39, 2005. p.215-223.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **Batalha do Jenipapo: reminiscências do cultural material em uma abordagem arqueológica**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, Porto Alegre, 2014. 290f.

CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro, 1988.292 p. Brasil.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea - **Diagnóstico do Município de Casa Nova** – Bahia. Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo, Três, 1984-Biblioteca do Estudante.

DUARTE, Raymundo. **Notas preliminares do estudo do movimento messiânico de Pau de Colher**. In. Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Anais... Salvador, 1969.

EMPERAIRE, Laure. **La caatinga du sud-est du Piauí (Bresil) estude etnonobotanique**. Paris: Universite Pierre at Marie Curie, 1989.

ESTRELA, Raimundo. **Pau de Colher, um pequeno Canudos: conotações políticas e ideológicas**. 2ª ed. rev. Salvador: Assembleia Legislativa, 1998.

FORTE, M. **Mindscape: ecological thinking, cyber-anthropology and virtual archaeological landscapes**. In: The reconstruction of archaeological landscapes through digital technologies. Proceedings of the 1st Italy-United States Workshop. Boston: BAR International Series, 1151, 2003: 95-108. Disponível em: https://www.academia.edu/203787/Mindscape_ecological_thinking_cyberanthropology_and_virtual_archaeological_landscapes.

GARDNER, G. **Viagem ao interior do Brasil**, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo; Companhia das Letras, 1987.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira (Org.). **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 289 páginas

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. JONES, Sian. The Archaeology of Ethnicity. Londres: Routledge, 1997.

HEARD, Brian J. **Handbook of Firearms and Ballistics: Examining and Interpreting Forensic Evidence**. Library of Congress. Second Edition. 2008.

HOLANDA, F. S. R.; MARCIANO, C. R.; PEDROTTI, A.; AGUIAR, J. F. de; SANTOS, V. P. 2001. **Recuperação de áreas com problemas de salinização**. Informe Agropecuário, Belo Horizonte. 22, n. 210, p. 57-61.

IBGE. 2012. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Série Manuais Técnicos em Geociências 1, 2ª edição revista e ampliada. IBGE, Rio de Janeiro.

INGOLD, T. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.

KESTERING, Celito; SOUSA Gizelle Santos de. **Umbuzeiro dos Defuntos**: Um marco na História de São Lourenço do Piauí. Cadernos do Lapaarq, Vol. XI, nº22, 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto**: o município e o regime representativo, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEANDRO, Ana Lúcia Aguiar Lopes. **O movimento de Pau de Colher na perspectiva dos atores sociais**: relações entre significações da religião e miséria. Dissertação de Mestrado, Recife: Departamento de Sociologia da UFPE, 2003.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Lisboa/Rio de Janeiro. Livraria Portugália / Instituto Nacional do Livro, 1938.

LEMOES, Jesus Rodrigues. **Fitossociologia do componente lenhoso de um trecho de vegetação arbustiva caducifolia espinhosa no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil**. 1999. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) - Pós-graduação em Biologia Vegetal, UFPE, Recife, PE, 1999

LIMA, Enjôlras de A. Medeiros; LEITE, Jairo Fonseca. Projeto=Estudo Global dos **Recursos Minerais da Bacia Sedimentar do Parnaíba**: integração geológico-metalogenética, relatório final da etapa III. Texto. Belém: DNPM; CPRM, 1978. v. 1, 190 p.

LIMA, Tania Andrade. et al. 1989 **A tralha doméstica em meados do século XIX**: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. Dédalo, Publicações Avulsas 1, p. 205-230.

LIMA, Vicente. **Xangô**. Recife: Empresa Jornal do Commercio, 1937.

LINO, Jaisson Teixeira; FUNARI, Pedro Paulo A. **Considerações sobre a Arqueologia da Guerra e do Conflito**. In: LINO, Jaisson Teixeira; FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs.). Arqueologia da Guerra e do Conflito. Erechim-RS: Habilis, 2013. p. 13-21.

LINKE, Vanessa. **Paisagem dos sítios de arte rupestre da região de Diamantina**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 2008.

LINS, Wilson. **O Médio São Francisco**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1983.

MACIEL, Caio. Augusto Amorim. **Morfologia da Paisagem e imaginário Geográfico**: Uma encruzilhada onto-Gnoseológica. *Geographia*. Ano III. Nº6. Niterói. UFF. 2001.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

MELLO, Maria Alba Guedes Machado. **O movimento messiânico de Pau de Colher**: uma reconstituição histórica. *Revista da Bahia*, v. 33, n.19, Salvador, 1991.

MENDONÇA, H.N.; BELTRAO, M. da C.M. **Considerações sobre o grês no sítio histórico arqueológico Jardim das Princesas**: Museu Nacional do Rio de Janeiro. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 1996.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MOTT, Luiz R. B. **Fazendas de gado do Piauí (1697-1762)**. São Paulo, 1976.

NEGREIROS, Rômulo Macedo Barreto de. **As trilhas da morte no Sertão das Pimenteiras-PI (1769-1815)**: caracterização e reconhecimento arqueológico de um território. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – UFPE. Recife, 2012.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v.8, n.30, p.74-224. 1916.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares”. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Programa de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez. – 1993.

NUNES, J.A.F. **Grande enciclopédia armas de fogo** – defesa e segurança. Rio de Janeiro: Editora Século Futuro, 1988.

OLIVEIRA, J. C. A. **Por uma perspectiva da folkcomunicação a partir das análises semiológicas sobre os ex-votos do Brasil**. 2011. 52. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, ano, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade).

OLIVEIRA, M. 1997. **Gênese, classificação e extensão de solos afetados por sais**. In: GUEYI, H. R.; QUEIROZ, J. E.; MEDEIROS, J. F. (Ed.) Manejo e controle da salinidade na agricultura irrigada. Campina Grande: UFPB, cap.1, p.1-35.

OLIVEIRA, L. B. DE; RIBEIRO, M. R.; FERREIRA, M. G. V. X.; LIMA, J. F. W. F., MARQUES, F. A. 2002. **Inferências pedológicas aplicadas ao Perímetro Irrigado de Custódia, PE**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, v.37, p.1477-1486.

ORSER Jr., C.E. A teoria de rede e a Arqueologia da História Moderna. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3: 87-101, 1999.

PANDOLFI, Dulce C. (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí, Campinas - SP: Editora da Unicamp, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMPA, Maria Cristina. **Histórias do fim do mundo**: para uma leitura do movimento sócio-religioso de Pau de Colher. Dissertação (mestrado em antropologia). Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: UNICAMP, 1995.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1620-1720. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43ª ed. Brasiliense: São Paulo, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Messianismo no Brasil e no mundo**. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

QUEIROZ, Renato da Silva. **A Caminho do Paraíso**: o surto messiânico-milenarista do Catulé. Coleção Religião e Sociedade Brasileira, vol.6. São Paulo: FFLCH/USP, CER, 1995.

RABELLO, Eraldo. **Introdução à Balística Forense**. Porto Alegre: [n/d], 1967

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Archaeology, theories, methods and practice**. 4ª Edição. New York: Thames & Hudson, 2006.

RIBEIRO, M. R. 2010. **Origem e Classificação dos Solos Afetados por Sais**. In: GHEYI, H. R.; DIAS, N.S.; LACERDA, C. F. (Eds.). Manejo da Salinidade na Agricultura: Estudos Básicos e Aplicados. Fortaleza, INCTSal. p.11-19.

RODRIGUEZ, J.M.M.; SILVA, E.V. e CAVALCANTI, A.P.B. **Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental**. 2 ed. Fortaleza. Edições UFC. 2007.

ROCHA, Rafael Pires: **Propaganda política e censura no Estado Novo em Pernambuco (1937- 45)** Recife, 2008.

SAMPAIO, Theodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. Salvador: Imprensa Gráfica da Bahia: 1998.

SAMPAIO, Theodoro. 1901. **O Tupi na Geographia Nacional. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo**. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1901_tupi.

SANJUÁN, Leonardo García. **Introducción al Reconocimiento y Análisis Arqueológico del Territorio**. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.

SILVA, Francivaldo Mendes da. **Pau de Colher: narrativas de luta e fé no sertão da Bahia/** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2008.

SYMANSKI, Luís C. P. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX.** Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.

SCHIER, R. A. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia.** In: Revista Ra'ega, 7, 2003: 79-85. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3353>.

SOUZA, Rafael de Abreu e. **Arqueologia e a Guerrilha do Araguaia ou a materialidade contra a não narrativa.** In: Revista de Arqueologia Pública, n.10, dez.2014. p.213-230.

SPIX, F., Johann Baptist von, 1781-1826. **Viagem pelo Brasil (1817-1820).** Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. v.3, v.244-B. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias **“É preciso Crer”: Contribuição para uma história do conceito de Homem Integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1932-1937).** Dissertação de mestrado (História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.



TOCCHETTO, Domingos, **Balística Forense: Aspectos Técnicos e Jurídicos.** Campinas-SP, Millennium Editora, 5ª Ed, 2009.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico.** 1. Ed. São Paulo: Odysseus, 2004.



ZANETTINI, Paulo Eduardo. Arqueologias de Canudos. In: LINO, Jaisson Teixeira; FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs.). **Arqueologia da Guerra e do Conflito.** Erechim-RS: HaLilis, 2013. p. 183-194.

ZARANKIN, Andrés; NIRO Cláudio. **A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da Ditadura militar argentina (1976-83)”. In: Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980).** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.




APÊNDICES

Imagem	Descrição do material	Uso plausível em Pau de Colher
	<p>Artefato: Dispositivo de arma de fogo, possivelmente um mosquete, acionado por sistema de pederneira.</p> <p>Matéria-prima: Ferro</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	Sim
	<p>Artefato: Dispositivo de arma de fogo acionada por pederneira.²⁴⁵</p> <p>Matéria-prima: Ferro</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	Sim

²⁴⁵ O sistema de disparo de armas de fogo denominado “pederneira ou feixo de sílex” foi desenvolvido no século XVI, e é caracterizado basicamente por duas peças: o cão e o fuzil. O cão consiste num engenho no formato da letra “S”, com a função de fixar a pederneira através do rosqueio de um parafuso, que imprimia pressão e sustentação à essa pedra de sílex, e através do acionamento mecânico desse sistema, e o atrito do cão com o fuzil, propalava faíscas sobre o compartimento externo de pólvora, gerando o acionamento da arma. (CARDOSO,2011).




	<p>Artefato: Dispositivo de arma de fogo.</p> <p>Matéria-prima: Ferro</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Pederneira</p> <p>Matéria-prima: Sílex</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem/coleta ²⁴⁶ Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Pederneira</p> <p>Matéria-prima: Sílex</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem/coleta: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p>	<p>Sim</p>

²⁴⁶ Pederneira em sílex, identificada em atividade de prospecção na área do acampamento e posteriormente coletada por Gregório Manoel, sem a concordância ou anuência do arqueólogo Marcelo Alves Ribeiro.

	<p>Artefato: Base de projétil de arma de fogo com inscrição “HP*1930*”²⁴⁷</p> <p>Matéria-prima: Latão</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Acampamento</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Cartucho de rifle.</p> <p>Matéria-prima: Cobre</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Acampamento</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Base/Cartucho. Rifle Winchester 44²⁴⁸</p> <p>Matéria-prima: Aço</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Acampamento</p>	




²⁴⁷ Cartucho de Fuzil Mauser, com inscrição “HP*1930*”. Produzido na Áustria e Suíça por Patronenfabrik Solothurn, de Solothurn, em 1930. Foto: Joaquim Neto. Fonte: <http://www.municion.org>

²⁴⁸ Cartucho de rifle Winchester 44. Com inscrição “W.R.A.Co 44.W C F”. Produzido por Winchester Repeating Arms Co. de New Haven, Connecticut. O tipo de marcação para designar o calibre foi utilizado até 1930. Foto: Joaquim Neto. Fonte: <http://www.municion.org>



	<p>Artefato: Cartucho de revólver.</p> <p>Matéria-prima: Latão</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
 <p>249</p>	<p>Artefato: Cartucho/ base, com indicação do fabricante e calibre (CBC-38 – SPL)</p> <p>Matéria-prima: Latão</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Ponta oca de projétil de arma de fogo.</p> <p>Matéria-prima: chumbo</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>

	<p>Artefato: Ponta de projétil oca de arma de fogo.</p> <p>Matéria-prima: chumbo</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Ponta de projétil de fuzil</p> <p>Matéria-prima: Aço</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Ponta de projétil de arma de fogo</p> <p>Matéria-prima: Chumbo</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem/coleta ²⁵⁰ Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>



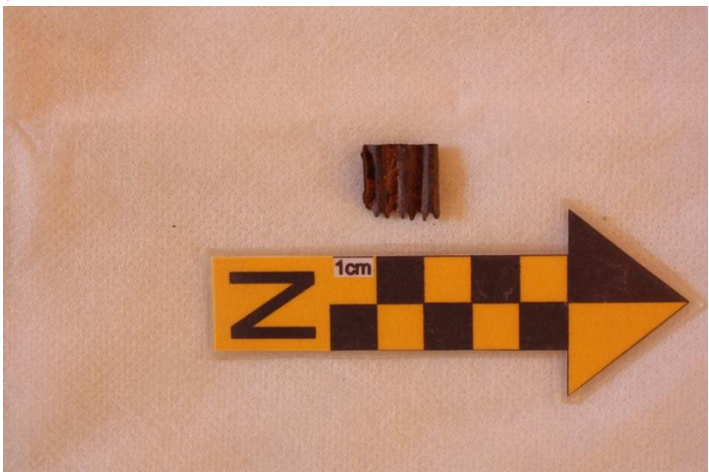
²⁵⁰ Ponta de projétil de arma de fogo, identificada em atividade de prospecção na área do acampamento e posteriormente coletada por Gregório Manoel, sem a concordância ou anuência do arqueólogo Marcelo Alves Ribeiro.




	<p>Artefato: Ponta de projétil de arma de fogo.</p> <p>Matéria-prima: aço</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Botão de fardamento militar</p> <p>Matéria-prima: ferro</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem/coleta ²⁵¹ Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Botão de fardamento militar</p> <p>Matéria-prima: ferro</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem/coleta: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>

²⁵¹ Botão de fardamento militar, identificada em atividade de prospecção na área do acampamento e posteriormente coletada pelo senhor Gregório Manoel, sem a concordância ou anuência do arqueólogo Marcelo Alves Ribeiro.




	<p>Artefato: Lâmina de punhal a partir de uma grossa de madeira</p> <p>Matéria-prima: Aço</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem/coleta: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: ²⁵²cabo de canivete</p> <p>Matéria-prima: aço</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem/coleta: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Parte de arma de arma de fogo</p> <p>Matéria-prima: aço</p> <p>Tralha: Militar</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>

²⁵² Cabo de canivete do fabricante Corneta. Essa empresa foi instalada no Brasil em 1932 sob o nome de Indústria e Comércio Corneta S.A., filial do grupo Berg & Co, de uma tradicional família de cuteleiros da cidade de Solingen, na Alemanha. Fonte: <http://corneta.com.br/sitecutelaria/historia>

	<p>Artefato: Argola</p> <p>Matéria-prima: Ferro</p> <p>Tralha: Construtiva</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Fragmento de projétil deflagrado</p> <p>Matéria-prima: Chumbo</p> <p>Tralha: Construtiva</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
<p>:</p> 	<p>Artefato: indeterminado</p> <p>Matéria-prima: Ferro</p> <p>Tralha: Construtiva</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: capoeira da cruz</p>	<p>Sim</p>

	<p>Artefato: Cravo</p> <p>Matéria-prima: Ferro</p> <p>Tralha: Construtiva</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Fragmento de dobradiça</p> <p>Matéria-prima: Ferro</p> <p>Tralha: Construtiva</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: capoeira da cruz</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Chapa de latão</p> <p>Matéria-prima: Ferro</p> <p>Tralha: Construtiva</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>




	<p>Artefato: indeterminado</p> <p>Matéria-prima: Ferro</p> <p>Tralha: Construtiva</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Indeterminado</p> <p>Matéria-prima: Ferro</p> <p>Tralha: Construtiva</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Talher</p> <p>Matéria-prima: Ferro</p> <p>Tralha: doméstica</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>

	<p>Artefato: Borda cerâmica com decoração; tipo digitado sobre o lábio</p> <p>Matéria-prima: Cerâmica</p> <p>Tralha: Doméstica</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: capoeira da cruz</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Borda cerâmica com decoração tipo digitado; aplicado sobre a borda</p> <p>Matéria-prima: Cerâmica.</p> <p>Tralha: doméstica</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Capoeira da cruz</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Cachimbo com decoração incisa</p> <p>Matéria-prima: Cerâmica.</p> <p>Tralha: doméstica</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: acampamento</p>	<p>Sim</p>

	<p>Artefato: Fragmento de Cachimbo</p> <p>Matéria-prima: Cerâmica.</p> <p>Tralha: Doméstica</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Bojo com decoração externa</p> <p>Matéria-prima: Grês</p> <p>Tralha: doméstica</p> <p>Origem/coleta ²⁵³ Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Bojo com decoração externa</p> <p>Matéria-prima: Grês</p> <p>Tralha: doméstica</p> <p>Origem/coleta ²⁵⁴ Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p>	<p>Sim</p>




²⁵³ Fragmento de *grês* cerâmico, identificada durante atividade de prospecção na área do acampamento e posteriormente coletada por Gregório Manoel, sem a concordância ou anuência do arqueólogo Marcelo Alves Ribeiro


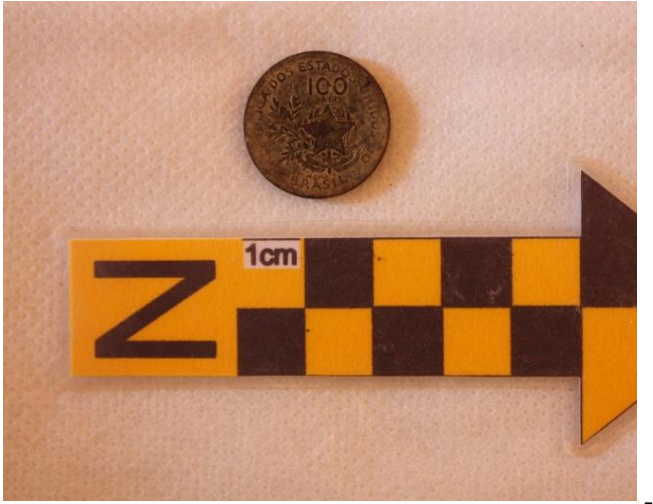

²⁵⁴ Fragmento de *grês* cerâmico, identificada durante atividade de prospecção na área do acampamento e posteriormente coletada por Gregório Manoel, sem a concordância ou anuência do arqueólogo Marcelo Alves Ribeiro.


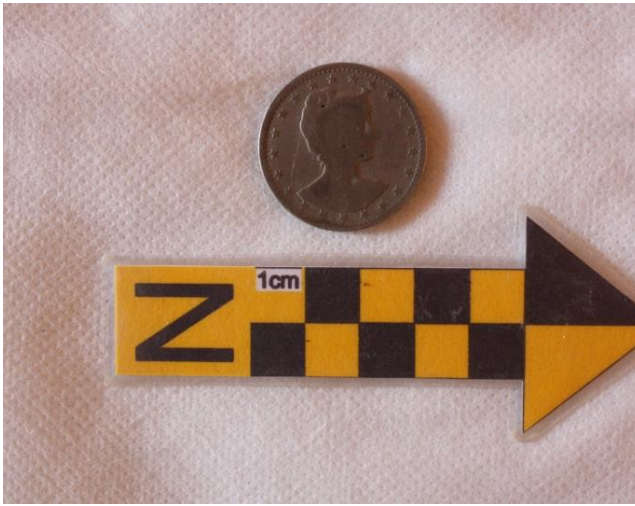

	<p>Artefato: Bojo com decoração externa</p> <p>Matéria-prima: Grês</p> <p>Tralha: doméstica Origem/coleta ²⁵⁵ Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Apêndice</p> <p>Matéria-prima: Grês Tralha: doméstica</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Bojo</p> <p>Matéria-prima: Louça</p> <p>Tralha: doméstica</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>




²⁵⁵ Fragmento de *grês* cerâmico, identificada durante atividade de prospecção na área do acampamento e posteriormente coletada por Gregório Manoel, sem a concordância ou anuência do arqueólogo Marcelo Alves Ribeiro.




	<p>Artefato: Borda de xícara</p> <p>Matéria-prima: Porcelana</p> <p>Tralha: doméstica</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Boca de frasco lilás</p> <p>Matéria-prima: Vítreo</p> <p>Tralha: doméstica</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Boca de frasco hialino; confecção em molde duplo.</p> <p>Matéria-prima: Vítreo</p> <p>Tralha: Doméstica</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>




	<p>Artefato: Vidro calcinado</p> <p>Matéria-prima: Vítreo</p> <p>Tralha: doméstica</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Acampamento</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Base de garrafa Vidro, com número “33” gravado.</p> <p>Matéria-prima: Vítreo</p> <p>Tralha: doméstica</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Acampamento</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Fragmento de vidro lilás, com iniciais gravadas (não identificadas)</p> <p>Matéria-prima: Vítreo</p> <p>Tralha: doméstica</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Acampamento</p>	<p>Sim</p>

 <p>-A</p>	<p>Artefato: Moeda de “100” Réis. Anverso (cara)</p> <p>Matéria-prima: Cobre</p> <p>Tralha: Monetária</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p>	<p>Sim</p>
 <p>-B</p>	<p>Local da coleta: Indeterminado</p> <p>Artefato: Moeda de “100” Réis. Reverso (coroa)</p> <p>Matéria-prima: Cobre</p> <p>Tralha: Monetária</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>
 <p>- A</p>	<p>Artefato: Moeda de “200” Réis. Anverso (cara)</p> <p>Matéria-prima: Cobre</p> <p>Tralha: Monetária</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Sim</p>



	<p>Artefato: Moeda de “200” Réis. Reverso (coroa)</p> <p>Matéria-prima: Cobre</p> <p>Tralha: Monetária</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	
	<p>Artefato: Moeda de “400” Réis. Anverso (cara)</p> <p>Matéria-prima: Cobre</p> <p>Tralha: Monetária</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	Sim
	<p>Artefato: Moeda de “400” Réis. Reverso (coroa)</p> <p>Matéria-prima: Cobre</p> <p>Tralha: Monetária</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	Sim

	<p>Artefato: Crucifixo</p> <p>Matéria-prima: Ferro</p> <p>Tralha: Indumentária</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Acampamento</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Medalha de São Bento (anverso)</p> <p>Matéria-prima: Alumínio</p> <p>Tralha: Indumentária</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Acampamento</p>	<p>Sim</p>
	<p>Artefato: Medalha de São Bento (reverso)</p> <p>Matéria-prima: Alumínio</p> <p>Tralha: Indumentária</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Acampamento</p>	<p>Sim</p>

	<p>Artefato: Botão</p> <p>Matéria-prima: Plástico</p> <p>Tralha: Doméstica</p> <p>Origem: Acampamento</p> <p>Local da coleta: Não coletado</p>	<p>Não</p>
	<p>Artefato: Fragmentos de vidro moderno</p> <p>Matéria-prima: Vidro</p> <p>Tralha: Doméstica</p> <p>Local da coleta: Não coletado</p>	<p>Não</p>
	<p>Artefato: Recipiente de óleo de cozinha</p> <p>Matéria-prima: Flandres</p> <p>Tralha: Doméstica</p> <p>Local da coleta: Não coletado</p>	<p>Não</p>

	<p>Artefato: Recipiente de óleo de cozinha</p> <p>Matéria-prima: Flandres</p> <p>Tralha: Doméstica</p> <p>Local da coleta: Não coletado</p>	<p>Não</p>
	<p>Artefato: Fragmentos de lata de tinta</p> <p>Matéria-prima: Flandres.²⁵⁶</p> <p>Tralha: Construtiva</p> <p>Origem: Acampamento</p> <p>Local da coleta: Não coletado</p>	<p>Não</p>
	<p>Artefato: Fragmentos de vidro</p> <p>Matéria-prima: Vidro</p> <p>Tralha: Material vítreo</p> <p>Origem: Acampamento</p> <p>Local da coleta: Não coletado</p>	<p>Não</p>

²⁵⁶ Flandres é o laminado a frio, composto por uma mistura de ferro e aço de baixa concentração e revestimento de estanho. Possui diversas aplicações nos variados segmentos industriais.

	<p>Artefato: Fragmentos de vidro moderno</p> <p>Matéria-prima: Vidro</p> <p>Tralha:</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Indeterminado</p>	<p>Não</p>
	<p>Artefato: conta de rosário</p> <p>Matéria-prima: plástico</p> <p>Tralha: indumentária</p> <p>Origem: Sob a guarda de Júlio Nunes Rodrigues</p> <p>Local da coleta: Não coletado</p>	<p>Não</p>